Entrevista Congresso Nacional Indígena págs. 3 a 5 • **Habitação e Ocupação** págs. 20 a 22 • **Memórias do antes e depois de Abril** págs. 34 a 36

mapa:
Jornal de Informação Crít

NÚMERO 33
FEVEREIRO-ABRIL 2022
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

Utopias Concretas
Derrotas e Propagações

págs. 7 a 10

Num mundo que normalizou o «distanciamento social» são muitos os desafios que o espaço comum enfrenta. Ainda assim, persistem no quotidiano utopias concretas que desafiam a regra capitalista.
Em conversa com o antropólogo João Carlos Louçã, em torno da memória de espaços de resistência no Porto, projetamos uma etnografia de esperança que procura os futuros possíveis e a descoberta da ação coletiva.

ILUSTRAÇÃO **ANA FARIAS**

Migrantes como ferramentas ou armas

págs. 11 a 16

Ferramentas de trabalho ou armas de geopolítica: retratos do tratamento de desumanização de que são vítimas os migrantes no Alentejo, na Suiça ou na fronteira leste da UE.

Histórias da cadeia

págs. 17 a 19

Do encontro com pessoas que sobreviveram a períodos de reclusão própria ou dos seus familiares, partilhamos os seus relatos numa denúncia urgente do sistema carcerário.

Variantes de um vírus

pág. 39

Crónica de Diogo Duarte sobre a polarização perigosa que cola automaticamente o selo de «negacionista» a quem se atreva a destoar do coro oficial da pandemia.

Assina o Jornal Mapa
descobre como em
jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

Música sem filtros (vol. 2)

O Jornal MAPA lança o segundo volume de Música Sem Filtros, um conjunto de compilações em formato digital onde diferentes artistas e bandas se mostram solidários com este projecto de informação crítica. Persistimos, deste modo, na ideia de juntar a música ao espírito crítico e inconformado. Cada participante doa um tema próprio, revertendo as receitas desta compilação para o MAPA, cada vez que se descarregam as músicas do Bandcamp.[1]

O segundo volume compilatório abre com os clássicos SKAPARAPID, banda ska de Valência que se mantém viva desde 1993 sem nunca abandonar os compromissos com a luta social. Prossegue com o reggae de RAS MJ SOULJAH, da Cova da Moura, o rap reggae de tradição cabo-verdiana de BDJOY - da escola musical e afrodescendente de Batoto Yetu (associação juvenil de bairro) - e vai à Lourinhã com o hip hop de intervenção de TK & PIKA. Seguem-se os beats do jovem MORAIS e a viagem pelo free jazz instrumental de RICARDO BARRIGA. De Setúbal, os ritmos aceleram com o punk rock pirata de BLACK JOKE e voam para o Brasil com o hardcore old school dos QUESTIONS, de São Paulo, para regressar a terras mais próximas com o punk rural do Porto dos TRASHBAILE. A compilação encerra mantendo a ruralidade, desta vez electronicamente experimentada a partir da margem sul do Tejo, com PUÇANGA.

Música Sem Filtros (vol. 2) é, assim, mais uma edição onde a música, a intervenção e a informação andam de mãos dadas, uma companhia que, no caso do MAPA, cujas raízes profundas do seu colectivo se podem encontrar perto de um palco, faz todo o sentido.

Na primeira compilação Música Sem Filtros (vol. 1) – já depois da reedição em CD da k7 VIVER / FESTA, dos C.O.M.A., colectivo hip hop anarquista de finais de 1990 – havíamo-nos estreado com o rap crioulo das periferias de Lisboa de KARLON KRIOULO; de BOSS e ainda das cumplicidades deste último com CALLA LA ORDEN, de Burgos. Juntou-se-lhes o rapper/activista Luso-Angolano BRUCE GEE, enquanto SCÚRU FITCHÁDU deu voz, igualmente em crioulo, à critica social num Electro Funaná Punk Hardcore. Todos eles acompanhados ainda pelo punk rock no feminino de ANARCHIKS, o streetpunk antifa de ALBERT FISH, o anarcopunk folk gerado em Lisboa pelos SHARP KNIVES, sem esquecer a atitude interventiva do reggae de FREDDY LOCKS.

1 https://musicajornalomapa.bandcamp.com/

Menos mapa por mais dinheiro

O Jornal MAPA nunca deu lucro nem nunca foi esse o seu objectivo. Apesar de não haver pessoas pagas para fazer qualquer dos trabalhos que este projecto implica, o mercado em que nos movemos – utilizemos a terminologia capitalista – é demasiado agressivo para que a sobrevivência esteja garantida sem esforço. Entre ofertas (todas as bibliotecas municipais do continente e ilhas, presos, associações...), exemplares não vendidos e uma política miserável de cobrança de dívidas, há mais euros a sair do que a entrar.

Por outro lado, entre o *crowdfunding* de 2018, a boa vontade da grande maioria dos nossos pontos de distribuição, uma dose razoável de eventos de angariação de fundos e sobretudo o apoio inestimável de quem é assinante e garante a nossa continuidade, temos conseguido manter o jornal a um preço que não o elitiza. Ao fim de 7 anos com o Mapa a 1 euro, fizemos acompanhar a chegada da COVID-19 com um aumento de preço para 1,5 euros. Agora, ao fazermos 10 anos, a chamada «crise das cadeias de abastecimento», à qual há quem chame também «especulação», levou-nos a outro beco.

Os custos de impressão explodiram. Para evitar o coincidente aumento súbito e brutal do nosso preço, a única opção seria, então, diminuir ligeiramente o tamanho do jornal e abandonar oito páginas. Foi o que fizemos.

Ainda assim, com «apenas» 40 páginas e ligeiramente mais pequeno, de forma a manter as perdas a um nível semelhante ao actual, não se consegue que o preço continue onde está sem nos afundarmos. Nesse sentido, temos o desprazer de anunciar que a continuação deste projecto de informação crítica, feito de forma voluntária, totalmente autónoma e independente, a funcionar num modelo de auto-gestão e horizontalidade, implica o aumento do PVP do Jornal MAPA para 2 euros e um ligeiro aumento das assinaturas em 5€.

Esperamos não ter de voltar a este assunto durante muito tempo, antecipando, porém, que celebraremos uma década com um novo apelo de *crowdfunding* de apoio ao MAPA a ser anunciado em 2022.

Não nos conquistaram

Entrevista a três membros do Congresso Nacional Indígena

Em Coimbra (17 de Novembro de 2021), falámos com Marcela Hernández, Isabel Valencia e Eliezer Zamora, três delegados do CNI que se deslocaram à Europa como parte da Viagem pela Vida organizada pelo movimento zapatista.

JÚLIO HENRIQUES,
COM **FRANCISCO NOREGA**
E FERNANDO ANTUNES

Júlio – Gostaria que começássemos por falar do renascimento, a partir da década de 1970, dos movimentos de afirmação das culturas indígenas que eclodiram nas Américas

Eliezer – Vimos de três partes diferentes do México. No estado de Morelos, de onde eu venho, nos anos 70 as comunidades indígenas encontravam-se perante uma situação semelhante à actual. A justiça do Governo era parecida com a de hoje: ameaças permanentes, hostilizações, eliminações e desaparecimentos de pessoas. O problema das comunidades indígenas de Morelos, e de todo o país, assenta no facto de a Constituição, que se pronuncia a favor dos povos e dos cidadãos, não ser aplicada pelos governos.

Nos anos 70, 80 e 90, compreendendo que não podíamos esperar nada do Governo, começámos a organizar-nos, sabendo que tínhamos de o fazer a partir das nossas bases. A perspectiva era construirmos uma nova organização para, em conjunto, fazermos aplicar a justiça como está exarada na Constituição.

Marcela – Nos anos 70, eu tinha dez anos. Os meus pais, originários do estado de Veracruz, tiveram de migrar devido à escassez de terras de cultivo. Migraram para o estado de Quintana Roo, onde havia muita procura de mão-de-obra para as grandes plantações de cana de açúcar, e onde os meus pais acabaram depois por encontrar terra para cultivar. Houve nessa altura muita migração, do centro do país, de Oaxaca, de Tabasco, de Chiapas, de indígenas de fala chol, chontal, tzotzil, tojolabal. Todas essas pessoas migraram para Quintana Roo e Campeche, e ali se estabeleceram, primeiro em pequenas propriedades, depois, num complicado processo de luta legal, em *ejidos,* terrenos comunitários. Foi assim que se formaram muitas comunidades; no município onde eu vivo são agora oitenta e oito.

Júlio – Creio podermos dizer que se passou duma situação de autodefesa à da afirmação das culturas indígenas. Há muitas coisas que nós aqui ignoramos, mas sabemos que o Estado mexicano pretendeu eliminar as pessoas indígenas como tais; por exemplo, o Instituto Nacional Indígena, criado pelo Governo em 1948, declarou a certa altura que já não havia indígenas, que todos eram simplesmente mexicanos. E vemos que, nesses anos de reinício das lutas de afirmação, houve algo de mais substancial e que tem prosseguido até aos nossos dias: a autonomização de comunidades indígenas, reivindicando o seu próprio modo de ser e de viver. No caso do Chiapas, as coisas são mais claras, graças à autonomia conquistada pela insurreição de 1994 e que representa uma nova luz. Nos outros estados, a criação do CNI levou certamente à assunção dos princípios de autonomia. Podem falar-nos da organização do Congresso e da sua importância?

Eliezer – Os governos, desde os tempos coloniais até hoje, sempre viram os povos indígenas como um estorvo. Encaravam-nos como se já não pudéssemos pensar como os nossos antepassados de há 529 anos, como se já estivéssemos arrumados. Os governos do México sempre quiseram que desaparecêssemos. E porquê? Porque nós somos os verdadeiros donos das terras mexicanas; como povos originários, somos a verdadeira identidade do México. E é nessa qualidade que temos vindo a caminhar, resistindo àquilo que os sucessivos governos pretendem impingir-nos e impor-nos. Resistimos com os nossos idiomas, as nossas etnias, os nossos usos e costumes preservados, que constituem a floricultura do México. Cada povo indígena tem os seus próprios usos e costumes, há 72 línguas indígenas que se conservaram, somos conhecedores da nossa história, não abandonámos as nossas raízes. Desde sempre, o propósito dos governos, ao longo destes mais de 500 anos, foi despojar-nos totalmente das nossas terras. Mas não o conseguiram, e por isso aqui estamos presentes, caminhando agora na Europa, de onde partiu aquilo a que eles chamam conquista, declarando alto e bom som que não nos conquistaram, que continuamos vivos e em resistência.

Júlio – A confirmação de tudo isso é que os Acordos de San Andrés, resultantes do levantamento armado de 1994, foram traídos pelo Governo, que a este respeito não deverá mudar.

Eliezer – Não, não vai mudar. Pelo seguinte: esses Acordos determinavam que o EZLN iria deixar de ser uma organização militar para passar a ser uma entidade política. Mas foi um engano, porque o Governo nada cumpriu.

Marcela – Estamos certos de que, há 529 anos, os ditos conquistadores aportaram no México para afirmar que nos tinham descoberto, que tinham chegado à América e que passavam a ser donos e senhores daquelas terras. Mas hoje estamos aqui para dizer que não nos conquistaram, que nos roubaram e que até hoje o seu propósito é extinguirem-nos, para que no México não haja povos com a diversidade das suas línguas maternas, dos seus usos e costumes, do seu vestuário, ou para que tenhamos vergonha de ser o que somos, de usar a roupa que usamos. A nossa resistência a essas imposições e pretensões vindas de fora nunca deixou de estar presente; muitos povos continuam a falar a sua língua, resgatamos os nossos usos e costumes comunitários.

Foi sempre muito forte a luta dos nossos antepassados contra o despojamento do que era nosso, das nossas terras, das nossas culturas. Os governos mexicanos dizem que estão com os povos indígenas, mas na prática o que se vê é sempre o contrário. São obrigados a essa simulação porque nós somos muitos e temos forças de resistência. Estamos hoje aqui deste lado do mundo onde disseram que fomos conquistados, mas onde também há povoados que passaram por usurpações e dominações, como compartilhámos com habitantes que continuam a ter os seus usos e costumes.

O capitalismo discrimina-nos por termos uma língua própria, por sermos indígenas, por sermos morenos, da cor da terra. Todos os que lutam por uma vida vivida com dignidade são discriminados e vemos continuamente que os governos se opõem aos nossos anseios. Mas eles não irão acabar connosco, há novas gerações a quem a resistência e a rebeldia são transmitidas. Nós também aqui estamos graças aos nossos antepassados, às lutas que empreenderam para não se deixarem esmagar. Até que a dignidade se torne costumeira, em cada aldeia, cidade ou região esta luta irá continuar.

Estamos aqui para dizer que já não permitimos que nos diminuam. Somos a voz de todos os nossos irmãos e irmãs que não podem estar presentes. Se estamos aqui, é porque somos eles e elas, todos quantos reclamam justiça para os nossos mortos. Somos a terra, a vida, não aceitamos que a Terra Mãe seja aniquilada. E agora somos mais, multiplicámo-nos, porque muitos dos nossos ancestrais deram a vida para estarmos aqui.

Isabel – Devemos reconhecer que, nos anos 70, também se perderam línguas, porque no México falavam-se mais de cem idiomas. Os meus avós tinham uma língua que eu já não falo. Perderam-se identidades que nos foram arrebatadas. Presentemente, a língua original mais forte no México é a maia, nas suas diferentes formas, que vão desde o Iucatão até Chiapas. Mas o perigo de se perderem identidades é real, porque o sistema dominante impõe-nos formas de estar e de ser. Há muitos jovens que vão para as cidades com a ideia de lá viverem melhor do que no campo, por não quererem continuar a trabalhar a terra. Quando isso acontece, perdem a relação que tinham com o alimento, com o vestuário, com a sua língua, com o seu ser, sentem vergonha dos seus próprios familiares. Isto são coisas que o sistema dominante nos retira.

Eliezer – Eu diria que a dominação colonial que foi imposta no México e se expandiu por todo o mundo terá começado primeiro aqui na Europa, exercida sobre aldeias e povoados dependentes de senhorios. No México foram os hacendados, hoje os seus herdeiros são os representantes do capitalismo das transnacionais. Uns e outros pretenderam exterminar os povos nativos. Mas nós aqui estamos, demonstrando que não só continuamos a existir como não aceitamos perder as nossas culturas. Neste nosso percurso pela Europa, desejamos dizer aos europeus que despertem, que saiam da maneira de pensar do colonialismo, que continua a ser ensinada, sempre com base em pretensões de superioridade. Desejamos dizer-lhes que se descolonizem. Na verdade, todos somos simplesmente humanos, uma única criação humana, e devemos caminhar como uma só humanidade, sem distinções de superioridade e inferioridade. Os colonialistas são uma continuidade cuja acção tem como resultado destruir a Terra Mãe.

Júlio – Gostaria que comentassem um aspecto do movimento zapatista (incluindo neste o CNI), a dimensão internacionalista que desde o início o caracteriza. Por exemplo, o grande encontro de Vícam, no estado de Sonora, em 2007, promovido pelos zapatistas no território dos Yaquis, reuniu pela primeira vez representantes de um grande número de comunidades indígenas americanas, do Alasca à Terra do Fogo. Ora, logo a seguir ao levantamento de 1994 muitos comentadores mediáticos encararam a insurreição zapatista como um fenómeno localista, limitado a uma área geográfica, apesar do que exprimiram os comunicados do EZLN e das realizações ocorridas em Chiapas.

Eliezer – O levantamento em Chiapas decorreu de condições regionais particularmente adversas (prementes necessidades educativas e sanitárias, por exemplo), mas fez ecoar no mundo inteiro a resistência dos povos indígenas às condições que lhes são impostas em todos os países onde vivem. Depois do levantamento em armas, o mundo deu-se conta, não só de que continuava a haver índios, mas de que estávamos em luta. E acorreram a Chiapas irmãos e irmãs de todo o México e de muitos países. Foi com a presença desses companheiros que se parou a guerra e se estabelecerem os acordos para a paz a que já nos referimos, que o Governo atraiçoou.

Mais tarde organizaram-se em todo o país caravanas como a da Cor da Terra. E os companheiros zapatistas, vendo que o Governo não ia respeitar os acordos, convidaram todas as comunidades indígenas dos 31 estados do México a formar uma organização própria, capacitada para intervir politicamente. Porque o EZLN, obrigado, pela traição do Governo, a manter-se como organização militar, não podia fazê-lo. E assim se consultaram todas as comunidades e aldeias no sentido de se formar uma organização indígena de âmbito nacional, o CNI.

Júlio – Referiram o facto de haver jovens que saem das aldeias indígenas para as cidades, onde impera uma feroz competição e se dissolvem os laços comunitários, coisa que também aconteceu na Europa no tempo em que as culturas camponesas ainda eram determinantes. Mas vocês têm uma arma poderosa, a comunalidade. Os grandes princípios ancestrais que a regem, actualizados no presente, é algo que nós perdemos, porque aqui fomos levados a ser principalmente individualistas, o que em parte explica por que razão as lutas sociais na Europa são tão esparsas e difíceis.

Isabel – O convite dos companheiros zapatistas levou a muitas consultas, do que resultou a formação do CNI. No seu primeiro congresso foram examinados os Acordos de San Andrés, em conjunto com os companheiros zapatistas e a comandanta Ramona, porque nós dizemos que eles são os nossos irmãos mais velhos e nós somos os mais novos, pois nascemos graças a eles, que apelaram a todas as comunidades indígenas e estão presentes em todas as lutas. Assim se formou o CNI, como casa de todos os povos indígenas, em cada região do país, com conselheiros eleitos em assembleia como representantes de cada região, sempre um homem e uma mulher. E assim ficámos conscientes de que somos o povo em luta, abarcando todo o país, e não apenas cada um na sua região respectiva. O que assim fazemos é tecer uma rede; quando eu, por exemplo, estou em luta contra o Tren Maya, sei que tenho o apoio dos restantes companheiros. É a unidade do CNI. E dos companheiros zapatistas, que nos ajudam a organizarmo-nos, a exprimirmos as ideias necessárias na luta. É o que acontece com a Viagem pela Vida, para a qual fomos convidados pelos nossos irmãos mais velhos; a nossa participação foi objecto de múltiplas consultas nas comunidades.

Estamos convencidos de que os partidos políticos não levam a que seja exercida justiça em prol dos povos originários. Já estamos a caminhar por um caminho diferente, com formas muito diferentes das dos partidos políticos, a partir de baixo e à esquerda.

Demo-nos conta de que há aqui problemáticas muito semelhantes àquelas com que lidamos no México, designadamente a oposição de populações inteiras a megaprojectos industriais em que estão implicadas empresas nacionais e transnacionais.

Marcela – O Governo pensava que os povos indígenas estavam reduzidos a quase nada. Quando atraiçoaram os Acordos de San Andrés, estavam a aplicar o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), anunciando que estávamos todos bem, que já não havia pobres no nosso país, que, com os EUA e o Canadá, o México fazia parte dos chamados países ricos. Ao juntarem-se depois no CNI, os povos indígenas vieram em uníssono mostrar que era tudo mentira. Vemos bem que os governos nunca irão respeitar os Acordos, em que se exarava a promoção de treze princípios em favor das comunidades indígenas, entre os quais liberdade, justiça, paz e terra. O Governo nunca respeitou o que assinou, comprovando uma vez mais que a única coisa que respeita é o capitalismo, o dinheiro. Isso levou-nos a organizarmo-nos no CNI.

Júlio – Da identificação do governo federal como inimigo permanente, ou mau governo, com o qual as comunidades indígenas não podem contar a seu favor, os zapatistas, em Chiapas, deram um importante passo em frente criando as suas juntas de bom governo. Esta é também uma grande contribuição para que as pessoas em luta concebam organizações administrativas próprias, autónomas, pondo assim em causa a participação nas eleições organizadas pelo Estado.

Eliezer – Nós estamos convencidos de que os partidos políticos não levam a que seja exercida justiça em prol dos povos originários. Já estamos a caminhar por um caminho diferente, com formas muito diferentes das dos partidos políticos, a partir de baixo e à esquerda.

Isabel – De tantos enganos e mentiras que os governos têm feito, em que a única coisa real é irem mudando de cor, ficou a saber-se perfeitamente que eles são apenas mais do mesmo: cuidar dos seus interesses e ignorar as necessidades dos povos. Por isso, dizemos: para quê votar, se já se sabe quem vai ser eleito?

MAURICIO CENTURION

Fazem-nos crer que o nosso voto é válido, mas é mentira, não tem validade. O que os processos eleitorais fazem é introduzir discórdia nas comunidades, provocando enormes divisões até mesmo no seio das famílias. E estas divisões é aquilo que o Governo quer: quantas mais houver nas comunidades, mais força eles têm.

Marcela – O capitalismo e o Governo levam a cabo esse trabalho de divisão desde há muito tempo, seguindo o lema «divide e vencerás». Quem já viu esta feição das coisas não acredita no que diz o Governo. Este proclama «vou dar-vos isto e aquilo», «vou apoiar-vos com isto e com aquilo», mas nós sabemos que não dá coisa nenhuma; o dinheiro que utiliza é o que nos roubou e continua a roubar. As lutas, agora, já são pela própria vida: o capitalismo e os seus cabecilhas têm vindo a destruir a Terra Mãe e querem ainda apoderar-se, com a mesma lógica, do que resta. Se, daqui por dez anos, não for feito nada de relevante, os danos para a Terra Mãe serão irreversíveis, e isto é mundial.

Júlio – Não queria que terminássemos sem falarem do papel das mulheres no processo de emancipação que está em curso no México. Por exemplo, uma coisa que aqui se conhece pouco é que a zapatista Lei Revolucionária de Mulheres é anterior à insurreição de 1994, que neste âmbito já havia toda uma actividade em curso.

Marcela – O papel das mulheres, entre nós, no CNI, é algo que se está valorizando; as mulheres têm muita participação no Congresso. Nas comunidades nomeia-se sempre um conselheiro e uma conselheira, o nosso acordo é que não podem ser dois homens os representantes, e isto acontece em todas as regiões, em todos os grupos. Há encontros de mulheres que trabalham sobre as plantas e as medicinas tradicionais, recuperando os preciosos conhecimentos das nossas avós e bisavós, há grupos e oficinas de mulheres por todo o lado. A nossa ideia é que as mulheres devem estar presentes com os homens, em partes iguais.

Júlio – E isso tem seguramente grande importância junto das crianças, das novas gerações, que assim têm acesso a um aprendizado muito mais completo.

Isabel – É verdade que estas lutas das mulheres já vêm de trás. E que nisto está presente o patriarcado. Lamentavelmente, dos séculos de sofrimento também herdámos essa parte: que a mulher não pode fazer isto e aquilo, que tem de ficar em casa, de se limitar a criar os filhos. Nós estamos nesta luta pela igualdade. Às vezes com medo, porque ele nos foi inculcado, porque nos fizeram pensar que somos débeis, porque nos denegriram. Mas agora estamos a demonstrar que sabemos, que somos capazes; e, quando não sabemos, aprendemos. Nas comunidades continua a haver patriarcado, mas esta parte da luta também a fazemos a partir de baixo, de dentro e fora de casa, também como mães e avós, exemplificando que um rapaz não é mais do que uma rapariga.

Júlio – Sylvia Marcos, autora mexicana grande acompanhante do movimento zapatista, explica, em alguns dos seus estudos sobre as culturas mesoamericanas, onde a importância das mulheres era muito relevante, que o machismo «natural» europeu, imperante no colonialismo, se transmitiu, como modelo de dominação, ao homem indígena. Mas, antes de terminarmos, queria perguntar-vos quais são as vossas impressões da Viagem pela Vida na Europa.

Isabel – Nesta Gira, partilhando e escutando a palavra, demo-nos conta de que há aqui problemáticas muito semelhantes àquelas com que lidamos no México, designadamente a oposição de populações inteiras a megaprojectos industriais em que estão implicadas empresas nacionais e transnacionais. Vemos que enfrentamos problemas análogos, inclusive com as mesmas empresas. Vemos que a Terra Mãe, que nos alimenta, nos dá tudo o que precisamos para viver, é também aqui alvo de constantes violências e usurpações. Chegámos à Europa pela Áustria, e logo em Viena deparámos com uma luta da população em defesa duma floresta ameaçada pelo projecto duma auto-estrada. Em Portugal, na serra do Barroso, estivemos com as pessoas em luta contra a mineração de lítio. O que a Terra Mãe contém, que faz parte do seu ser, dos seus equilíbrios, água, minerais, vegetação, árvores, bosques, estas empresas tudo lhe querem arrancar, para acumularem ainda mais dinheiro. Nós, pelo contrário, o que desejamos é que nos entrelacemos todos e todas. Vemo-nos ao mesmo espelho. Aquilo que os companheiros zapatistas fizeram, chamando os povos originários à unidade, estamos a tentar estimulá-lo deste lado do oceano: unir as lutas, as forças em rebeldia.

Eliezer – Com respeito à nossa Gira, notamos, por outro lado, que aqui é outro mundo, com as suas montanhas, os seus rios, os seus costumes, que observámos em aldeias e cidades. Pareceu-nos outro mundo. Ao caminhar por aldeias e cidades, fomo-nos dando conta de aqui há muito individualismo, que as leis daqui favorecem as multinacionais, que os governos e as leis da Europa agem levando os cidadãos a crer que ter apenas um filho ou não ter nenhum é uma forma de viver melhor. Em diversas aldeias vimos que quase não há crianças, e isso perturbou-nos, fez-nos tentar saber que destino vai ser o dessas aldeias indefesas. Por outro lado, vemos que os governos dão subsídios a algumas pessoas, ao mesmo tempo que não fazem caso delas.

Cremos que este individualismo, que tanto se nota, impede de lutar, porque as lutas, para existirem, têm de ser amplas e colectivas. Seria preciso eliminarem-no, para que se defendam as terras, os territórios ameaçados, as suas águas, rios, montanhas. De contrário, os governos, com as suas leis, entregam tudo isso de mão beijada às transnacionais.

Fernando – Sim, trata-se de um neocolonialismo. Em Portugal conhecemos bem o problema da desertificação humana, por exemplo com as empresas de pasta de papel que alteraram grandes partes do país plantando eucaliptos para fabricar papel destinado à exportação. Contra isto levantam-se, por exemplo, os que se mobilizam em prol da regeneração dos solos através da permacultura. Que opinais sobre a importância da regeneração dos campos pela agricultura ecológica?

Júlio – Sobre a agricultura, aqui na Europa, há um equívoco muito grande: para os governos, e para as pessoas que acreditam neles, a única agricultura válida é a industrial, porque seria a mais produtiva. Com isto ocultam o facto de a maior parte dos alimentos produzidos no mundo não resultar da agroindústria, mas sim da agricultura familiar ou de pequena escala.

Eliezer – Como camponês que me dedico a cultivar a terra, direi que a diferença está em sermos ou não donos das nossas próprias terras. O *ejido*, no México, é uma propriedade comunal resultante da reforma agrária fomentada pela Revolução de 1910. Nós felicitamos os camponeses que produzem alimentos orgânicos, por terem tomado a decisão de criar os seus próprios alimentos, e não só isso, também as suas próprias formas de se curarem, que nas nossas lutas são também uma ferramenta. Mas aqui, segundo me parece, os agricultores têm de arrendar as terras a outra pessoa, que é a proprietária legal, como acontece com os terratenentes no México.

Marcela – No México estamos ameaçados pelas sementes transgénicas. Na península do Iucatão há um grande número de camponeses, de comunidades rurais, a quem o governador fornece programas de sementes que vêm já com o seu pacote de agroquímicos, de venenos. Estas sementes provêm em grande parte da multinacional Monsanto. Ao mesmo tempo, há populações menonitas [seita religiosa cristã de origem europeia, muito implantada nos EUA] que ali se instalam, estabelecem convénios com o governador de Campeche, de Quintana Roo, do Iucatão, e fazem, em áreas consideráveis, grandes cultivos de milho, feijão, soja, melancia, tomate, abóbora, tudo cultivos transgénicos feitos com grande aparato de maquinaria e com equipas de trabalhadores. Tudo isto, que faz parte do mau sistema como um todo e em particular da alimentação que produz, danifica muito a água, a apicultura, os solos. Não podemos esquecer que as nossas populações rurais sofrem de muitas doenças causadas pela má alimentação, entre as quais a diabetes e a hipertensão. Por tudo isto, estamos também organizados em grupos que lutam para resgatar as nossas sementes crioulas.

Isabel – Como residente na Cidade do México, vejo que quase tudo o que consumimos, procedente da superprodução com agrotóxicos, contém nocividades. As doenças referidas ocorrem sobretudo nas cidades. E isso, os governos, juntamente com os empresários, também o têm trabalhado bem, promovendo activamente as sementes transgénicas a pretexto de que são mais produtivas, mas ocultando sempre os graves efeitos colaterais que induzem, quer nos seres humanos quer na Terra Mãe. Por isso, e como medida mínima, devemos exigir a essas empresas que informem com clareza, nos rótulos, por exemplo, que substâncias se encontram nos seus produtos. É uma questão em que temos de implicar-nos mais. O que em parte já se faz com os produtos alimentícios industriais, indicando as substâncias que contêm, deve fazer-se igualmente com as sementes e com aquilo que se aplica na terra. Como em Portugal com o lítio: essas empresas querem arrancá-lo da terra para fabricar carros eléctricos dizendo que estes não irão contaminar a atmosfera, mas não falam das partes de montanha que vão destruir, da água que vão contaminar, dos pesados custos que isso irá ter para os habitantes.

Eliezer – Ainda sobre a agricultura: a Monsanto é uma das multinacionais que declarou guerra aos povos do mundo com as suas famosas sementes transgénicas. Faz parte da sua acção predatória fazer com que percamos as nossas sementes nativas. E faz parte da nossa resistência, a par de preservamos as nossas línguas e costumes, defender as nossas sementes e os nossos processos naturais de cultivo. Aquilo que pretendem vender-nos é uma praga conjunta, as sementes com os chamados fertilizantes.

Francisco – Já abordaram um pouco o assunto, mas queria pedir-vos, antes de regressarem ao México, que partilhem connosco algumas palavras sobre a vossa experiência entre nós, no Barroso ou nos últimos dias.

Isabel – No Barroso, vimos bem uma parte dos problemas com que se deparam estas pessoas ao oporem-se à abertura de minas: não só o poder do Governo e das empresas que este serve, mas também possíveis incompreensões das pessoas que não vêem o que está em jogo. Ao instalar-se uma mina, os danos que isso ocasiona atingem a terra, as populações em redor e a atmosfera. E não podemos esquecer que tais coisas são impostas à força, contra a vontade da população.

Foi uma satisfação reunirmo-nos no Barroso com representantes de pequenos grupos locais e motivou-nos muito ouvi-los declarar que estão unidos como o CNI.

Em Argemela também estão a defender os seus territórios contra a mineração, e apesar de ainda não serem muitas pessoas, ao unirem-se para defenderem o que é legítimo, fazem surgir uma força. Agora que ficámos em contacto, desejamos que não percam o ânimo, porque acompanharemos no México as suas lutas e porque muitas vezes se trata das mesmas empresas que lá e aqui ameaçam as nossas vidas.

Marcela – Dá-nos gosto e motiva-nos ver pessoas adultas que lutam, que assumem as suas vidas opondo-se a que sejam abertas novas minas ou se reabram outras. Seja onde for, nunca podemos deixar de defender a nossa Terra Mãe. Não estamos sós, somos uma rede internacional de almas valorosas. Como dizem as nossas irmãs zapatistas, não deixemos que se apague esta chama, para que continue acesa pelo mundo todo.

Leis Anti-Aborto na Polónia

O caso de Izabela e as suas implicações

MAGDALENA NAREWSKA
ILUSTRAÇÃO CATARINA SANTOS

Em Outubro de 2020, o Tribunal Constitucional da Polónia decidiu que a lei anti-aborto de 1993, que permitia o aborto em caso de deficiência grave e irreversível do feto ou de doença incurável que representasse uma ameaça à vida, é inconstitucional. Desta forma, o número de condições em que o aborto é permitido foi reduzido de três para duas. Agora, a interrupção da gravidez é permitida apenas em casos de violação ou quando a vida ou saúde da mãe está em risco. Esta restrição legislativa deu lugar a uma onda de protestos que, no entanto, não convenceu o governo a abandonar os seus planos.

Quase um ano depois, a 22 de Setembro, Izabela morre aos 30 anos no hospital regional de Pszczyna. Estava grávida de 22 semanas – tinham sido detectados vários defeitos no feto. Procurou assistência médica no hospital após sofrer um acidente casual na sequência do qual as suas águas rebentaram. Como pode ser visto na correspondência trocada entre Izabela e sua mãe, os médicos decidiram esperar até o feto morrer naturalmente (quando as águas rebentam prematuramente antes do fim da 22.ª semana, as probabilidades do feto sobreviver são mínimas, principalmente no caso de defeitos graves). Nenhuma acção foi tomada em resposta aos sintomas de choque séptico assinalado pela paciente. Como resultado, Izabela morreu no dia seguinte.

«Não podem fazer nada»

Conforme a declaração do Fundo Nacional de Saúde (NFZ), a morte de Izabela resulta de um erro médico. Ela relatara repetidamente os sintomas alarmantes à equipa médica, que terá violado os direitos da paciente com a sua ausência de reacção. Xs médicXs terão negligenciado ainda o seu direito à informação, visto que não tinha sido mantida actualizada quanto ao seu estado de saúde. Por que razão adiaram a sua decisão? Segundo o consultor nacional de perinatologia que falou durante a conferência, a motivação dos médicos não pode ser julgada com base em documentação médica. A SMS enviada à mãe no dia antes da sua morte parece apontar noutra direcção. Ela escrevera:

«Por agora, graças à lei antiaborto, tenho de permanecer deitada. E não podem fazer nada. Vão esperar até que ele morra antes de fazerem algo, caso contrário, posso desenvolver sepse. Não podem acelerar o processo [...]».

Por que razão os médicos esperaram?

A ocorrência de erros médicos é muito provável – já está sujeita a investigação. Mas qual será a sua causa? Há uma forte convicção entre a opinião pública polaca que este trágico evento é consequência da restrição da lei do aborto. A ambiguidade da legislação, em conjugação com o panorama político geral, coloca xs médicxs numa posição difícil. Por um lado, podem ser acusados de fazer um aborto ilegal (segundo o art.º 152 do Código Criminal, pode resultar numa pena de 3 a 8 anos de prisão, dependendo do caso). Por outro lado – ao recusá-lo, podem colocar a vida da paciente em risco. E embora no caso da Izabela, teoricamente, a interrupção da gravidez tivesse sido justificada e legal, é provável que o atraso na decisão tenha sido causado pela criminalização do aborto. Tendo em conta o risco de serem acusados de infringir a lei, muitxs médicxs escolhem adoptar uma atitude conformista, adiando as suas acções ou enviando as pacientes para outras instalações médicas de forma a evitar responsabilidades. Algunxs médicxs recorrem à chamada «cláusula de consciência», recusando-se a realizar o aborto por questões morais e forçando as pacientes a procurar ajuda noutros hospitais.

As suas hesitações são justificadas? Embora até à data nenhxm médicx tenha sido julgado/a por interromper uma gravidez por ameaça à vida da mãe, as acções das autoridades incitam-nxs a ser cautelosxs. Por exemplo, o Ministério Público em Białystok exigiu ao hospital a documentação médica de todas as pacientes que tinham realizado aborto entre a divulgação da decisão e a publicação da sentença do Tribunal. Recentemente, o governo anunciou que vai criar um registo que obrigará xs médicxs a reportar todas as gravidezes e abortos. É inegável que tal atmosfera cria condições desfavoráveis para os profissionais de saúde cumprirem plenamente todas as suas competências.

> «Por agora, graças à lei antiaborto, tenho de permanecer deitada. E não podem fazer nada. Vão esperar até que ele morra antes de fazerem algo, caso contrário, posso desenvolver sepse. Não podem acelerar o processo [...]».

O caso de Savita

O caso de Izabela assemelha-se, em muitos aspectos, ao caso de Savita Halappanavar. Em 2012, Savita morreu no hospital de Galway, na Irlanda, após xs médicxs se recusarem a finalizar o processo desencadeado por um aborto espontâneo. Segundo o seu marido, Savita solicitara repetidamente aos/às médicxs que terminassem a sua gravidez, mas estes ter-se-ão recusado devido à presença de batimentos cardíacos. A morte de Savita causou protestos e manifestações por todo o país.

Embora no seu caso o relatório do governo também tenha apontado para um erro nas acções médicas, o evento despoletou o debate sobre a necessidade de mudar a lei do aborto. Um ano depois, o aborto em caso de ameaça para a vida da mãe foi descriminalizado. Em 2018, como resultado de um referendo, a proibição do aborto foi abolida. Foi legalizada a interrupção da gravidez até 12 semanas e, no caso de danos graves no feto ou de ameaça à vida da mãe, sem restrições temporais.

Em resumo

Este trágico episódio incitou a população polaca a voltar a sair às ruas. Pouco tempo depois, as autoridades prenderam um dos membros da Abortion Dream Team – um grupo activista informal que ajuda mulheres com a interrupção segura da gravidez, por norma organizando tratamentos no estrangeiro. Para muitas mulheres polacas o apoio de tais colectivos representa o último recurso. Representará o caso de Izabela um impulso para repensar a legislação? Por enquanto, nada aponta para essa possibilidade.

«Falávamos uns com os outros e as pedras tornavam-se mais leves»

Pensar a utopia – Entrevista com João Carlos Louçã

Das aldeias ocupadas nos Pirenéus ao coração do Porto onde os ecos da Fontinha largaram semente, o livro *Pensar a utopia, transformar a realidade* percorre trilhos por onde circulam pessoas e militâncias movidas pelo potente motor da esperança tornada concreta. Um olhar às práticas concretas, à descoberta da acção colectiva, a projectos que desafiam a regra capitalista e projectam futuros possíveis.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT
M. LIMA
MLIMA@JORNALMAPA.PT
SARA MOREIRA
SARAMOREIRA@JORNALMAPA.PT

Horta da Bananeira, Porto (2020). Foto: Ana Rego.
Ver MAPA nº 29, «Somos rebentos!» Brota uma horta na Escarpa das Fontainhas (Dez 2020–Fev 2021)

Utopia não é uma ilha isolada mas sim um arquipélago mutante de grupos de afinidade que resistem nos cruzamentos das vidas rebeldes. Assim o vai desvendando João Carlos Louçã em *Pensar a utopia, transformar a realidade: práticas concretas* (Parsifal, 2021), livro que resulta da etnografia que realizou no Porto e nos Pirenéus entre 2015 e 2018, no âmbito do seu projecto de doutoramento em antropologia[1]. Como explicou ao Jornal MAPA numa entrevista online em finais de 2021, o objectivo – ou a necessidade – desta investigação era «encontrar razões de esperança num tempo em que ela é tão rara». Em busca de utopias concretas, o antropólogo escutou dezenas de pessoas que *vivem-em-colectivo* «partes da vida onde o mercado não chega». Pessoas que se juntam com outras pessoas e resgatam aldeias ao abandono, ensaiam orquestras comunitárias, organizam grupos de trocas, inventam moedas sociais, cultivam hortas sem talhões, reúnem em associações de bairro, experimentam com as próprias mãos (não raras vezes combinando várias destas – e outras – ao mesmo tempo), resistindo enfim ao avanço do capital sobre todas as esferas da vida. A partir desses testemunhos vividos – e dos contextos históricos que terão permitido a sua fermentação – Louçã estabelece ligações e diálogos (por exemplo entre Marx e Proudhon) e tece as suas reflexões sobre visões antagónicas de um mundo que parece estar em vias extinção. Ou será que *ainda não*? [ver infografia na p. 9]

Como te interessaste por práticas e economias alternativas?

O Porto era uma cidade onde eu já tinha estado em vários trabalhos de campo nos anos 90 ligados à antropologia médica, tinha um circuito de pessoas que pensavam alternativas políticas, alternativas económicas, alternativas de vida, e interessava-me perceber isso, [tinha] um interesse pessoal de, em tempos cinzentos, procurar alguma luminosidade da experiência humana fora das lógicas de mercado. Então, pensei que o elemento de ligação era o pensamento utópico – o pensamento utópico capaz de concretizar projectos. No Porto tinha pessoas que me permitiam a entrada nestes circuitos dos quais esperava aproximar-me e entender. Quantos aos Pirenéus, queria um contraponto não urbano ao Porto com o mesmo fio da concretização utópica e da procura de alternativas. E creio que encontrei, em registos completamente diferentes, o registo não urbano, e aquele contexto em especial – montanha, numa região muito desertificada – é muito marcante, mas, de facto, o pensamento utópico conseguiu, espero eu, conjugar essas duas vertentes do trabalho.

Há uma questão que é a espinha dorsal do teu trabalho e que tem a ver com essa noção da «antropologia comprometida». O que entendes por isso e como se diferencia do posicionamento tradicional dos antropólogos?

A antropologia tem, na sua origem, uma história complicada, muito associada a projectos coloniais, beneficiária directa do colonialismo. Todas as ciências o são, mas a antropologia tem o seu nascimento absolutamente marcado pelo colonialismo. Hoje esse momento de origem é questionado de muitas maneiras. Há inclusive pessoas, a partir de países que foram colónias, a fazer óptima antropologia. Provavelmente são os sítios do mundo em que a antropologia é mais rica neste momento e mais interessante para mim, trazendo uma amplitude mais inovadora para o campo científico. Mas em Portugal, pelo menos em Lisboa, há uma dificuldade muito grande em associar estes dois conceitos: a antropologia e o comprometimento político. E acho que isto é uma herança terrível do positivismo, segundo a qual os cientistas têm de manter a neutralidade. Isso é impossível, sobretudo cientistas sociais. A procura de neutralidade é ela própria uma posição definida.
Para mim não faz sentido pensar isto de outra maneira. Se escolhi um tema por interesse próprio, porque precisava de encontrar razões de esperança num tempo em que ela é tão rara, o compromisso com essas experiências para as quais estava a olhar era um dado de partida. Não quer dizer que algumas dessas experiências não possam ser objecto de um olhar crítico. E o nosso olhar crítico sobre nós mesmos, a nossa posição no terreno, a forma como falamos com as pessoas, os sítios de onde vimos, a maneira como escrevemos... tudo isso também faz parte do processo de elaboração teórica, da escrita e da pesquisa em campo. É um compromisso basicamente com a verdade e com a justiça, não é um compromisso com amanhãs que cantam, com futuros gloriosos... Não é nada disso. É um compromisso que parte do entendimento da desordem do mundo e que procura a igualdade entre as pessoas, [um compromisso] com a justiça, com a verdade. Eu escolhi fazer desta maneira, mas isto pode ser feito também sobre as elites económicas, por exemplo. Há muitas outras expressões da tal «antropologia comprometida».

Fala-nos um pouco da tua aproximação ao terreno. Houve algum momento em que sentiste que ultrapassaste o papel de observador?

Grande parte da minha aproximação a estes projectos no Porto foi em «bola de neve»: falava com umas pessoas e depois perguntava: «Conheces alguém que aches que também possa ter interesse eu falar e conhecer?» As pessoas conheciam sempre várias outras, a quem me apresentavam. Nos Pirenéus não havia uma porta de entrada fácil. A primeira abordagem é de desconfiança, de distância. As pessoas não gostam de falar com desconhecidos, de dar indicações de outras pessoas a desconhecidos. Eu estava na companhia de um par de pessoas que não resolviam isso inteiramente, mas ajudavam muito. Eram pessoas que já eram conhecidas, que eram da confiança destes grupos e, portanto, eu ir com elas já era um sinal de confiança. Uma delas

é provavelmente o pai da ocupação rural naquela região dos Pirenéus. Ele tem agora 58 anos, era objector de consciência ao serviço militar, nasceu na cidade de Saragoça e, basicamente, vai a fugir ao serviço cívico para as aldeias ocupadas dos Pirenéus, e está lá desde os 18 anos. Portanto, viu nascer todas as ocupações actualmente existentes. É mais velho que a maioria e já viveu em todas aquelas comunidades. Portanto, foi a porta de entrada ideal nestes circuitos. Ele tinha sempre funções: às vezes era tratar do lixo, [como sucedeu] num encontro de ocupação rural em que chegaram a estar 70 pessoas. Houve um momento em que eu e ele tínhamos que tirar o lixo de lá. Enchemos o carro dele, que era um carro grande, e fomos pelos montes até chegar a um ponto de recolha de lixo. Ou seja, o envolvimento não é só intelectual; há uma componente obviamente prática: estou ali, estou a comer com as pessoas, sigo as regras delas, e as regras delas são "todos participam nas tarefas que são necessárias". Obviamente que também fiz isso. Participei na abertura de uma estrada. Isso custou-me, garanto; carregar com pedras não é uma coisa boa de se fazer, mas como não era numa perspectiva intensa... podíamos descansar, falávamos uns com os outros e as pedras tornavam-se mais leves.

«...Tenho um entendimento que os movimentos sociais, e mesmo aqueles que são derrotados - que são a maioria -, deixam sementes para o futuro, determinam muito do que vem a seguir, do ponto da resistência social».

Ao longo do livro antecedes sempre as situações com um enquadramento histórico, em que antropologia e história estão sempre de mãos dadas. No Porto evocas a memória do 25 de Abril e de um «sujeito colectivo» que seria esse «povo revolucionário» envolvido nesse episódio histórico. Além disso, estabeleces uma ligação entre a memória do 25 de Abril e esse momento marcante para as pessoas que entrevistas que é a ocupação da Escola da Fontinha, que é uma espécie de momento fundacional de muitas das histórias. Achas que essa «descoberta da acção colectiva», como lhe chamas, materializada nas assembleias e na autogestão da escola, surge necessariamente de uma memória cimentada na experiência da Fontinha, ou é uma descoberta que pode acontecer sem tal memória?

Comecei o trabalho de campo em 2015. A Escola da Fontinha já tinha terminado há três anos. Sabia que tinha sido uma experiência importante para muita gente. Tinha tido esses ecos, mas não pensava que fosse tão determinante naquilo que fui encontrar no Porto em 2015 e nos anos seguintes, até 2018, em que me mantive em trabalho de campo. Portanto, de alguma maneira, fui surpreendido com a relevância da experiência da Fontinha. Não foi nada que tivesse previsto. À medida que ia falando com pessoas, perguntando-lhes o que estavam a fazer, como e por que estavam envolvidas nesses vários projectos, quase sempre evocavam um elemento comum, que era essa memória do tempo da Fontinha. Portanto, a Fontinha como marcador temporal de vida em que há um antes e um depois. Há um antes, em que as pessoas não se conheciam nem estavam despertas para este tipo de possibilidades, e há um depois da Fontinha, em que as pessoas criaram laços ou redes, que se envolveram em projectos, alguns efémeros, outros que perduraram no tempo, mas sempre associados a esse momento. A Fontinha foi um marcador temporal como para outras gerações o 25 de Abril foi um marcador temporal. Isso hoje já não é tão relevante, mas há 20 anos, há 30 anos, o 25 de Abril era o marcador temporal universal: havia um antes e havia um depois; nada tinha ficado igual a seguir àquele dia de Abril de '74. E a Fontinha representa, à escala do Porto e junto das pessoas com quem estive a falar, uma analogia com o 25 de Abril.

Referes que as pessoas que estão envolvidas nestes projectos não são movidas por uma revolução aguardada. Estás a falar de vidas comuns que se encontram, que têm caminhos, mas que não estão imbuídas daquelas linguagens revolucionárias que poderíamos encontrar mais presentes no 25 de Abril. Fazes alguma distinção entre essas expectativas, certo?

Sim, absolutamente. Tentei resumir essa questão com a ideia de "contaminação ou revolução", ou contaminação a partir de experiências que se alastrem no tecido social e ganhem expressão, ganhem volume em momentos particulares – os momentos de crise são momentos particulares para esse movimento de ganhar expressão – em contraste com pessoas que se movem numa perspectiva de construir uma alternativa revolucionária, uma alternativa de mudar a vida mudando as estruturas do Estado. Claro que encontrei muito mais pessoas na primeira hipótese do que na segunda, o que é normal, porque, na relação de forças que vivemos hoje, a perspectiva de mudar para um Estado igualitário, que distribua riqueza de forma justa... Há um sociólogo muito interessante, o Fredric Jameson, que diz que é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo. E na verdade estamos aí. Há muitos motivos para imaginar o fim do mundo, e nenhum deles agradável; o fim do capitalismo é mais difícil de imaginar na situação em que estamos. Mas eu dizia que, de facto, a esmagadora maioria destas experiências são de pessoas que não colocam essa questão à partida para fazerem o que quer que seja; ou seja, com os recursos disponíveis, às vezes com recursos que inventam, e a partir da conjugação de várias pessoas, de várias vontades, latitudes diferentes, também, conseguem montar projectos que disputam os espaços de mercado. Mais do que os espaços de mercado, são as relações construídas pelo mercado. Isso significa relações de trocas que têm a confiança como base, projectos de habitação colectiva, de economia comum ou partilhada, a recuperação de terrenos que estão incultos e que podem passar a estar produtivos e a alimentar pessoas e projectos de vida de várias pessoas. Tudo isso foram os meus pontos de partida e de chegada. E como é que isso se articula com uma mudança mais estrutural, digamos assim? Não sei.

Assembleia ECOSOL na Quinta do Mitra, 2015. Foto: Irene Serafino. Ver MAPA nº 24, Cultivar autonomia, colher comunidade: Hortas comunitárias e o resgate de «baldios» do Porto (Jul.-Set. 2019)

Viveiro na Quinta do Mitra. Ver MAPA nº 24, Cultivar autonomia, colher comunidade: Hortas comunitárias e o resgate de «baldios» do Porto (Jul.-Set. 2019)

«Essa ideia de que as formas de produzir, de consumir fora da lógica de mercado são residuais não sobrevive à realidade em muitos pontos do mundo.»

Porquê colocar a ênfase na dimensão económica e não tanto nas relações que se criam nas práticas de resistência?

Espero também ter posto ênfase nas relações e resistências. [risos] Mas achei que a questão económica era fundamental para a organização destes projectos. E creio que não me enganei. Não é a única questão, evidentemente. Ou seja, a bagagem cultural, ideológica das pessoas é determinante, mas todos estes eram projectos no âmbito económico. Não no sentido produtivista, mas no sentido de olhar a relação económica e para as relações humanas com uma potencialidade que não fosse a da compra e venda de produtos e serviços através dos mecanismos monetários genéricos, digamos assim. Podia ter tentado explorar outros campos, mas pareceu-me que esse era um campo demasiado central para ser ignorado, para não olhar com ele com algum cuidado.

Nas pessoas que compunham os projectos que estudaste, encontravas um debate teórico parecido com aquele que te guiava a ti, no teu quadro teórico?

A resposta é sim, encontrava. Claro que aplicados às suas próprias realidades e aos seus próprios projectos, mas todas as pessoas com quem falei reflectiam bastante as questões teóricas que depois foram relevantes para mim. Ou seja, nunca me senti num nível diferente. O nível em que eu estive foi sempre aquele em que as pessoas me colocaram pelas suas próprias questões, pelas suas próprias dúvidas e pelas práticas que me relatavam e que eu observava. Não há um nível superior da antropologia que enquadre o que as pessoas nos dizem. Não, o que as pessoas nos dizem é o nível da antropologia; é onde nós estamos e é o que é relevante.

Agora, voltando um pouco à questão do 25 de Abril, claro que o que as pessoas

R.I.P.

Quiosque do Piorio / 2016 - 2018

A não renovação do contrato pela Câmara do Porto, e posterior demolição do quiosque, geraram contestação pública. A **Worst Tours** continua com os seus passeios críticos fora dos roteiros turísticos.

Horta da Partilha / 2012 - 2020

Horta comunitária em terreno privado cedido, até que os proprietários anunciaram que o terreno seria vendido. O novo PDM permite a construção da área.

AMEP / 2014 - 2016

Associação para a Manutenção da Economia de Proximidade – um grupo de "prossumidores" que usava a moeda social ECOSOL.

ECOSOL / 2014 - 2016

Rede de Economia Solidária do Porto e a moeda social **ECOSOL**. Surgiu da **Feira de Trocas das Virtudes** e de encontros no **Gato Vadio**. Tinha assembleias itinerantes por diversos colectivos da cidade.

SEDE / 2015 - 2019/20

Espaço cooperativo e oficina colectiva. Acolheu um nó local da **Faircoop**.

Rés-da-Rua / 2014 - 2019

Casa comunitária num velho casarão no centro do Porto. Experiência de auto-gestão com cantina vegetariana, oficinas e outras actividades. O contrato de arrendamento não foi renovado e parece estar à venda com projecto aprovado para hotel (não confirmado).

Agitadoras de Alquimias / 2010 - ?

Laboratório de vivência colectiva, eco-construção, agroecologia e mais. O projecto colectivo deixou de existir ("não é nomeável"). As trocas espontâneas com a vizinhança persistem.

Rosa Imunda / 2014 - 2020

Espaço de encontro, debate, música, performance, leituras, comidas e outras liberdades pegadas. Local de acolhimento de pessoas diversas. O **Colectivo Feminista do Porto** reuniu ali algumas vezes.

A Restaurante / 2015 - 2019

Um "anti-restaurante" instalado nas águas furtadas d'O Casarão.

Contrabando / 2015 - 2017

Espaço associativo, "aberto à comunidade, de gente inconformada que vê na cultura uma forma de encontro, auto-organização, ativismo e participação".

Es.Col.A * / 2011 - 2012

«Liberta espaços, cria alternativas» e «Devolve à comunidade os espaços públicos devolutos» eram os lemas desta experiência de autogestão. Despejada três vezes, a última de forma definitiva.

Casa Viva * / 2006 - 2015

Perdeu o contrato de comodato em 2015. A tentativa de reabrir numa casa ao lado em 2018 foi abortada pelo mercado.

Escola Viva * / 2014 - 2016

Projecto educativo alternativo, experiência de auto-gestão.

PORTO, «MAIS VIVO QUE MORTO»?

«Não é fácil encontrar uma forma simples de olhar para a realidade do ativismo numa cidade como o Porto. Ela desenvolve-se muitas vezes com pouca visibilidade, em espaços próprios e no registo de pequenos grupos de afinidade que se produzem e desfazem com igual facilidade. (...) No tempo desta investigação muita coisa mudou. Houve projectos que desapareceram e outros que surgiram, projectos que se transformaram por vontade própria ou por força das circunstâncias, iniciativas efémeras e outras que vingaram para os anos seguintes, linhas de intervenção que desapareceram e outras que encontraram espaços amplos para se desenvolverem. Talvez esta estrutura dinâmica e mutante seja mesmo a principal observação que pude constatar, assim como a continuidade, apesar disso, da força material das ideias e do pensamento utópico numa indomável vontade de fazer da cidade um espaço comum para as pessoas comuns e as suas escolhas.» *in Pensar a utopia (p. 158)*

Este mapa é uma actualização, em curso e não-exaustiva, de espaços colectivos do Porto, a partir do estudo de João Carlos Louçã. Disponível online em http://u.osmfr.org/m/701600/

VIVE

Oficina Arara / Desde 2010

Colectivo de artistas, espaço autónomo de experimentação e criação gráfica.

Centro Comercial STOP / Desde 1996

Centro Comercial maioritariamente ocupado por músicos. A **Stopestra** nasceu em 2010 para evitar o despejo dos músicos e deu o seu último concerto em 2016.

Terra Solta / Desde 2011

Horta comunitária, viveiro, oficinas, feiras, almoços e mais. Começou no **Musas**, fez 10 anos na **Quinta do Mitra** (cedida pela Junta), a obra do futuro Terminal Intermodal de Campanhã ditou um final. Desde 2021 no **Centro Juvenil de Campanhã**.

Filó / Desde 2009

Restaurante, associação cultural afro-portuguesa Cochiló.

Terra Viva * / Desde 1980

Velha guarda do ecologismo no Porto, iniciou muitos jovens no pensamento libertário com os seus campos de férias e vivências na natureza.

Moinho de Silvalde * / Desde 2010

Projecto comunitário rural-urbano com horta, eco-recuperação de ruínas, fabrico de cerveja Bicha das 7 Cabeças, sumos e concentrados, música e mais.

Casa da Horta / Desde 2008

Associação cultural, restaurante vegetariano, música, debates, encontros e ponto de ligação com diversos colectivos da cidade, e com o mundo.

Casa Bô / Desde 2015

Associação cultural, ambiental e de solidariedade social. Programação em torno da música, espiritualidade, bem-estar.

Ass. José Afonso – Norte * / Desde 2005

Associação cultural e cívica dedicada à memória de Zeca Afonso. Música, tertúlias e pensamento.

Musas * / Desde 1944

Local de pensamento e vivência libertária, inclui horta e xadrez. Tem tido a sua sede repetidamente em risco, mas conseguir-se-á manter no mesmo local (mais ou menos) nos próximos anos.

Gato Vadio / Desde 2007

Livraria associativa, espaço de intervenção social. Lugar de encontros e debate com inspiração libertária. Perdeu o contrato de arrendamento no final de 2019 num processo conturbado, mas conseguiu uma nova vida numa nova morada.

Cicloficina do Porto * / Desde 2009

Com origem na **Massa Crítica**, depois da **Casa Viva, Es.Col.A., Rés-da-Rua**, está desde 2019 na **Macaréu**.

Espaço Compaço * / Desde 2011

Permacultura, cozinha vegetariana, yoga e temazcais no jardim, música do mundo e mais.

NASCEU

CSA A Gralha ** / Desde 2019

Centro social auto-gerido com cantina vegana, biblioteca, loja livre.

Maldatesta ** / Desde 2019

Livraria anarquista e bar.

Pintalhão ** / Desde 2018

Espaço de trabalho colectivo e de experimentação de autogestão, com oficina, horta, rádio, fabricação de licores e, de quando em vez, abertura ao público.

Horta Bananeira ** / Desde 2020

Horta comunitária nas Fontainhas.

A Soalheira ** / Desde 2021

Associação Social de Cultura Ambiental com horta e actividades sociais.

Urtigas70 ** / Desde 2019

Alguns dos antigos residentes do **Rés da Rua** continuam aqui as suas vivências comunitárias. Futuramente pretendem abrir as portas e retomar a cozinha comunitária, oficinas, actividades, etc.

Espaços que sofreram choque

* Mencionados no estudo mas não entrevistados, ou omissos mas incontornáveis

** Surgiram após o estudo

INFOGRAFIA **SARA MOREIRA**, **ANSELMO CANHA**, **TEÓFILO FAGUNDES**

nos dizem às vezes reflecte mais a maneira como entendem aquilo que estão a contar do que aquilo que estão a contar. Um relato é sempre mais revelador daquilo que as pessoas pensam no momento em que o fazem do que aquilo que aconteceu e que as pessoas estão a relatar. Sobre o 25 de Abril e sobre qualquer momento histórico é uma das dificuldades e também uma das enormes potencialidades de se poder fazer história a partir dos relatos orais. Não tem a ver com acreditar ou deixar de acreditar naquilo que as pessoas nos contam, mas memória é isso: a memória constrói-se *à posteriori*. Não é uma memória fotográfica dos acontecimentos; cada vez que as pessoas nos estão a contar coisas estão a interpretar. E acho que isso é bastante interessante.

Parece-me que uma das conclusões do teu livro é que todas estas experiências passam-se sobretudo, como dizes, no campo da "experimentação social" e não no campo da "disputa do poder". Que sentimentos te causaram essa evidência que retratas, atendendo que, na generalidade, prevalece ainda a crença que só a participação no poder ou no organismo de Estado consegue ser o caminho para alcançar escalas sociais mais amplas de transformação, mesmo que essa escala mais institucional seja sempre acompanhada de uma perda da participação das pessoas nos projectos em si. Parece haver um desprezar dessas experiências por não terem expressão política e se limitarem a círculos fechados. Esta inquietação ou esta dualidade também te foi colocada ao longo do teu trabalho?

Sim, foi colocada de muitas formas. Eu tento ser um estudioso de movimentos sociais e, portanto, tenho um entendimento que os movimentos sociais, e mesmo aqueles que são derrotados - que são a maioria -, deixam sementes para o futuro, determinam muito do que vem a seguir, do ponto de vista da resistência social. E às vezes é uma consciência social que consegue travar medidas. Na última década, sobre a questão da austeridade, nós pudemos assistir, não só em Portugal, mas um pouco por toda a Europa, a movimentos sociais que conseguiram vitórias importantes a respeito de travar medidas austeritárias mais graves. Para não estar a falar só da Europa, que é provavelmente dos sítios menos interessantes para se falar desse ponto de vista, essa ideia de que as formas de produzir, de consumir fora da lógica de mercado são residuais não sobrevive à realidade em muitos pontos do mundo. A verdade é que, em muitos países da América Latina, e sobretudo através das práticas de resistência dos povos originários, essas são formas de economia predominantes em regiões inteiras. Não são residuais, não são pequenas experiências, são formas enormes de práticas económicas onde as multinacionais ainda não conseguiram entrar e se calhar já não conseguem.

É verdade que as experiências do Porto que estive a investigar eram limitadas, tinham poucas pessoas, limitadas no tempo, algumas, e, para uma cidade com a dimensão do Porto, com pouco impacto. Mas, se pensarmos a coisa de outra maneira, o movimento de ocupação da Escola da Fontinha teve um pequeno ou um grande impacto na história da cidade? Eu acho que teve um grande impacto, e não foi um impacto para uma geração de pessoas politizadas, exclusivamente; foi muito para além disso. O intelectual palestiniano

> «Há um antes, em que as pessoas não se conheciam nem estavam despertas para este tipo de possibilidades, e há um depois da Fontinha, em que as pessoas criaram laços ou redes, que se envolveram em projectos, alguns efémeros, outros que perduraram no tempo, mas sempre associados a esse momento.»

Edward Said tem um texto muito bonito sobre esta ideia da sobrevivência das ideias derrotadas pela história, em que diz que as ideias derrotadas pela história voltam sempre à vida noutra vida, noutras pessoas, noutros contextos e sobrevivem às injustiças, sobrevivem ao peso do mundo, porque provavelmente são ideias que permitem aos seres humanos avançarem e terem essa capacidade de esperança. Resumindo, acho que o tamanho dos projectos não os classifica, nem o impacto que poderão ter.

Nos anos 80 eu e toda a minha geração de estudantes fizemos parte daquele movimento que começou a contestar a primeira lei das propinas, do governo de Cavaco Silva. Fizemos boicotes ao pagamento, fizemos ocupações de faculdades e do Senado, mostrámos o rabo ao Ministro... Foi um movimento social derrotado: as propinas, através de um governo socialista, foram instauradas no ensino superior público uns anos depois. Mas a memória dessa luta permaneceu em gerações seguintes de estudantes universitários: a memória de que houve um momento em que os estudantes de quase todas as faculdades públicas do país disseram que não queriam pagar propinas, que aquela era uma lei injusta, e que fizeram greves, ocupações... chegámos inclusive a ocupar a Assembleia da República.

Fazendo uma ponte para os tempos em que vivemos, com novos moldes de crises, em que a crise já não é só económica e pesa sobre nós essa terrível expressão que é o "distanciamento social", em que o sentido do comum e da comunidade parece ameaçada por sentimentos de medo e securitários, favorecendo claramente a acção do Estado. Estes actuais momentos pandémicos parecem ser contrários a essa recuperação, de baixo para cima, desse mundo comum. Até porque parece que os espaços de encontro nos foram retirados. E no meio deste frenesim que estamos a viver actualmente, achas que, ainda assim, é um momento para poderem surgir essas experiências transformadoras e estas alternativas, estamos a viver um revés disso ou uma oportunidade?

Gostaria que estivéssemos a viver uma oportunidade. A ideia de crise em Portugal é uma ideia curiosa, porque nós nunca saímos dela: estamos sempre em crise. Claro que agora há uma crise global: a pandemia. Mas antes da pandemia houve a crise financeira, que também era global. Portugal está sempre em crise, mesmo que, em retrospectiva, não estivéssemos em crise. Mas a ideia de crise é uma ideia recorrente, aproveitada por uma concepção de sociedade fechada nos moldes da sociedade de classes, do sistema económico em torno do capitalismo. Ou não. Pode representar momentos de questionamento colectivo, de interrogação sobre o futuro, sobre os modelos dominantes da política, da educação, sobre o modelo do Estado, a Segurança Social, o trabalho... Como momentos em que interroguem essa realidade, são momentos produtivos. O primeiro momento da pandemia, em que, de repente, os serviços públicos de saúde eram os serviços essenciais para a vida das pessoas e para a reacção face à doença, em que as pessoas, um pouco por todo o mundo, vinham para as varandas aplaudir os profissionais do Serviço Nacional de Saúde é um momento muito curioso, que é completamente a contra-ciclo do projecto burguês para a saúde, que é a sua privatização. De repente, há uma pandemia e a âncora para a esperança no mundo são os serviços públicos. Claro, entretanto isso já ficou lá atrás, já foi tudo há muito tempo. Mas isto foi o ano passado. Portanto, acho que as crises, inclusive esta crise pandémica que estamos a viver, também são momentos de questionar o inquestionável.

Se isto pode ter continuidade em processos de transformação social mais profundos? Acho que não estamos à beira disso. Há uma situação de conflito que é cada vez mais evidente. Acho que o enorme aumento da extrema-direita no mundo – e não só da extrema-direita organizada, mas da extrema-direita como ideologia da supremacia racial, da desigualdade, basicamente, das ideias do ódio sobre o outro – transformou o nosso mundo no tempo das nossas vidas: a extrema-direita era desconsiderada como alternativa de poder na maior parte dos sítios do mundo e agora já não é; na maior parte dos sítios do mundo já é alternativa de poder, de poder do Estado, de poder económico, de poder militar... Isto é uma mudança muito grande e acho que muitas vezes as suas ideias se reflectem na direita tradicional, às vezes até na esquerda, que também consegue ser conservadora, racista, xenófoba, etc. Portanto, o problema da extrema-direita não é só umas pessoas que ocupam uns lugares, mas uma ideologia que se repercute em muitos níveis da sociedade e muito para lá da orgânica da extrema-direita. Mas acho que do lado que se opõe a isto também há uma consciência maior. Espero que haja uma capacidade de resposta e alguma visibilidade a alternativas.

Foto: Zita Moura. "Ocupação da Escola da Fontinha, 2012/2013"

NOTAS

1 A tese "*Pensar o Impossível, Transformar a Realidade – a prática da utopia concreta no Porto e Pirinéus*", defendida em 2019, pode ser solicitada online através do repositório da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Submissão e resistências num vale de suor e lágrimas

Crónica de um dia de trabalho com portugueses na Suíça

Uma tempestade chega da Itália, e esconde o Mont Blanc.

O mito da Suíça como país onde se consegue amassar fortunas esconde os inúmeros abusos e dificuldades aos quais se sujeita a mão de obra imigrante. Muitos entram para trabalhar na vinha e acabam por ficar, quase sempre alimentando a esperança de regressar ao seu país, deixando para trás uma sociedade que faz tudo para manter o estrangeiro à margem.

GALVÃO DEBELLE DOS SANTOS

Um quarto para as cinco. Apago o despertador e dou uma vista de olhos às previsões meteorológicas. Doem-me os joelhos, levanto-me com dificuldade. Cambaleio até à cozinha e repito mecanicamente os gestos quotidianos que me permitem alimentar-me de forma minimamente decente. São dez horas de trabalho a 500-600 metros de altitude, no vertente sul do Valais suíço. Contando o transporte e a hora de almoço, são 12 horas por dias que passamos fora de casa, expostos às mudanças climáticas constantes provocadas pelos cimos de 3000 metros que nos rodeiam. O contexto alpino será sem dúvida aquilo que me fez apaixonar-me por este lugar insólito. A Suíça é um país estranho, que se considera o centro do mundo e que não gosta de ninguém. Não gostam dos franceses, não gostam dos alemães, não gostam dos italianos.

São conhecidos pelo seu chocolate, os seus relógios, o segredo bancário e a sua suposta neutralidade diplomática. Menos conhecido é o seu empenho em produzir vinhos que serão quase exclusivamente consumidos no mercado interno. Existe uma tradição importante de produção vitícola no cantão do Valais, maioritariamente de fala francesa. De facto, os cerca de 450 quilómetros de muros milenários que sustêm mais de 10.000 terraços em Lavaux foram incluídos no património mundial da UNESCO. Hoje em dia, a mão de obra agrícola é quase exclusivamente de origem estrangeira, deixando de fora os trabalhos qualificados (secretariado, contabilidade, enólogos, técnicos vinicultores, etc.). A vinha é uma porta de entrada para a comunidade lusófona, que nem sempre consegue aceder a trabalhos mais qualificados e melhor remunerados.

Seis da manhã. Ainda está de noite, mas ao chegar à garagem, o movimento dos veículos e a pressa dos chefes cria alvoroço. Saudações fugazes entre colegas, que se juntam por grupos linguísticos. Na empresa em questão, há duas grandes famílias: a Latina e a Eslava. O único representante da primeira é o grupo português, que é minoritário na empresa. A maioria de colegas são da Polónia e da Macedónia, os chefes da Eslováquia. E, de vez em quando, encontra-se algum húngaro e romeno, ou até mesmo algum espanhol despistado. Repartido o trabalho e formadas as equipas, amontoamo-nos nos veículos da empresa, que arrancam sem demora para a vinha. Não se recebe enquanto não se começa o trabalho, pelo que quem pode tenta dormitar mais um instantinho.

Nas vinhas suíças, as mulheres não conduzem. O transporte ilustra a proibição que lhes impede o acesso a qualquer cargo de responsabilidade. Muitas delas conhecem bem tanto os caminhos que levam às parcelas como o trabalho que é para fazer em função da altura do ano ou do estado das videiras. Mas não, nunca são consideradas como interlocutoras, nem sequer se lhes permite conduzir. Nunca. Se for preciso, chegam a pôr ao volante rapazinhos imberbes e desajeitados para o ofício. Ao terem acesso às máquinas, os homens vão acumulando experiência e conhecimentos que os tornam indispensáveis. Isto permite-lhes negociações salariais, autonomia durante o dia, e poder sobre os seus colegas. A bazófia dos homens só pode ser comparada à discrição das mulheres, mantidas em posição de inferioridade.

Seis e meia, o sol levanta-se ao longe, detrás de montanhas cujo relevo é de uma beleza que desafia o entendimento. A esta hora não são apenas as dificuldades linguísticas que tornam a comunicação penosa. Começa-se o dia cansado, sentindo as dores de costas da véspera e o desgaste das 60 horas de trabalho semanais. Por afinidade ou pressão dos chefes, vai-se colocando cada trabalhadora numa fila por fazer. Choveu durante a noite e a vinha está encharcada. A neve no cimo das montanhas ainda não derreteu,

algumas colegas levam luvas de limpeza para evitar ficar com as mãos geladas. Muitos levam calçado inadequado, demasiado ligeiro, frequentemente desgastado. Pés encharcados, roupa molhada, tosse rouca. Não convém ficar doente, quem fica em casa não recebe e continua a ter gastos.

Os testes covid são caros, e dado que ninguém os faz, ninguém anda doente. É bem-sabido que na Suíça tudo se paga. É obrigatório pagar um seguro privado para trabalhar. A empresa oferece um pacote básico a quem vem de fora. Dizem que fica mais barato porque têm um acordo colectivo. Explicam-me que, na verdade, fica-lhes mais barato porque para cerca de 30 trabalhadores só se dá o nome de 20, e se houver um acidente muda-se o nome de quem está incluído. Ganha o patrão e ganha o empregado. Quem vive na Suíça paga o dobro para ter o seu próprio seguro, e o patrão perde a oportunidade de ficar com parte do salário. O mesmo acontece com o alojamento. Os grandes proprietários diversificam o seu negócio e investem em bens imobiliários. Os preços são imbatíveis, as condições, precárias. Partilham-se quartos, não se tem contrato de aluguer.

Nas vinhas suíças, as mulheres não conduzem. O transporte ilustra a proibição que lhes impede o acesso a qualquer cargo de responsabilidade.

A primeira pausa demora em chegar. Já trabalhámos quatro horas a fio, o corpo pede descanso. Queriam acabar a parcela, mas por volta das onze, dão-se conta de que ainda falta muito. Quinze minutos para voltar para a carrinha, pôr qualquer coisa no bucho, fumar uma cigarrada e já está na hora. Hoje não chove. A água que cai do céu e que se vai infiltrando por baixo dos impermeáveis não é suficiente para que nos enviem para casa. O frio e a humidade despertam as dores dos mais velhos, que as escondem o melhor possível. Nota-se o sofrimento imenso acumulado por aqueles corpos maltratados pelo trabalho. Quem já não pode trabalhar é despedido e fica sem nada. São precisos dois salários para manter filhos, pelo que os casais com criançada vivem constantemente separados deles. Também quem vem de fora está longe da família. Tanto os polacos como os portugueses estão a cerca de 2000 quilómetros de casa.

Uma parcela especialmente empinada

Os terraços permitiram aproveitar a totalidade do vertente Sul do vale

Um chefe suíço disse-me uma vez que no país dele há uma cultura do trabalho. Temos sorte de obter os salários que nos pagam, e olha que o patrão não está obrigado por lei a dar-nos uma pausa à tarde. Imaginas? São 15 minutos durante os quais não trabalhas e ainda recebes. Foi o único suíço que encontrei na vinha. A pressão produtivista empurra a reduzir a complexidade das tarefas, a simplificar o motivo da nossa presença. Trata-se simplesmente de limpar o pé para que o glifosato não mate a parreira, arrancar as duas folhinhas de cada talo, pôr algum que esteja saído dentro do arame, mas não percas muito tempo com isso. Heresia, dirão os antigos. Obter boa uva requer realmente muito trabalho e cuidado, um ofício que se aprende com os colegas, que partilham o seu conhecimento sem pedir nada em troca.

Tudo começa com a poda, em janeiro. Deixa-se uma boa reserva para o ano seguinte, torce-se o talo que se guarda e cortam-se os restantes. Com a chegada da primavera, começa-se a selecionar os cerca de sete rebentos que vão dar fruto este ano, e que crescem sobre aquele que se deixou dum ano para o outro. Procura-se que estejam bem distribuídos, que sejam vigorosos e que tenham feito muita flor. Lá para finais de Abril, o crescimento acelera e chegam os reforços, que se juntam à equipa que fica o ano todo. Já em Junho, os talos escolhidos começam a endurecer e enfiam-se dentro dos arames, que lhes dão suporte e mantêm-nos direitos. O verão instala-se e os cachos enchem-se de açúcar, até que chega o momento de cortá-los. Quem vem de fora fica cerca de quatro meses no total, trabalhando por volta de 250 horas mensais.

Já é uma e meia. E lá vêm eles outra vez com a lenga-lenga de acabar a parcela antes da pausa. Na Suíça há muito pouca margem para queixas e reivindicações. Os contratos são de três meses com três meses de prova. O empregador também pode pôr fim ao contrato se o volume de trabalho for reduzido. Dado que não se reconhecem horas extra, o contrato só garante 45 horas de trabalho semanais. Se bem que esteja proibido trabalhar em feriados, as autoridades cantonais concedem autorizações especiais para trabalhar sem máquinas. Se nos pudessem fazer trabalhar ao domingo também o fariam. A hora de almoço não é paga, e quando convém é reduzida a meia hora. Em dias de chuva, acaba por ser conveniente para não apanhar frio. Reconforto-me com essa ideia, mas depois de sete horas de trabalho o corpo já não quer mais. As tardes são sempre longas.

O ritmo marcado pelos chefes não abranda. O sol voltou, e de ter frio passamos a suar como porcos. Penduram-se casacos nos piquetes, trocam-se galochas por sapatos, a roupa aquece mas fica molhada. O ar está pesado, carregado de humidade. É complicado mudar de roupa ou beber água. Quem se atrasa fica para trás. Quem fica para trás vai ter problemas com o chefe. Dores de cabeça, dores articulares, cansaço. Mas podia ser pior. O Valais suíço chega a tornar-se num forno no pico do verão. Poucos usam protector solar, e apanham escaldões impressionantes. Estamos na vertente Sul, sem qualquer outra sombra que as videiras das quais cuidamos. Trabalhamos sempre virados para Oeste, com o cimo à nossa direita. Desta forma, não arrancamos as folhas que protegem as vides do sol da tarde. Trabalha-se sempre em desequilíbrio, com a perna esquerda em baixo.

Esta vez fazemos a pausa demasiado cedo. Antes fizeram-nos trabalhar esfomeados, agora convém-lhes parar antes. A parcela é grande e perde-se tempo ao voltar para a carrinha para a pausa. Esta é especialmente empinada, os pés escorregam, é difícil encontrar bons apoios. Juntaram a equipa portuguesa com uma das equipas polacas. Assim os colegas controlam-se uns aos outros. Não podemos trabalhar muito rápido, o que indicaria que não chegamos cansados ao fim do dia. Mas a pressão nunca decai, e se andarmos a engonhar ficam a pensar que trabalhamos sempre assim. O racismo suíço, que justifica qualquer abuso, fica encoberto por aquele que opõe portugueses e polacos. Os polacos são sujos, animalescos, rebaixam-se diante do patrão, são rápidos mas trabalham mal. Os portugueses são meio muçulmanos, idiotas que maltratam as suas mulheres e que se acham os maiores.

São precisos dois salários para manter filhos, pelo que os casais com criançada vivem constantemente separados deles.

Até que enfim. Não precisam de o dizer duas vezes. Toda a gente se mete na sua carrinha, e conduzem-nos de volta à garagem. Chegamos às 17:30. Afinal fizeram-nos trabalhar mais meia hora do que previsto. Era suposto sairmos mais cedo por termos tido só meia hora de almoço, mas não foi assim. Encontro-me tão cansado que me custa arrancar. Só quero mesmo voltar para casa, comer qualquer coisa enquanto preparo o dia de amanhã e ir para a cama. Justamente por sentir que o meu corpo já não reage, obrigo-me a conduzir até ao lago mais próximo para dar um mergulho. O mau estar e a tensão já estão longe, tão longe como os picos que rodeiam o vale do Ródano. Seria mentir dizer que não se trata de trabalho duro. Mas os portugueses que me acolheram e ajudaram são pessoas que gostam de estar na Suíça. Afinal, vai-se poupando. E, enquanto não se regressa a Portugal, tenta-se viver o melhor possível.

8000km. de Barra a Beja

Tumbul Kamara, imigrante da Gâmbia, fuma um cigarro no exterior da sua casa na zona industrial de Beja. Ao longo de seis anos, Tumbul percorreu o continente Africano e a Europa em busca de trabalho. Conheci-o em Beja numa tarde de inverno, após um dia de trabalho de apanha de azeitona. Jovem, com apenas 25 anos, Tumbul carrega o peso de uma vida passada a fugir da pobreza. Em Beja, trabalhava sete dias por semana e fez questão de aí se organizar com outros companheiros para arranjar uma casa que os permitisse viver com dignidade.

TUMBUL KAMARA
FOTOS E INTRODUÇÃO ANDRÉ PAXIUTA[1]

«Vejo os meus irmãos a viver em casas sem condições, a pagar muito dinheiro por um colchão no chão. Os proprietários recebem o dinheiro, sem dar um recibo ou um contrato. Não impõem limites ao número de ocupantes porque isso lhes é rentável. Não se preocupam por quem lá vive. Nem como vivem. Querem apenas o dinheiro. E se não pagamos, porque estamos sem trabalho ou sem receber dos nossos patrões, mandam-nos embora» ... «Ao ver tudo isto a acontecer percebi que tinha de me organizar e lutar contra o sistema que nos acolhe. Mas as lutas são muitas e diárias. Exploração, preconceito, racismo... Não sei quanto tempo vou aguentar...»

À data de publicação deste seu relato, incluído no ensaio fotográfico «Oil Dorado», Tumbul já abandonou a cidade de Beja. Procura agora trabalho em outras regiões de Portugal, na construção civil e agricultura.

Se visitares o meu país, à saida do aeroporto as crianças vão a correr atrás de ti com um sorriso no rosto gritando *"Toubab! Toubab! Give us minty!" ("Homem branco! Homem branco! Dá-nos um rebuçado!"*). Elas são amigáveis. São pobres, mas são amigáveis. A humanidade ainda está lá e acreditam que somos todos iguais de coração.

Esta é a África que eu conheço. Na minha terra natal o homem branco é tratado com respeito ... mais respeito do que ele normalmente espera. Eu só peço que seja tratado da mesma forma.

Nasci em Barra, numa pequena cidade no litoral da Gâmbia. O meu pai faleceu quando eu era jovem e cresci com a minha mãe. Tenho um filho de sete anos.

A vida era difícil na minha cidade e lutávamos diariamente para sobreviver. Trabalhava, geralmente nas obras, a ganhar cerca de 50 € por mês. Conseguia com isso comprar um saco de arroz de 30kg por 30€ e o resto do dinheiro teria que esticar para pagar minhas contas, ajudar minha mãe e sustentar meu filho. Como é que alguém pode ganhar a vida assim? Como é que alguém pode sonhar e acreditar que vai conseguir? Simplesmente não é possível.

Abandonei o meu país na esperança de encontrar uma vida melhor que me permitisse sustentar aqueles que amo. Com a ajuda da minha família e amigos e trabalhando em vários locais, consegui poupar dinheiro suficiente para rumar em direcção à Europa.

Parti de Barra no dia 20 de Março de 2014, viajando para o Senegal, Mali e Burkina Faso, de autocarro e a pé, subornando guardas de fronteira e polícias em bloqueios de estrada, até finalmente chegar à cidade de Agadez, no Níger, ponto de entrada do deserto de Ténére e da rota que me levaria até à Líbia.

Agadez é uma cidade árida, situada na rota de migração de milhares de pessoas que tentam chegar à Europa todos os anos. Mas viajar para norte significa cruzar o deserto de Ténére e do Sahara, ambientes hostis e desafiadores que a maioria das pessoas não consegue enfrentar sozinha. Os grupos de tráfico humano e de contrabando sabem disso e tiram proveito dessa situação. Eu não sabia o caminho e acabei por contratar um desses grupos.

Paguei 400€ para ser transportado para Trípoli. Fui colocado na bagageira de um 4x4 juntamente com 34 pessoas, pressionadas umas contra as outras como se fôssemos sacos de batatas. Deram-nos muito pouca comida ou água durante a viagem. Fomos brutalizados e maltratados ao longo do caminho, mas éramos impotentes contra os contrabandistas armados com AK47. Os que morreram de sede ou de fome foram deixados no deserto como cães, como se não fossem humanos com esperanças, sonhos e uma família ... memórias desta viagem que me custam reviver...

Após sete dias de estrada, chegámos à cidade de Sabha, localizada 770 km a sul de Trípoli. Fomos trancados dentro de um armazém durante dois dias, sem comida ou água, esperando ser contrabandeados para a próxima paragem. O último trecho da viagem foi feito em diferentes veículos, aguardando o momento certo para entrar na cidade. Eventualmente, no que viria a ser a minha última viagem, fui posto dentro do porta-malas de um táxi, para evitar ser localizado pela polícia, e levado para Trípoli.

Uma vez na cidade, foi me atribuído um Koukshour (apelido para um contrabandista) que me seguiu durante os primeiros dias na capital. Para me livrar da máfia local tive que fazer outra transferência para o mesmo grupo que contactei inicialmente no Níger. Depois de o dinheiro chegar ao seu destino, foi me dado algum dinheiro, apenas o suficiente para comer por uns dias, e mudei-me para fora da cidade.

Os bairros nos arredores de Trípoli são mais pacíficos e os migrantes são menos assediados. Os árabes contratam pessoas para trabalhar na agricultura, nas obras e nos mercados locais a descarregar caminhões para os vendedores. Nesta fase, o meu objectivo era ganhar o dinheiro suficiente para conseguir um lugar num barco para a Europa.

A 27 de agosto de 2016, saí de Trípoli com 125 pessoas, arriscando a minha vida no Mar Mediterrâneo. Conduzimos o barco durante três dias sem nunca ver a costa da Itália. Algumas pessoas começaram a ficar desnorteadas devido à desidratação e algumas morreram após beberem água salgada. Ao terceiro dia no mar, a 30 de Agosto, fomos recolhidos pela Guarda Costeira Italiana e por grupos humanitários europeus.

O sistema de asilo italiano permitiu-me obter um cartão de residência por um período de seis meses. Durante esse tempo tentei estabelecer-me e encontrar um emprego. Mas eventualmente o meu visto expirou e continuei o meu caminho, morando em diferentes partes do país de forma ilegal, de Nápoles a Turim, tentando ganhar a vida a trabalhar na agricultura.

Quatro anos depois de ter chegado a Itália, os meus documentos ainda não tinham sido legalizados. O meu pedido de asilo não foi aceite e já tinha esgotado todos os

É por causa da cor da nossa pele? É por causa do estigma que carregamos como migrantes? Caraças! Só precisamos de uma chance!

recursos junto do departamento de imigração italiano. Os funcionários faziam sempre as mesmas perguntas: "Por que é que você abandonou o seu país? Foi por causa da guerra? Por perseguição?". Um simples "SIM" poderia me ter dado uma chance de ser aceite para asilo. Mas eu nunca menti. E eu não vou mentir! Estou-me nas tintas se alguém se preocupa com a minha situação! Eu fugi da pobreza. É simples! A minha mãe está lá. Meu filho está lá. Eu não perdi coisa alguma! Mas não podemos sobreviver sem comida e esta é a única maneira que eu tenho de os ajudar.

Acabei por entrar num avião e voar para Portugal, arriscando a minha sorte num novo país. Cheguei a Beja no dia 20 de Fevereiro de 2020, durante os estágios iniciais da pandemia Covid-19, para trabalhar nos campos fora da cidade na apanha da azeitona. Estou aqui desde então, a trabalhar dez horas por dia, às vezes mais, seis dias por semana.

Somos muitos nesta situação, contratados por intermediários que nos levam para trabalhar em diferentes propriedades na região. Raramente conhecemos os proprietários. As condições de trabalho são más e os nossos patrões estão constantemente a explorar-nos, a cortar o nosso ordenado conforme acham conveniente. E se trabalharmos horas extra ou durante o fim-de-semana, recebemos o mesmo. Se reclamarmos, dizem "Não estás feliz? Vai trabalhar noutro lugar!". Isto coloca-nos numa condição de precariedade, contra a qual temos pouco ou nenhum poder para lutar. Eu preferia trabalhar directamente para os proprietários, com um contrato estável, mas parece que todos lucram em nos ter nesta situação.

Moramos em casas velhas, quase sem condições, pagando desde 50€ por um colchão velho no chão, até 550€ por uma casa velha e sem condições. Tudo sem recibo. E se tentamos encontrar uma casa adequada ou pedimos um recibo, as pessoas não nos querem. É por causa da cor da nossa pele? É por causa do estigma que carregamos como migrantes? Caraças! Só precisamos de uma chance!

Eu sinto falta da minha família. Já se passaram quase sete anos desde que os vi pela última vez. A minha mãe está a ficar velha … tem 65 anos. Sinto falta do meu filho. Ele tem sete anos e dói não ser capaz de lá estar para o ver crescer. Eu cresci sem pai e sei como isso é difícil. Eu ajudo-os da melhor maneira que posso, enviando dinheiro todos os meses. Mas isso não é suficiente … nem para eles nem para mim. Mas enquanto eu não conseguir legalizar a minha situação, vai ser impossível viajar para minha terra natal. A minha família passou por muito para garantir que eu tivesse o apoio para fazer esta viagem e eu não vou arriscar perder tudo pelo qual trabalhei.

A vida não tem sido simples. Mas eu não abandonei a Gâmbia em busca de algo fácil ou à espera de que o mundo simplesmente abrisse portas às minhas necessidades. O meu único objectivo é viver com dignidade, trabalhar e ser tratado como um ser humano. Já vi pessoas envolverem-se com drogas e crime. Mas eu não estou aqui para viver da ilegalidade. Quero trabalhar e ter a oportunidade de construir uma vida em Portugal da qual me possa sentir e fazer a minha família orgulhosa.

NOTAS

1 Relato publicado no ensaio fotográfico «Oil Dorado» de André Paxiuta, que testemunha as transformações da agricultura intensiva no sul de Portugal. Um livro que retrata a degradação sem precedentes da paisagem, da poluição de recursos naturais e do contexto de escravatura moderna que afeta milhares de trabalhadores migrantes que trabalham nos campos do Alentejo | www.apaxiuta.com

Às armas!

«Flexibizar» os direitos das polícias na fronteira; introduzir, no Código Fronteiriço de Schengen, o conceito de migrante «instrumentalizado», de forma a torná-lo passível de ser mais facilmente deportado; e abrir a época de caça nas fronteiras internas. Eis o tripé em que assenta a resposta da UE à «crise de refugiados» na sua fronteira com a Bielorrússia. Uma resposta típica de tempos de guerra.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO ALEXANDRE ESGAIO

Um número incontável de pessoas morre nos vários caminhos em direcção à Europa. As que chegam às fronteiras apenas para aí perecerem são ainda demasiadas e contam-se às dezenas de milhar. Poucas são brancas. A maior parte afoga-se ou desaparece no mar. E há quem sufoque em camiões, quem seja atropelado, quem morra de hipotermia. Muitas causas desconhecidas, também, como desconhecidas são as identidades desses corpos – quando os há – que ninguém chorará.

Na costa ocidental de África a tentar chegar às Canárias, em Ceuta e Melilla, por todo o Mediterrâneo, nos campos de detenção de refugiados da Turquia ou da Líbia, sem falar nas ruas de todos os países de trânsito que têm acordos com a UE para impedirem a passagem de pessoas que a tenham como destino, este é o dia a dia de milhares e milhares de pessoas em fuga de situações já de si desesperantes. O quotidiano invisível a olhos europeus de quem nasceu do lado errado do capitalismo e da Europa-Fortaleza.

Recentemente, no que aparenta ser uma orquestração geo-estratégica do eixo Rússia-Bielorrússia, um número considerável de gente em fuga sobretudo do Afeganistão e do Iraque foi conduzida até às fronteiras terrestres da UE. A Polónia, a Letónia e a Lituânia apressaram-se a declarar estados de emergência para se «defenderem». Na altura, e no seguimento da nova legislação que estes «estados de emergência» permitiram aprovar e também de crescentes e insistentes acusações de *pushbacks* ilegais de migrantes por parte destes países, a Comissão Europeia limitava-se a afirmar que estava em contacto com eles.

A Polónia aprovara já uma lei que legalizava os *pushbacks*. A Lituânia, ainda durante o Verão, alterara a sua lei de estrangeiros, passando a permitir expulsões colectivas em alguns casos. Na sua declaração de estado de emergência, de 23 de Novembro, o parlamento lituano autorizava os guardas fronteiriços a utilizar «coerção mental» e «violência física proporcional», de forma a evitar a entrada de migrantes através da Bielorrússia. A Letónia utilizava tácticas semelhantes nas zonas onde declarou o estado de emergência.

Ver refugiados como «armas»

À transformação dos migrantes em armas levada a cabo, tudo o indica, pelo regime de Alexander Lukashenko, a União Europeia responde com arame farpado, excepção legal e militarização, assumindo que as pessoas que ficam dias e dias em condições sub-humanas são, de facto, «armas» que não podem entrar em território europeu.

Para a UE, a solução não passou por arranjar forma de acolher as cerca de 15 mil pessoas que estavam então na Bielorrússia, nem sequer as mais ou menos duas mil presas entre exércitos e barreiras nas fronteiras com a Letónia, a Polónia e a Lituânia. Essa questão nunca se colocou. A sua prioridade imediata não foi nunca a de encontrar um destino seguro para aquelas pessoas. Foi antes negociar as formas de diminuir o fluxo de migrantes e, ao mesmo tempo, planear o envio de quem conseguiu chegar às fronteiras da Europa de volta para os países de onde fugiam.

«Ainda há algum trabalho a fazer», disse Josep Borrell, o chefe da política externa da UE, aos repórteres no dia 23 de Novembro. «Mas, por enquanto, pensamos que podemos considerar o fluxo [de migrantes] controlado». Este comentário teve eco no vice-presidente da Comissão Europeia, Margaritis Schinas (que tem a pasta da «Promoção do Modo de Vida Europeu», anteriormente chamada «Protecção do Modo de Vida Europeu»), que viajara há pouco para o Líbano, Iraque, Emirados Árabes Unidos e Turquia: «Os voos a partir de Bagdad e a passar pelo Dubai, Beirute, Istambul, Damasco e Tashkent foram todos interrompidos». Acrescentando que «a atenção passará agora para os regressos. De forma a aliviar a situação na fronteira, estamos a trabalhar no sentido de intensificar os regressos».

Pela mesma altura, chegavam notícias de denúncias crescentes de mortes na zona de exclusão polaca, relatórios permanentes de abusos policiais dos dois lados da fronteira e *pushbacks* ilegais. De um lado para o outro, à mercê de quem ataca, as «armas», empurradas ora para dentro da União Europeia ora para fora. Stefan Lehmeier, director regional do Comité Internacional de Salvamento, que viajou recentemente ao longo da zona de exclusão polaca com a Bielorrússia afirmou ter encontrado, no dia 22 de Novembro, três iraquianos próximos da morte com hipotermia grave. «E sabemos que agora há casos muito mais graves», acrescentou. «Muitas vezes pode ver-se os guardas fronteiriços [polacos] a tentarem expulsar pessoas o mais depressa possível, antes que possam requerer asilo. E depois desaparecem. E depois, sim, é impossível ajudar», disse ainda.

Um relatório da Human Rights Watch, publicado no dia 24 desse mês de Novembro, desenhava quadros e conclusões semelhantes, podendo ainda ler-se que a Bielorrússia e a Polónia partilhavam responsabilidades pelos milhares de pessoas que estavam nas fronteiras. Também se fica a saber que essas pessoas foram enganadas por agentes de viagens, tendo algumas pago até 17 mil dólares para chegarem à Polónia. A ONG diz ainda ter testemunhado táxis e carrinhas licenciados a chegar a um hotel no centro de Minsk, à tarde, para levar grupos de gente para as zonas fronteiriças.

Em Dezembro, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) anunciava que, pelo menos, 21 pessoas tinham morrido nestas zonas de fronteira. Com vastas áreas proibidas à comunicação social e ao trabalho solidário, «esta é uma rota difícil de documentar. O número verdadeiro [de mortes] é provavelmente maior», afirmou a OIM num *tweet*.

«Flexibilizar»

A Comissão Europeia já dera o seu aval às barreiras físicas construídas especificamente para impedir a entrada de quem foge do Iraque ou do Afeganistão através da Bielorrússia. Posteriormente, a 23 de Novembro, Ylva Johansson, comissária europeia para os Assuntos Internos,

afirmou que «em alguns casos, ainda estamos em avaliação, mas penso que vamos pedir alterações em algumas das legislações» que foram entretanto aprovadas na Polónia, Letónia e Lituânia. Não disse quando nem como nem sobre que pontos concretos. A 1 de Dezembro, no final de um longo trabalho de contornar questões relacionadas com as alterações legais nos países com zonas em «estado de emergência» que, por exemplo, legalizam os *pushbcks* na Polónia, a Comissão Europeia sugeriu que os migrantes pedissem asilo... na Bielorrússia: «a Bielorrússia faz parte da Convenção de Genebra. É também uma possibilidade, pedir asilo na Bielorrússia», afirmou Ylva Johansson perante os jornalistas. Dizer que esta é a mesma comissária que tem acusado o líder bielorrusso de ser um ditador sem escrúpulos é a chave final para a compreensão da preocupação que a UE tem em relação ao destino dos migrantes.

Estas afirmações surgiram a propósito da apresentação pública de uma nova estratégia da Comissão Europeia, que permitirá à Polónia, à Lituânia e à Letónia «flexibilizar» as regras de asilo que se aplicam a todo o território da UE. A tão esperada reacção da Comissão às ilegalidades dos três Estados membros surgia finalmente e assumia a forma habitual dos Estados de Direito: se a legalidade é incómoda e as práticas ilegais nos servem e agradam, muda-se a lei. É verdade que se trata de uma proposta de «carácter extraordinário» e «natureza excepcional», mas isso não esconde, até pelo contrário, que os «valores da UE» são suficientemente flexíveis para se tornarem no seu contrário, um tipo de estratagema que estávamos habituados a ver apenas em cenário de conflito militar aberto, que, entretanto, nos tem moldado a vida nos últimos dois anos também a propósito de uma suposta guerra, no caso, contra um vírus, e que, assim, se alarga à gestão de migrações. A questão é que a UE adoptou a retórica polaca da «ameaça híbrida», partilha com esse país, e com a Lituânia e a Letónia, a visão de que os migrantes são armas e, agora, dá cobertura legal à maioria das atrocidades que as autoridades destes três países têm cometido nas suas zonas de fronteira com a Bielorrússia. Para a apresentação desta proposta, com Johansson esteve o vice-presidente da Comissão Europeia, Margaritis Schinas, o tal da pasta da Promoção do Modo de Vida Europeu. Para que conste.

As autoridades destes países passam a dispor de um prazo alargado de quatro semanas para registo de candidaturas a protecção internacional, em vez dos três a dez dias previstos no regulamento de Dublin. Com processos que se poderão arrastar por mais de um ano, os candidatos serão colocados em «centros de acolhimento temporário», que deverão assegurar «a cobertura das necessidades básicas», calcula-se que ao estilo dos *hotspots* das ilhas gregas. Ao mesmo tempo, estes países passam a estar autorizados a um «procedimento simplificado» e «expedito» no que diz respeito a deportações, ou melhor, «regressos». Tudo isto pode representar a adesão da UE a práticas proibidas pela Convenção de Genebra, como a detenção de refugiados e o retorno forçado de candidatos a asilo.

O Concelho Europeu de Refugiados e Exilados, uma rede de cerca de cem ONG de vários países europeus, afirma que estas propostas podem levar à detenção de pessoas por um período de até 16 semanas. E que há uma variedade de «direitos fundamentais» que serão «adversamente afectados», nomeadamente o direito ao asilo, à dignidade humana, a proibição da tortura e do tratamento inumano e degradante, ou o direito à liberdade e à segurança.

Tratar-se-á, então, talvez, numa visão benevolente, de um erro típico de situações de pânico, momentos em que um instinto de sobrevivência se sobrepõe à racionalidade, muito mais aos «valores». A UE teria sido apanhada de surpresa, ter-se-ia considerado perante uma agressão inimiga, e teria reagido visceralmente, sem pensar, «armas ao alto, excepção legal, é tempo de guerra».

Pessoas em fuga de locais devastados, mesmo que instrumentalizadas pelo «inimigo», estão longe de poderem ser vistas desta forma, dir-se-á. Com razão. Mas é o próprio Tratado da União Europeia, no seu artigo 78.3, que permite «medidas provisórias em situações de emergência migratória nas fronteiras externas da UE». A Europa olha realmente para os migrantes como uma ameaça, ao nível de um ataque militar, de tal forma que prevê, na sua própria «constituição», a possibilidade de, exactamente por causa de pressões migratórias, fazer alterações profundas à sua legislação. Nada há, então, de conjuntural nesta proposta «de carácter extraordinário». Tudo nela é estrutural: a UE vê os migrantes, todos os migrantes, como ameaças, armas apontadas ao «modo de vida europeu» que é preciso rechaçar custe o que custar. Mesmo que o custo seja o próprio «modo de vida europeu» e os seus «valores».

Sandor Csudai

A prioridade imediata da UE foi negociar as formas de diminuir o fluxo de migrantes e, ao mesmo tempo, planear o envio de quem conseguiu chegar às fronteiras da Europa de volta para os países de onde fugiam.

A UE adoptou a retórica polaca da «ameaça híbrida», partilha a visão de que os migrantes são armas e, agora, dá cobertura legal à maioria das atrocidades cometidas nas zonas de fronteira com a Bielorrússia.

Desde 2001, aliás, a UE tem feito propostas semelhantes para combater tipos específicos de crime, nomeadamente no seguimento de atentados terroristas. Uma nova proposta, a segunda de que aqui falamos, pretende agora, entre outras coisas, introduzir o conceito de «instrumentalização» no Código Fronteiriço de Schengen, que regula as fronteiras externas da UE, de forma a que migrantes «instrumentalizados», à imagem do que se acusa o regime de Lukashenko de fazer, percam ainda mais direitos. Nomeadamente o direito a ter um processo de pedido de asilo assim que entre em contacto com quaisquer autoridades em território da UE. Em suma, a situação «excepcional» que se vive na fronteira Leste da UE, com todos os seus atropelos, é transformada em letra de lei geral. Mais um nó de arame na fortaleza Europa, mais um passo na «agilização» dos «regressos».

Época de caça

A 8 de Dezembro, tudo se clarificava mais um pouco, quando a Comissão Europeia lançou uma nova proposta (a terceira), onde apontava o caminho da militarização e da vigilância como o único que asseguraria a sobrevivência do espaço Schengen, dentro do qual a circulação de pessoas deveria ser completamente livre de constrangimentos. Para reduzir os controlos fronteiriços no interior de Schengen, e, assim, simular cumprir com os seus «valores», a UE abre a porta para o aumento de patrulhas de busca de migrantes «irregulares» efectuadas conjuntamente por polícias fronteiriços de Estados diferentes. A ideia vem acompanhada de maiores poderes de vigilância e permitirá às forças policiais enviar a pessoa em causa de volta para o Estado membro de onde saíra.

De acordo com esta proposta, a polícia poderá perseguir pessoas suspeitas em Estados membros que não os seus e, se caso for, disparar sobre elas. A cooperação policial que a Comissão quer impor contém ainda regras obrigatórias que permitem a partilha automática de dados biométricos entre ficheiros policiais, uma possibilidade que tem tido uma oposição forte, nomeadamente da European Digital Rights (EDRi), uma rede de «defesa dos direitos e liberdades *online*». De acordo com esta rede, «esta automatização adicional irá retirar as salvaguardas processuais e judiciais que estão em vigor para garantir que os nossos dados sensíveis sejam apenas partilhados com as forças policiais», acrescentando que houve tentativas semelhantes nos Países Baixos que levaram a que dezenas de milhares de pessoas fossem indevidamente incluídas numa base de dados de reconhecimento facial da polícia holandesa. «Imaginem-se os danos potenciais quando o acesso a estas bases de dados cresce para uma escala europeia». No mesmo comunicado, a EDRi criticou também o aumento de poderes da Europol, observando que os dados biométricos sensíveis de suspeitos de fora da UE estão incluídos no seu âmbito de aplicação.

A Comissão Europeia, por seu lado, limita-se a afirmar que estas propostas são «necessárias» e que pretendem criar novas regras que simplifiquem e unifiquem o que tem sido já uma prática (semi-legal) de acordos bilaterais entre alguns Estados membros: «perseguição», «vigilância transfronteiriça» e operações policiais «conjuntas». O que inclui a possibilidade de polícias de um Estado membro levarem e utilizarem as suas armas de serviço, assim como a proceder a detenções através de «meios coercivos e força física» noutro Estado membro.

Esta «medida alternativa» à reposição de controlos fronteiriços dentro do espaço Schengen não é, na verdade, nem nova nem alternativa. De facto, desde 2015, esses controlos têm-se vindo a banalizar, nessa altura devido a uma outra vaga de refugiados, pequena aos olhos do mundo pobre mas enorme nas lentes europeias. Mais recentemente, a pandemia da Covid-19 também resultou num recuperar das barreiras físicas entre países da UE. E, no presente, é de novo uma «crise migratória» que põe a Europa em alvoroço, em situação de excepção, num esforço de mobilização militar e diplomática que demonstra que a vinda de pessoas em busca de um local seguro para sobreviver é tida como uma invasão inimiga.

Histórias da cadeia

O Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2020 refere que 75 pessoas morreram nas cadeias portuguesas, 54 por doença e 21 por suicídio. Em relação a 2019, o número de suicídios praticamente duplicou. A partir do encontro com pessoas que sobreviveram a períodos de reclusão ou à reclusão dos seus familiares, decidimos, juntamente com elas, recolher e partilhar estas histórias da prisão, na esperança de que estes relatos dolorosos possam ajudar a unir todas aquelas pessoas que, ao tomar conhecimento desta realidade, sintam a urgência de unir-se à luta contra estes centros de extermínio.

«Doutor, sonho muito com a liberdade»

Num bar dos arredores de Lisboa encontrámos V. Tem pouco mais de 40 anos mas já é avô e diz que adora o bairro «de barracas» onde mora. Fora dali, nos bairros sociais, nas «grutas» onde o estado realoja as populações despejadas, «as pessoas não têm vida». Fala com tranquilidade da sua experiência na prisão: «a minha cadeia foi normal. Entrava na cela, saía da cela (…). Têm que falar com alguém com uma história mais interessante». Ele teve a «sorte» de estar mais tempo numa prisão-escola, muito diferente do Estabelecimento Prisional de Lisboa. Refere ter testemunhado mortes violentas: «na prisão sabes que podes morrer cada dia (…), é um mundo paralelo (…), uma vida a que os que vêm "de baixo" estão sujeitos». «Mas posso encontrar muitas pessoas que têm histórias para contar, que aí dentro fizeram motins, que passaram mal... No EPL, por exemplo, existe um grupo de guardas prisionais conhecido como o "grupo aperta o papo", que frequentemente vão bater nas pessoas nas celas durante a noite».

Fala também da administração de Lagartil ou Cloropromazina, um potente antipsicótico que é muito utilizado nos estabelecimentos prisionais por pessoas em estado de agitação. «Quando uma pessoa sai do padrão - aquilo tem um padrão, como na tropa, tu tens uma farda: camisa nas calças e deixa os brincos de lado». E acrescenta: «Lagartil é veneno (…), não é para pessoas, é para cavalos». Sendo este um medicamento destinado a condições bem específicas de psicoses agudas ou crónicas, tentamos perceber como é possível que este fármaco seja dado a tanta gente, se estas pessoas têm consultas com médicos, ou como são feitos estes diagnósticos

Diz V., «os psicólogos, os médicos... Uma vez um companheiro meu da cadeia disse a um psiquiatra: "Doutor, sonho muito com a liberdade" e o médico disse-lhe para fazer isto», levanta-se e põe-se de cócoras sobre a cadeira movendo os braços para cima e para baixo como se fossem asas.

«Quem cobre a morte é assassino. São eles os bandidos»

Encontramos dois jovens num bairro da periferia de Lisboa. J. esteve um ano no EPL, A. por mais tempo. Ambos transparecem uma revolta e indignação profundas pelas injustiças que sofreram e a que assistiram outros sofrer. A lucidez de J. leva-nos a entender que a memória do que sofreu é mais recente. Os dois têm muita vontade de falar sobre o que viveram entre grades.

A primeira coisa de que J. se lembra é de as pessoas com problemas de saúde não serem ouvidas pelos guardas nem receberem consultas médicas enquanto a situação não é muito avançada ou grave. Recorda que muitos têm ataques epiléticos e que ficam sozinhos com os companheiros de cela durante estes episódios; que pedem auxílio mas que os guardas não chegam - para que os oiçam é necessário que os reclusos de toda a ala façam barulho contra as grades e gritem.

J. conta como ele próprio esteve com febre durante uma semana, depois de quase um ano no EPL. Era tratado somente com paracetamol, sem receber uma consulta. Por sorte isto aconteceu mesmo quando estava quase a sair, foi de imediato ao hospital e descobriu que era o início de uma pneumonia. Os guardas são poucos, às vezes um para um corredor que contém 300 pessoas. Na opinião dos dois, o EPL tem também um problema estrutural: «é muito frio, sai água das paredes e a humidade é tanta que as pessoas tentam reduzi-la cobrindo as paredes com cobertores. Os colchões são extremamente finos e ficam em cima de estruturas de pedra excessivamente frias».

«A comida é péssima, às vezes evidentemente deteriorada e cheira a podre». Dizem os dois.

«E depois aquilo é sujo, aquelas alas são todas indignas, as ratazanas são mais que os presos... Somente uma é limpa, aberta… aquela que usam para as reportagens, ou para quem "trabalha" com eles [os guardas]». «Aquilo é antigo, acho que antes era um convento».

A. conta: «quando acabei de chegar ao EPL, meteram-me de castigo por ter reclamado da comida. Oito dias fechado na cela por 23 horas».

J. explica que os guardas não te dizem muito durante o dia mas, se não gostam das tuas respostas, voltam à tua cela durante a noite. Uma vez encontrou um guarda que estava a revistar o seu armário com um cassetete, a atirar tudo para o chão. Perguntou-lhe porque estava a fazer aquilo assim e «o guarda não disse nada, somente saiu fechando a cela… depois voltou durante a noite e agrediu-me». «Agridem continuamente, porque as celas não têm câmaras, as câmaras estão somente nos corredores». Depois, os dois especificam: «a única cela que tem câmara é a 80, porque é a cela que está perto do chefe dos guardas, serve para sair para fora, ir ao hospital por exemplo, mas havia muitas queixas de agressões naquela cela e então puseram uma câmara somente aí».

«Algumas alas são piores. A ala D, aquela dos miúdos, é uma selva autêntica». Os dois explicam-nos que é muito comum a prática de isolar um prisoneiro depois das agressões: «põem-te de castigo depois de te espancarem... Eles criam a sua burocracia... Se estiveres muito aleijado encontram uma maneira de prolongar o castigo para que ninguém veja as marcas». «O EPL é uma cadeia onde agridem e matam e depois escondem aquilo. Muitas vezes matam sem querer».

J. continua: «uma vez um guarda me disse: "já não matei poucos"… E a mim próprio aconteceu várias vezes ouvir o rapaz vizinho de cela a ser espancado várias vezes no mesmo dia… Eles falam mal para que a gente depois responda mal... Também porque o Estado ajuda eles a esconder o que fazem. Depois, se tu tentas fazer queixa por estas violências, vais ser perseguido... Já presenciei coisas como uma pessoa ir para o castigo várias vezes e há uma vez que não regressa… Depois sabemos a notícia que "se enforcou"». «Não há forma de defender-se» dizem, abanando a cabeça, «especialmente se sabem que não tens apoio fora ou dentro da prisão. Eles percebem, se não tens ninguém, se não és de um bairro, se não tens um grupo ou suporte, para eles é como estar a tratar com um rato». «Por exemplo, tu às vezes tens que falar com um guarda, mesmo se não queres, mas às vezes é preciso… Então se tu falas mais com um e menos com o seu colega, este pode já ver-te mal e pode acontecer-te alguma coisa má somente por não falar-lhe». «É um sistema. Também para eles, não podem estar fora do sistema, se não são colocados de lado». «A maior parte da malta que são guardas e andam por aí, são assassinos. Porque quem cobre a morte é um assassino. São eles os verdadeiros bandidos». «Já vimos guardas a ser apanhados com sacos de telemóveis ou outros objetos roubados». «A diretora não manda lá. Quem manda lá são os chefes dos guardas». Ambos concordam.

Falamos também sobre a administração frequente de Lagartil a pessoas que não têm problemas psiquiátricos. A. pergunta qual é a função deste medicamento. Ambos recordam como é administrado - em comprimidos ou em injeção, e das consequências imediatas e visíveis em companheiros presos, que se tornam incapazes de qualquer ação. Contam-nos como as violências não são sofridas somente por eles, mas também pelos seus entes queridos. Especialmente como as mulheres são ameaçadas, impedidas de entrar se chegam somente com um minuto de atraso, e como sofrem revistas íntimas que definem comparáveis com violações. «As nossas "visitas" são agredidas psicologicamente e fisicamente pelos guardas», referem. Claramente, acham que o EPL é pior do que outros estabelecimentos prisionais por tudo o que nos contaram, e afirmam: «todas as cadeias matam, mas não como o EPL».

Se estiveste preso ou és familiar de alguém preso, e queres partilhar connosco a tua história, escreve-nos para **historiasdacadeia@riseup.net.**

«põem-te de castigo depois de te espancarem... Eles criam a sua burocracia... Se estiveres muito aleijado encontram uma maneira de prolongar o castigo para que ninguém veja as marcas». «O EPL é uma cadeia onde agridem e matam e depois escondem aquilo. Muitas vezes matam sem querer».

A 15 de Setembro de 2021 morreram dois presos no Estabelecimento Prisional de Lisboa. Danijoy Pontes e Daniel Rodrigues foram encontrados mortos com alguns minutos de diferença. A luta da família de Danijoy levou a uma manifestação que juntou centenas de pessoas no dia 6 de Novembro e levou o Ministério Público a reabrir o inquérito que tinha arquivado inicialmente. Portugal é dos países da UE com maior número de presos mortos nas cadeias.

Publicamos duas cartas de mulheres presas que denunciam a falta de condições e os abusos de poder a que se encontram sujeitas quotidianamente. Estas cartas foram transcritas tal como nos chegaram.

Cela disciplinar, vulgo manco

[Esta carta foi escrita por uma mulher presa, durante isolamento em cela disciplinar, castigada pela revolta e desesperada com a dificuldade em manter a relação com os filhos menores, afastados pela prisão. Após provocações e violências exercidas por guardas, foi altamente medicada e encarcerada 23h no «manco» asfixiante, uma gaiola de cimento de 3 metros por 2 metros com apenas um colchão fino sobre a pedra, o «buraco» (sanita) e o chuveiro. Despojada de praticamente tudo a não ser a própria roupa, com direito a 1h por dia no pátio vazio. Esta carta é um grito de resistência à desumanização que se vive na prisão. Um grito pela dignidade, a recusa da submissão, o protesto e a reivindicação de si no enfrentamento da tortura.]

Hoje por volta das sete horas da noite foi dada uma ordem do comissário e do tal chefe cabrão J. Covarde. Eu relutante disse «eu não vou entrar». «Ai não?» - eles disseram - «porquê?». E eu disse «não fiz nada para estar aí». Ele, chefe J., me disse «você quer passar o resto da sua vida aqui?». E eu disse «Eu? Tá doido?». Ele vem debochado e ria. Eu dizia «olhe nos meus olhos e não se acovarde, diga a verdade, você viu meus filhos, lhe contaram a verdade, você vai se omitir, perante a verdade? Diga fala olhando nos meus olhos que eu estou mentindo, diga». E ele, olhando para mim, dizia: «você vai entrar, você vai». E todo o tempo com voz ameaçadora dizendo «eu estou ordenando». Eu por diversas vezes perguntei «você me está ameaçando?». Ele sorria. Eu vi nos olhos dele um monstro sem sensibilidade, sem coração. Eu tenho a certeza que aqui as pessoas ficam nessas situações quando não jogam o jogo deles, eu já ouvi e vi situações em que presas relatam coisas horríveis, ninguém merece ficar nessa situação. Mas eu gostaria muito de dizer às autoridades que olhem para o presídio, porque aqui está tendo muita maldade para com as presas, e eu estou fazendo greve de fome para que eles, os órgãos brasileiros, ajam o mais rápido possível. Adoro quando eles vêm aqui e tentam tirar onda com a minha cara. Agora mesmo veio uma guarda perguntar se quero ir ao recreio - «para quê?» (risos), sou uma pessoa iluminada, saberei lutar de uma forma que jamais lutei para isso passar. Dizem as más línguas que o ponto crucial da vida é dar ouvidos aos bobos. O mundo dá voltas, também dou as minhas. Tenho tido mesmo mal momento. Às vezes digo que poderei mas não poderei, sou assim de mal a pior.

As guardas são ruins de verdade, exceto algumas - eu pude ver com meu próprios olhos a humanidade que a senhora R. tem, realmente eu fiquei impressionada com tamanha humanidade, e também de uma senhora chamada dona M., essas mulheres ganharam meu total respeito e admiração. Elas me respeitaram, foram humanas, carinhosas e eu sei que por elas nunca eu estaria aqui neste buraco. Eu vejo na cara de algumas que ficam satisfeitas em nos ver enclausuradas, elas pensam que nos humilham (risos), eu acho que não sabem elas que nos fortalecem cada vez mais. Agora mesmo eu disse «tragam os meus queques de chocolate e açúcar» e elas disseram «não pode nada disso». Então eu disse «ok, vou dizer à Dra. A. pois se comprei aqui no EP tenho todo o direito de os levar para comer». Eu não sei se essas pessoas têm sensibilidade, elas estavam rindo. Agora mesmo uma tal de M.A. veio aqui toda debochada dizer que não, que eu só podia comer a comida do EP, comida essa que não presta para nada. Ah!, que ódio que sinto, se pudesse eu matava elas. Juro a Deus que eu sinto vontade mesmo de matá-las e depois cortar aos pedaços e jogar aos porcos. Como diz o meu Pai, é gente ruim mas dá para aproveitar os órgãos e ainda se ganha uma boa grana. Porra de cadeia é essa, gostaria que essas energúmenas estivessem no Brasil para a gente poder mandar picar elas e colocar no micro-ondas (risos). Aqui também dá para fazer isso mas é uma pena estar presa senão pedia um favorinho ao meu amiguinho do EP, para dar só uma bombadinha nelas. Eu não sou má mas esse tipo merece o pior pelo deboche. Mas também não vale a pena falar com elas, tem que deixar elas. Elas estão cultivando o próprio futuro. Eu sinto é pena delas por serem assim, mas que horror Jesus! Mas saúde para elas, só não quero deboches.

Sábado. Aqui.

Hoje por volta da hora do jantar veio mais uma vez gritando comigo, como sempre. Hoje, sábado, gritou e se incomodou pelo fato de eu estar só de *leggings* e *top*. Que não era obrigada a me ver assim, uma vez que trabalho na cozinha, e me diz que temos que respeitar as guardas, e eu disse «está vendo eu desrespeitando alguém?». Ela acabou. Eu então disse «cuide da sua vida», eu respeito mas essa Senhora A. não respeita, só chega gritando dizendo que não é empregada de ninguém. A Senhora I. disse «não toques mais à campainha que aqui não é hotel». Eu ia tocar a campainha para pedir talher, pois como eu iria comer? Ela passou o dia dizendo «está aí porque não respeitou a minha colega». Eu quero só que esse inferno termine pois eu já não aguento grito dessa mulher. Quando ela gritou eu disse «pára de gritar, que não sou sua filha». A pessoa está trancada há dias, daí vem uma senhora dessas e diz coisas horríveis todo o dia. Não, ninguém merece, nem eu, não sou cadeira para entender tudo o que tem que ser. A mulher parece que não aguenta o ambiente e desconta nas pessoas, não é a primeira vez que ela tem essa atitude para comigo e não sei qual é o problema dela, uma senhora que não sabe se respeitar. Agressiva, doida ela, terá o que merece na hora certa, meu jejum não foi em vão, gostaria que deus todo poderoso visse essa ação. Agora eu gostaria que nunca se faça com ela o que ela está fazendo comigo. Eu não sei como reagir com esse tipo de cara, mas hoje eu já fui insultada muitas vezes, eu sou uma pessoa muito respeitadora mas o que elas estão fazendo é demais, depois querem respeito. Não, não se dá o que não se cultiva, só se colhe o que se planta, é assim a vida. Às vezes Deus nunca dorme e ele sabe o que está guardado para mim.

23 a 31 de julho de 2019, F.

A Prisão no feminino

Em Portugal, a percentagem de mulheres presas nunca ultrapassou os 10% da população total encarcerada. Contudo, nas últimas décadas, Portugal é dos países na Europa com as mais altas taxas de encarceramento feminino. Por serem em menor percentagem, mas não só, as mulheres nas prisões são relegadas para a invisibilidade e para o silenciamento, permanecendo obscurecidas as suas experiências de encarceramento, bem como as das dezenas de crianças (até aos 3 anos e, em casos especiais, até aos 5 anos) que habitam nas prisões junto das mães. As condições a que são sujeitas, desde a péssima alimentação; a falta de acesso a cuidados dignos de saúde, a produtos de higiene, a fraldas e a produtos essenciais para bebés e crianças; a sobrelotação; as celas frias e degradadas e, e tal como nos foi relatado desde uma prisão feminina no último mês de Novembro, a falta de água quente, são acrescidas de maior violência e abusos, em parte, devido aos estereótipos de género e raciais que legitimam a dupla/tripla punição exercida através de um maior controlo e repressão pela imposição de regras mais estritas, maior aplicação de sanções disciplinares, medicalização e violências sexuais e raciais. De referir que esta dupla/tripla punição (em função do «crime», do «género» e da «pertença étnico-racial») é também exercida pelos tribunais que tendencialmente condenam as mulheres a penas maiores e lhes aplicam menos medidas de flexibilização. Consideremos também os castigos a que são mais sujeitas dentro da prisão, que as impedem de ter acesso a mais saídas precárias e ou a sair a meio da pena, entre outros direitos que lhes são negados.

As mulheres presas são também mais relegadas ao abandono e ao esquecimento por parte das famílias e das organizações de apoio a pessoas presas, quer durante o encarceramento, quer no período pós-prisão, o que torna ainda mais difícil a reconstrução das suas vidas em liberdade. Muitas mulheres, mesmo presas, continuam a desempenhar o papel de cuidadoras e provedoras de recursos para as suas famílias, com todas as dificuldades e adversidades que a prisão provoca nas suas vidas, nas das suas famílias e das comunidades. Há um número significativo de crianças institucionalizadas devido ao encarceramento das mães, quando são estas as suas únicas cuidadoras.

Os processos de criminalização são, muitas vezes, expressão da continuidade da violência machista a que já eram sujeitas nas suas vidas e que é perpetuada dentro da prisão. Isto porque muitas mulheres presas resistiram nas suas vidas a vários tipos de abuso e de violência de género, sendo comum que os seus crimes estejam diretamente relacionados com a obtenção de recursos para a sobrevivência, como é exemplo o tráfico de droga.

Há um número muito significativo de mulheres racializadas e migrantes nas prisões portuguesas. O Direito, a Justiça e a Prisão são a expressão direta da institucionalização do patriarcado colonial que, há séculos, castiga mais duramente as mulheres, as crianças e outras dissidentes.

Carta Portadora da Voz Do Povo

Das Volk(O Povo), Käthe Kollwit

Venho por meio Desta Relatar Fatos desconhecidos da População Portuguesa e da Direção-Geral do Sistema Prisional. Venho relatar o Sistema Prisional.

Aqui quem Vos Relata é uma Prisioneira que ainda faz parte Deste Sistema Horrendo e Deplorável e que infelizmente está longe de Ser um Sistema Adequado de Ressocialização. Venho Vos Relatar que o Sistema Prisional, Afinal, Realmente somente Aprisiona e esquece que quem está de fato pagando pelo seu Crime com a Sociedade precisa de Ajuda. E não precisa Somente Ser Taxado de Marginal perante a Sociedade ou Ser Mais um Número em Cárcere. O tratamento que Recebemos No Estabelecimento Prisional é Desumano e Deplorável. AS IRREGULARIDADES SÃO GROTESCAS E TOTALMENTE CONTRÁRIAS AOS DIREITOS HUMANOS.

Vamos Começar falando Pela Comida que Nos é oferecida em Refeitório. Primeiro, a Comida por Muitas e Muitas Vezes está estragada, sem o Cozimento Necessário, e mesmo Assim nos é ofertada em refeitório. Segundo, a Quem está na Dieta, a Maioria Das Vezes na Semana Somente é ofertado Peixe na Janta, ao Almoço vem frango ou Carne. Terceiro, no Geral, é ofertada uma quantidade Minúscula de Comida. Quarto, Quem é Vegetariana Diz não aguentar mais. Obs: existem Dietas Normais. Dieta sem Peixe – Que come a Mesma coisa que a Vegetariana. Existem Dietas de que Algumas pessoas precisam, porque necessitam de Alimentação Adequada, e não é fornecida. Existem pessoas que têm Anemia Crónica, Existem pessoas que Sofrem de Cancro, que precisam de Comida que Contém ferro e, Mesmo assim, eles Não fornecem. Mesmo Prescrita por um Médico do Hospital. O que Vivemos aqui é Desumano. Sem falar na quantidade que nos é ofertada, e na Comida Extremamente gelada.

O Pequeno Almoço é servido às 8:20, 8:30 e às 9:00, com 2 Pães, Café+Leite+Doce, ou Manteiguinha, ou queijo Fatiado, o que é muito Raro (servir Manteiga ou queijo fatiado), e o leite e o Café já Vem gelado. É inconsumível. Eu Tenho a Mania de Falar para as guardas que quando fizerem um Rastreio de Prevenção Contra a Diabete, 90% da População Prisional já estará com a Diabete. Porque às Vezes, no Pequeno Almoço, só Nos Dão Doce para passar no Pão e no Reforço pela Noite Também.

Agora Vamos Relatar o que acontece na Verdade na Administração. Quando Entramos para Cumprir uma Sanção, Logicamente que Sabemos que Viveremos Sob um Regimento de Sistema Prisional, Mas Nem imaginamos o que acontece por Dentro Dos Portões e grades. Quando chegamos passamos por uma «Revista», para Verificarem se não trazemos nada ilícito para Dentro da Prisão, como Drogas, etc... Depois Vamos para o Escritório, onde se encontra a chefe de turno, + 2 guardas Prisionais. Lá Recolhem as Nossas Coisas de Valores, Dinheiro, e fazem a escolha Dos Pertences que podem entrar Connosco. O Restante Dos Pertences que Não podem entrar Connosco são Colocados em Nossas Malas ou em um «Saco Preto», que é Mandado para um Departamento chamado «Arrecadação». Mas, tem um (porém); essas Coisas Somem e somente Damos Conta Do Acontecido quando estamos para ir embora. Simplesmente os Nossos Pertences que ficaram na Responsabilidade de guardas que são Responsáveis do Departamento da ARRECADAÇÃO somem, Desaparecem e Simplesmente nos dão a Resposta «Olha Lá Não tem nada teu».

É Simples Assim.

Sobre os Carregamentos de Dinheiro. Primeiro, os Carregamentos são feitos Dia 10 e 25 de Cada Mês. Mas quem Toma Conta Dos Carregamentos é Dona I.C., a quem é DESIGNADA A RESPONSABILIDADE DOS CARREGAMENTOS. E assim não a faz Corretamente. Todos os Meses há inúmeros erros Absurdos, ou o Carregamento de Várias pessoas não é feito, ou o Dinheiro Dos reclusos Some, ou vai para o Nome de outros Reclusos, e quando é feita a Reclamação do acontecimento simplesmente as guardas falam que Vão tentar Resolver e Nada é Resolvido. Há vários Reclusos que estão há Vários Meses com problemas De Carregamento e nada é feito e nem solucionado.

Sofremos De preconceitos, Xenofobia, Racismo, Homofobia, Abuso De Poder e Abuso de confiança. No Sistema Prisional não é ofertado Nenhum Tipo De Ressocialização. Tem a Escola, mas Simplesmente é-nos ofertado Português a quem tem Nacionalidade Portuguesa. O que a meu ver é errado. Porque todos somos iguais, perante a Lei e a Sociedade em geral. São ofertados os Cursos, mas na Realidade só é ofertado no «Papel», e são Escolhidas as Pessoas a «Dedo». Se assim Houver. Para os Trabalhos que são ofertados Nos Pavilhões também são escolhidas as Pessoas a «Dedo» e fora que é escasso.

Os Pedidos são feitos à Educadora, Mas Isso de Dizerem que as Educadoras Ajudam é só balela, porque Não fazem Nada e se o fazem é porque foram com a tua «Cara», porque Não Deduzem pelo Teu bom Comportamento e Sim por indicações. E Simplesmente as Pessoas passam os Dias a Não fazerem nada o Dia inteiro. Se não tiverem um Psicológico firme enlouquecem e Vivem em Constante Depressivas e Dopadas De Medicações, para que os dias passem, sem Permissão à Vista Dos olhos.

Dentro do Sistema Prisional há um Excesso de Abuso de Poder, As Celas são Extremamente Mixadas, o que a meu Ver é errado. Estamos aqui para Cumprir a Nossa Sanção, Não para Lidar com as Deplorações dos outros. Nas Celas as Pessoas são Misturadas, Aqui existem todos os tipos de Crime. Colocam pessoas extremamente Higiénicas com pessoas que fazem até xixi na Cama. Pessoas que tomam Medicação para poder tirar a Droga do Corpo, e Ressacam: o que é Muito Complicado para as pessoas que tentam ter uma Vida Meramente Normal aqui Dentro. Há Pessoas que Roubam umas às outras, as guardas sabem e não fazem Nada.

Realmente, Sofremos Com Tudo Aqui Dentro. Algumas guardas nos tratam Como Animais enjauladas. Para Algumas guardas somos Apenas mais um Número. Esquecem que Somos Seres Humanos, que Cometemos um erro na Vida, mas que já estamos a pagá-lo perante a Lei. Espero que um Dia esse Sistema Prisional Acorde e pense um Pouco Mais em Ressocializar, em Valorizar o Ser Humano. E dê o que a Vida Lá fora não deu, que é o Valor Da Ressocialização! Fico Por Aqui, a Torcer Que um Dia Haja Mudanças!

3 de novembro de 2021, T.

«Sofremos De preconceitos, Xenofobia, Racismo, Homofobia, Abuso De Poder e Abuso de confiança. Nesta prisão não é ofertado Nenhum Tipo De Ressocialização».

Ocupar casas, um direito à habitação

"OCUPASTE" UMA CASA POR FALTA DE ALTERNATIVA HABITACIONAL?
O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS CONTINUA A SER CRIMINALIZADO, APESAR DA CRISE HABITACIONAL, INSTALADA HÁ ANOS, E DO IMPACTO DA PANDEMIA.

Um *Guia de defesa colectiva pelo direito à casa e à cidade* editado pela Associação Habita e Stop Despejos Lisboa, ilustrando informações importantes em caso de incapacidade de pagar a renda, não renovação de contrato, despejo, desocupação e *bullying* imobiliário, levaram-nos a colocar um conjunto de questões que foram respondidas em conjunto por estes dois colectivos que lutam pelo direito à habitação e se reúnem em assembleias de resistência em torno das ocupações de casas devolutas.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

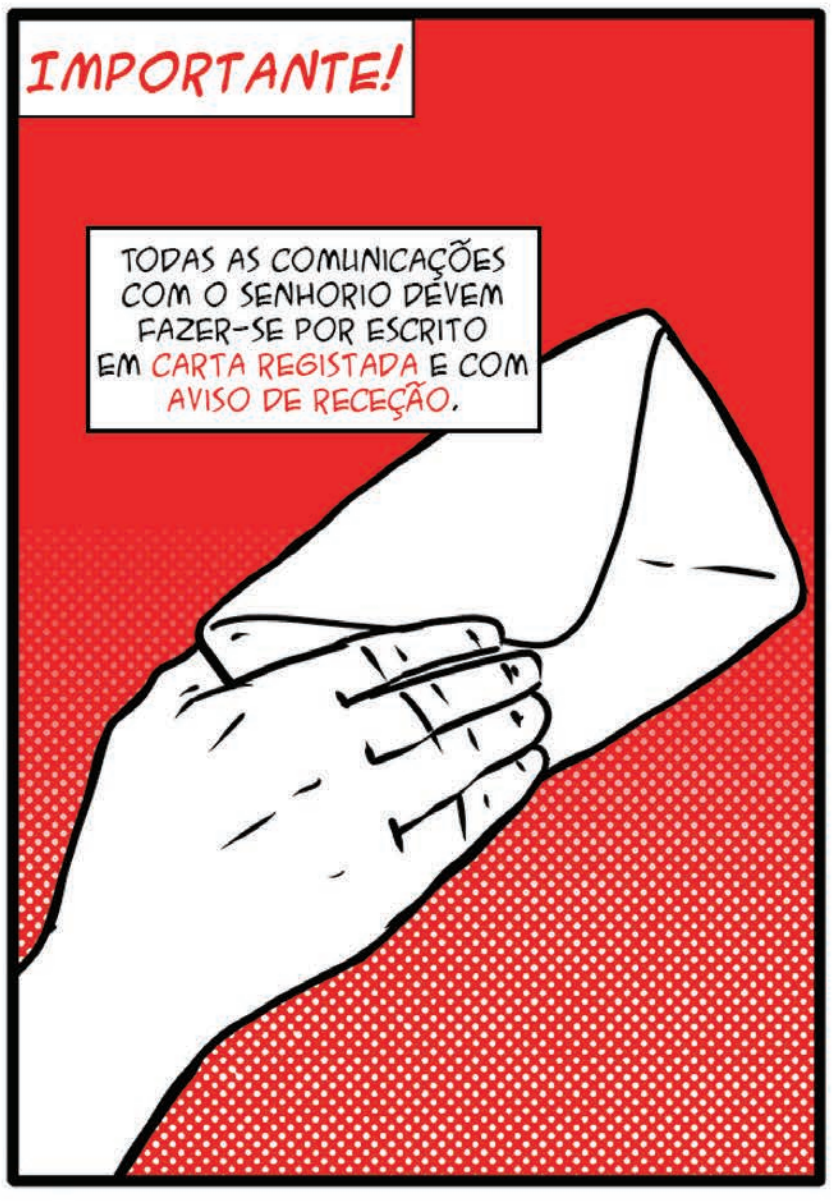
Filipe Nunes - Porquê defender as ocupações?

Habita/Stop Despejos - Quem conheça as condições reais da questão habitacional em Lisboa, como no resto do país e não só, não pode deixar de defender as ocupações. Décadas de políticas neoliberais, através da liberalização do mercado de arrendamento, desinvestimentos em habitação social, incentivo à especulação através de benefícios fiscais, bem como a promoção de um modelo baseado no crédito onde os bancos são sempre os vencedores, geraram uma verdadeira crise habitacional feita de rendas impossíveis, casas insalubres e despejos que envolve diferentes setores da população. As pessoas que sempre sofreram são forçadas, por um mercado que não as quer incluir e por um Estado que deliberadamente não age, a encontrar alternativas de maneira autónoma. Procuram abrigo para si próprios e para as suas famílias, fogem de situações de sobrelotação ou de violência doméstica, fogem da rua. Se elas escolhem sofrer o stress constante de viver sob a ameaça de despejo, é porque não têm alternativa. A maioria das pessoas que ocupam as casas camarárias dos bairros sociais são mulheres com crianças que esperam há anos para receber uma casa, mas «a pontuação não chega». Imersas na exploração da vida quotidiana, ao ocuparem uma casa, estas pessoas recuperam indiretamente a posse do rendimento que de outra forma seria retirado pelo sistema rentista em que vivemos. Ocupar uma casa é uma resposta a uma necessidade básica, é capacitante e sublinha um problema. Fazê-lo coletivamente e politicamente aumenta esta força e é capaz não só de sublinhar um problema e reivindicar o direito à habitação, mas também de experimentar realmente alternativas para viver fora do mercado. Acreditamos que, face a um sistema que considera mais «racional» manter milhares de casas vazias e milhares de pessoas sem casa, em que morar se torna um privilégio, um luxo para poucos, as pessoas que ocupam devolvem sentido à casa construída para ser vivida mas deixada vazia, satisfazem uma necessidade fundamental e gozam de um pouco de liberdade no meio de tanta exploração. É por isso que defendemos as ocupações.

FN - Entre o número mínimo de 36 mil famílias sinalizadas pelo governo como vivendo em condições indignas e os números de 2015, de 800 casas ocupadas ilegalmente, é possível obter um quadro de como evoluíram as ocupações para habitação? Ou qual é a vossa impressão aproximada?

H/SD - Ao longo dos tempos temos sentido diversas carências estatísticas na área da habitação e tem sido difícil encontrar dados precisos e atualizados. Relembramos que não existe sequer um inventário completo do património público do Estado e que não temos como saber quantas propriedades vazias as Câmaras Municipais ou IHRU têm. Se dermos uma volta por Lisboa, vemos muitos edifícios devolutos com a placa de «património público», mas nem sabemos se esses edifícios continuam a pertencer à esfera pública ou se foram alienados – que é um outro problema que mereçe atenção. Por estas razões, o que temos é o conhecimento através da experiência, especialmente na área metropolitana de Lisboa, e a nossa perceção é que existem muitas casas vazias e muitas ocupadas.

Ao longo dos anos chegaram-nos centenas de pessoas a ocupar, e frequentemente só temos conhecimento da situação quando já existe a ameaça de uma desocupação forçada. Mas sabemos que a maioria das pessoas escolhe ocupar da forma mais secreta possível, sem procurar o nosso apoio ou informar a Câmara Municipal. Por isso, calculamos que os números sejam mais altos. Com a pandemia e o agravamento da crise social e habitacional, temos vindo



VIVES NUMA CASA SEM CONTRATO, E POR ISSO O TEU SENHORIO JULGA QUE TE PODE EXPULSAR SEM MAIS NEM MENOS?
SEM CONTRATO DE ARRENDAMENTO PODES RECOLHER OUTRAS PROVAS QUE HABITAVAS NESSA CASA: COMPROVATIVOS DO PAGAMENTO DAS RENDAS.
IDEALMENTE, TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS E MENSAGENS QUE COMPROVEM QUE HÁ UMA RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE SENHORIO E INQUILINA/O.
ASSIM, CONSEGUES COMPROVAR QUE HÁ UM CONTRATO VERBAL DE ARRENDAMENTO. MESMO NÃO EXISTINDO UM CONTRATO ESCRITO, NÃO PODES SER DESPEJADA/O SEM ORDEM DE TRIBUNAL!

MESMO QUE ESTEJAS A SUBARRENDAR, TENS DIREITOS, EM CASO DE DESPEJO. ENVIA UMA CARTA REGISTADA AO SENHORIO, A AVISAR QUE MORAS LÁ E QUE PAGAS RENDA. JUNTA PROVAS QUE ESTÁS A VIVER NA TUA CASA E RESPONDE DENTRO DOS PRAZOS ÀS CARTAS DO TRIBUNAL, PARA RECUSAR O DESPEJO. SE NÃO RESPONDERES, O PROCESSO DE DESPEJO SERÁ MAIS RÁPIDO.
SE MESMO COM UM PAGAMENTO REGULAR DAS RENDAS O TEU SENHORIO MANTÉM A VONTADE DE TE DESPEJAR, JUNTA-TE ÀS TUAS VIZINHAS/OS. PODERÃO NEGOCIAR EM CONJUNTO O PROLONGAMENTO DOS CONTRATOS E/OU O VALOR DAS RENDAS, CASO O SENHORIO SEJA PROPRIETÁRIO DO PRÉDIO INTEIRO.
A UNIÃO FAZ A FORÇA, E MUITAS PESSOAS ESTÃO NA MESMA SITUAÇÃO SEM QUE SAIBAMOS, SEJA POR MEDO OU VERGONHA.

a assistir a novas ocupações de casas e de terra, mas esta era uma tendência que já vinha de antes.

É também importante dizer que estas ocupações de que falamos não são apenas de casas, mas também de lojas, garagens e até grutas, onde muitas vezes não existem as mínimas condições de salubridade e que podem ter impactos severos na saúde dos habitantes.

Ao longo dos anos, e através da pressão política e pública, fomos também conseguindo soluções para casos individuais de pessoas e famílias em grave situação de carência habitacional. Frequentemente, essas soluções passam pela atribuição de habitação pública. E isto vem evidenciar que de facto existem casas vazias e existem soluções possíveis se houver vontade política, mas tem implicado sempre um grande esforço coletivo de reivindicação e pressão das bases.

> Ocupar uma casa é uma resposta a uma necessidade básica, é capacitante e sublinha um problema. Fazê-lo colectivamente e politicamente aumenta esta força.

FN - E em que moldes prosseguem hoje os despejos ilegais?

H/SD - Importa clarificar que existem dois processos de remoção forçada de uma habitação, o despejo e a desocupação, ambos com processos legais distintos. O despejo é um processo que corre em tribunal ou no Balcão Nacional de Arrendamento, em que há direito de defesa. A desocupação em habitação pública é um processo que não decorre em tribunal, em que não há direito a defesa, e que pode simplesmente ser comunicada por escrito dando um prazo de saída não inferior a 3 dias úteis. Caso a propriedade não seja desocupada, a entidade proprietária pode executar o despejo e requisitar a ação das autoridades policiais. Em todo o caso, consideramos que ambos os processos são despejos. Consideramos ainda que colocar famílias em situação de vulnerabilidade habitacional através da remoção das mesmas da casa que habitavam é, por si, ilegal e não respeita a Constituição.

À parte da nossa leitura política da situação, temos assistido a despejos «verdadeiramente» ilegais, como é o caso dos despejos feitos pela Câmara Municipal

O ASSÉDIO POR PARTE DOS SENHORIOS É CRIME DESDE FEVEREIRO DE 2019. DEVES APRESENTAR QUEIXA-CRIME DAS AMEAÇAS NA ESQUADRA DA TUA RESIDÊNCIA.
ESTA QUEIXA FUNCIONARÁ COMO UMA FORMA DE PROTEÇÃO E PROVA EM CASO DE AMEAÇAS OU AGRESSÕES FUTURAS. SE TIVERES REGISTO DE MENSAGENS OU EMAILS, FAZ PRINT SCREEN E GUARDA ESSAS MENSAGENS.
AINDA, PODES E DEVES MUDAR A FECHADURA DA CASA.
O SENHORIO NÃO PODE ENTRAR NUMA CASA ARRENDADA SEM A PERMISSÃO DA ARRENDATÁRIA.
POR FIM, NÃO TE ISOLES NEM TENHAS VERGONHA DE PEDIR AJUDA. O PROPRIETÁRIO OU MANDATÁRIOS ("CAPANGAS") NÃO TÊM DIREITO DE TE AMEAÇAR NEM DE INVADIR O TEU DOMICÍLIO.
INFORMA OS TEUS AMIGOS, FAMILIARES E VIZINHAS, E CASO O SENHORIO APAREÇA, NÃO ESTARÁS SÓ!
SE A POLÍCIA FOR CHAMADA AO LOCAL, DEVES INFORMAR QUE O SENHORIO ESTÁ A PROCEDER A UM DESPEJO ILEGAL SEM ORDEM DO TRIBUNAL, E QUE TENS O DIREITO A PERMANECER NA CASA QUE HABITAS. EXIGE QUE A POLÍCIA FAÇA UM AUTO DA SITUAÇÃO.

de Lisboa no bairro Alfredo Bensaúde em março de 2020 – início da pandemia – quando os despejos estavam judicialmente suspensos. Mais recentemente, o IHRU expulsou 11 famílias do bairro de Cabo Mor no Porto, sem dar nenhuma alternativa habitacional. Estas ações por parte de entidades estatais, que deveriam acima de tudo respeitar o direito à habitação, incentivam ou dão mais margem aos senhorios privados para procederem também a despejos ilegais.

A resposta popular, mesmo que não tenha conseguido impedir os despejos, conseguiu mediatizar as violências a que as pessoas estão sujeitas e agregar solidariedade.

Os casos dos despejos da Seara em junho de 2020 ou da Casa da Ladra no verão passado mostram o sentimento de impunidade de que gozam certos senhorios. Recorrem a empresas de segurança privadas, que utilizam métodos altamente questionáveis para efetuar despejos fora da lei, com a polícia a assistir e a proteger as operações. A ação da polícia em inúmeros casos que apoiámos é a de claramente defender a propriedade privada e o capital antes do direito à habitação. Em ambos os casos, a resposta popular, mesmo que não tenha conseguido impedir os despejos, conseguiu mediatizar as violências a que as pessoas estão sujeitas e agregar solidariedade para com as vítimas do sistema.

FN - Perante a recente condenação pelo tribunal de Almada aos ocupantes das casas camarárias levados a julgamento, é possível esperar institucional e judicialmente alguma mudança de rumo no que respeita o direito à habitação?

H/SD - Para além do caso no Laranjeiro em Almada, temos outros exemplos em 2021 em que os tribunais não defenderam os habitantes e trabalharam a favor dos proprietários. Em março de 2021, um tribunal em Loures ordenou o despejo de cinco famílias no Catujal que estavam a pagar renda. Fê-lo sem ouvir as famílias, através de uma providência cautelar urgente mentirosa. Dias após a efetivação do despejo, a providência cautelar foi cancelada por outra decisão judicial da qual o senhorio recorreu. Neste caso, a justiça funcionou rapidamente para remover as famílias, mas, quase um ano volvido, e apesar de uma decisão judicial que ordenou o regresso das famílias às casas, essa ainda não se efetivou, devido ao recurso interposto pelo senhorio. Entretanto, essas famílias ficaram sem casa e o senhorio ficou com a propriedade livre.

A nossa experiência diz-nos que «esperar» nunca é a escolha certa. O que temos de fazer é exigir, auto-organizar-nos e lutar. A história ensina-nos que os direitos são conquistados, e o direito à habitação precisa de ser defendido e reformulado tanto e talvez mais do que outros. O acórdão de Almada revela-nos a todos o desprezo da classe dominante pela vida das pessoas mais vulneráveis. Por conseguinte, não esperamos quaisquer concessões desta classe dominante. Mas sabemos que através da luta é possível e essencial que a legislação mude numa direção mais favorável aos direitos do que ao lucro. Exemplos importantes vindos do estrangeiro ajudam-nos: desde a nova lei sobre a redução das rendas redigida e conquistada pelos sindicatos de inquilinos catalães, passando pelo referendo sobre a expropriação de grandes senhorios conquistado pelos cidadãos de Berlim, até aos avanços em Nova Iorque sobre regulação do aumento de rendas entre contratos. Quando os movimentos se organizam e se mobilizam conseguem mudar as coisas. Também é possível fazê-lo aqui.

FN - O que tem resultado das assembleias de resistência convocadas pela Habita e Stop Despejos, uma delas anunciando «como objetivos explorar a potencialidade do fenómeno da ocupação enquanto ferramenta de luta pelo direito à habitação e à cidade, e promover a articulação e ajuda mútua entre as diferentes pessoas que ocupam»?

H/SD - As assembleias de resistência pelo direito à habitação já existem há alguns anos e constituem um momento fundamental da atividade do movimento. Nas assembleias, pessoas de diferentes bairros e origens encontram-se, mas muitas vezes são semelhantes. Jovens e velhos, trabalhadores e estudantes, estrangeiros e portugueses misturam-se. Aqui são partilhados os problemas, mas acima de tudo as estratégias. Aqui, as pessoas ajudam-se umas às outras. Todos e todas têm experiência, acumulam conhecimentos técnicos sobre como lidar com os obstáculos do dia-a-dia, e nas assembleias tentam coletivizar esses conhecimentos. Por um lado, o objetivo é mobilizar, melhorar a vida das pessoas envolvidas, mas também exercer pressão sobre os proprietários e as instituições. Por outro lado, à nossa pequena maneira, existe o desejo ambicioso de tentar recompor uma classe desgastada, de nos conhecermos, de debater, de criar, numa palavra, de viver juntos. Nos últimos meses sentimos a necessidade de combinar reflexões sobre problemas e estratégias com discussões sobre temas que sentimos necessidade de sistematizar, pelo que tentámos criar assembleias de resistência sobre temas específicos. Em outubro realizou-se a assembleia "Como parar os despejos", que destacou todas as falhas do Estado na garantia de habitação em caso de despejo, e que nos levou a convocar uma conferência de imprensa perante o Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho. No final de novembro, o tema foi as ocupações. Intervieram pessoas que ocupam casas, militantes, advogados, estudantes, pessoas simples interessadas no assunto. Sentiu-se a necessidade de continuar além da assembleia, pelo que foi criado um grupo de trabalho para organizar dias de trabalho e de convívio que terão lugar nas próximas semanas. Entretanto, na sequência da assembleia, experiências de ocupação no «centro» e experiências na «periferia» chegaram a conhecer-se. O potencial estava lá e ainda está: estamos em movimento.

«Esperar» nunca é a escolha certa. O que temos de fazer é exigir, auto-organizar-nos e lutar.

HABITA.INFO
STOPDESPEJOS.WORDPRESS.COM

Uma mina de votos

O ecossistema partidário rege-se por prioridades flexíveis, preocupações saltitantes e agendas de curto prazo e é um ambiente extremamente hostil para qualquer luta que se desenvolva fora do seu planeta. Cada vez que um partido se aproxima de um movimento social, este, se quiser sobreviver, deve colocar-se em modo defensivo activo. Quando, como acontece neste momento, a luta ganha força e balanço e se depara com a aproximação de vários partidos, o perigo multiplica-se. Havendo eleições nos finais de Janeiro, tudo se precipita ainda mais e as portas giratórias entre movimentos e candidaturas à Assembleia da República entraram já em acção.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Manifestação contra as minas. Viana do Castelo, 23 de Outubro de 2021

No dia 23 de Outubro de 2021, aconteceu em Viana do Castelo a maior manifestação contra o recente plano de fomento mineiro português. Convocada por quatro movimentos minhotos, a marcha arrancou da vizinhança da ponte Eiffel e dirigiu-se para o centro da cidade. Os números variam entre as 1000 e as 2000 pessoas presentes, dependendo das fontes.

Um enorme trabalho de mobilização permitiu uma abrangência sem precedentes, combinando agricultores com intelectuais, anarquistas com presidentes de Câmara, ou adolescentes com dinossauros da música popular. Para este «sucesso» terão, sem dúvida, contribuído todos os combates passados, nomeadamente os deste Verão, que permitiram, entre outras coisas, o alargamento da luta a camadas mais jovens, urbanas e empenhadas, tendo o próprio movimento ecologista mais recente, nascido do combate contra as alterações climáticas, aproveitado o Estio para abandonar de vez os cantos de sereia da «descarbonização».

Por outro lado, se a «solidariedade entre todos os montes» era já uma realidade, o facto é que cresceu notoriamente com o acampamento de Covas do Barroso e teve uma erupção pública de enorme força na manifestação de Viana.

Aí estiveram também presentes os presidentes das Câmaras de todos os concelhos potencialmente afectados na Serra d'Arga: Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Paredes de Coura e Ponte de Lima. À excepção deste último, que é do CDS-PP, todos são do PS. É importante recordar que, enquanto candidatos, nenhum destes edis trouxe a questão da mineração para a ordem do dia da campanha eleitoral autárquica. Na altura, que afinal fora pouco tempo antes, a questão parecia de importância menor.

É também importante não esquecer que, no mesmo dia em que o governo anunciou a abertura da consulta pública do Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar do Programa de Prospecção e Pesquisa de Lítio, o presidente da Câmara de Caminha, Miguel Alves, anunciava um mega-projecto da Bosh, pomposamente chamado Centro de Ciência e Tecnologia, e que é, afinal, nas palavras do próprio, «uma área de acolhimento empresarial que vai permitir ter empresas ligadas ao cluster automóvel». A Bosh, aliás, pertence (juntamente com a Savannah, por exemplo) à Batpower, a Associação Portuguesa para o Cluster das Baterias.

O mesmo Miguel Alves que, na manifestação de Viana, dissera que «aqui no nosso território, aqui na Serra d'Arga, as multinacionais de exploração mineira não são bem-vindas», tinha acabado de dar as boas vindas a essas mesmas multinacionais. Esta atitude não passou despercebida a vários populares e também a adversários partidários e, durante a manifestação, as suas palavras foram acompanhadas de algum ruído crítico. Do mesmo modo, Luís Nobre, presidente da Câmara de Viana, que, na manifestação, afirmou que «vamos fazer tudo para que o processo [da exploração de lítio] não avance», tinha, dias antes, lançado a primeira pedra da nova unidade industrial de produção de motores eléctricos da BorgWarner, um projecto que a Câmara apoiou desde o início, nomeadamente ausentando a empresa do pagamento de IMT aquando da aquisição do terreno.

> Se a «solidariedade entre todos os montes» era já uma realidade, o facto é que cresceu notoriamente com o acampamento de Covas do Barroso e teve uma erupção pública de enorme força na manifestação de Viana.

Dividir para reinar

O problema da vitória numa batalha que se prolonga para além dela é a sua gestão. Se, ao invés de ser factor de energia e união, se transformar numa corrida de egos pelos louros, essa vitória pode rapidamente transformar-se em erosão e até derrota. Os políticos profissionais sabem-no há muito. Os movimentos sociais, apesar de também o saberem, deixam-se muitas vezes levar por um caminho que chega a trocar o ataque aos engenheiros do plano mineiro pela luta contra companheiros de combate.

Logo no dia da manifestação, percebendo que os apupos que lhe eram dirigidos enquanto discursava eram incómodos também para alguns dos organizadores da marcha de protesto, Miguel Alves apostou na vitimização, como se a sua «liberdade de expressão» para dizer o contrário do que faz fosse mais legítima do que a de quem o contestava. Luís Nobre, órfão de um álibi tão perfeito, jogou mão de uma manipulação: no rescaldo da manifestação, ao invés de se congratular com a jornada, o Instagram da Câmara de Viana publicava uma imagem duma pichagem contra as minas, juntando-lhe o texto: «Todo o património deve ser protegido, seja ele natural ou edificado. A Câmara Municipal não pode deixar de repudiar actos de vandalismo como este ao nosso património edificado, ainda que o tema seja a defesa do património natural».

Mais do que trazer algo de positivo a esta luta, a presença dos presidentes de Câmara foi um mero desfile publicitário descomprometido. Talvez até uma forma de esvaziamento. E, assim, mais do que pretenderem alargar o rio de energia e solidariedade que a manifestação trouxera a todos, estes figurantes da luta decidiram lançar o isco da divisão. O regresso da velha história dos manifestantes «bons» em combate contra os manifestantes «maus», de forma a que deixem de apontar ao inimigo comum. Numa altura em que a presença dos partidos políticos é cada vez mais real e numa luta em que o mediatismo é chave, a armadilha é largada com segurança.

O período de consulta pública do Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar terminou em Dezembro e houve um volume enorme de participações, a maioria enunciando pronúncias negativas. Manifestaram-se contra o relatório os movimentos em luta, mas também executivos camarários de partidos que, enquanto estrutura nacional, defendem o plano de fomento mineiro. Ainda assim, e esses edis sabem-no bem, o que é expectável é que todas essas contestações não resultem em nada que prejudique os interesses da mineração. Enfim… do que sobrar da destruição resultante das aproximações partidárias, sobretudo durante todo o mês de Janeiro, se farão as bases da luta que vem e que será muita e intensa.

O lugar industrial em três andamentos

Notas sobre a região (pós) industrial de Setúbal

JOÃO SANTOS [HISTORIADOR]

Em finais de 1982 os trabalhadores da Lisnave levam a cabo medidas radicais de luta como o sequestro de diretores e administradores e bloqueio de navios, o que levou em 1983 à ocupação policial do estaleiro. Lutava-se contra a redução dos postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso.

O início do século XXI parecia trazer consigo um duplo fim do lugar industrial no mundo ocidental. Por um lado, vivia-se um processo já bastante avançado de desindustrialização em que a economia dos serviços se apresentava como o novo futuro da economia global. Por outro, no campo das ciências sociais e humanas, a questão industrial foi perdendo fulgor com a narrativa do desaparecimento da classe trabalhadora tradicional.

Contudo, contrariando essa profecia autorrealizada, a questão industrial – seja no que diz respeito ao papel social e político dos operários, seja nas constantes propostas de reindustrialização – continua a funcionar como um espectro que paira sobre o mundo ocidental. Nesse sentido, também as ciências sociais e humanas não têm ficado indiferentes e tem sido notório o renascer de interesse em torno da problematização da fábrica enquanto lugar, mas também dos impactos da desindustrialização, apresentando, no entanto, perspetivas que vão além de um simples economicismo – a esse respeito será de referir grupos de investigação como *Workplaces: Pasts and Presents ou Deindustrialization and the Politics of Our Time.*

Nos próximos parágrafos, pretendo seguir essa linha de problematização tendo como ponto de partida a minha investigação de doutoramento, que tem como principal ambição contribuir para uma história cultural do trabalho na região de Setúbal na segunda metade do século XX. Olhando para aquilo que pode ser considerado um triângulo metalúrgico formado pela Siderurgia Nacional, Lisnave e Setenave, gostaria de abordar brevemente o que se pode considerar «três andamentos» do lugar industrial nesta região e que nos permitem compreender, a partir da realidade específica do espaço fabril, as transformações que tiveram lugar na sociedade portuguesa de forma mais ampla.

O país que deixou de ser uma horta - O ciclo industrial dos anos 60

«Aço é progresso» [1]

Inaugurada em 1961, a Siderurgia Nacional (Seixal) representou não apenas um investimento económico de grandes proporções, mas também a vitória de um projeto modernizador que havia conhecido diversas propostas ao longo de um século e que não tinha tido a capacidade de vencer o paradigma rural que até então dominava. Como refere a historiadora Fernanda Rollo: «símbolo de modernidade, a indústria siderúrgica foi envolvida por uma espécie de auréola mística, modernizante, que sugeria a transcendência da avaliação da sua viabilidade económica» [2].

À instalação da Siderurgia Nacional seguiram-se outros investimentos importantes no sector metalúrgico, onde se destacam os estaleiros navais da Lisnave (Margueira) em 1967 e, já num período tardio, o estaleiro da Setenave (Setúbal) em 1974. A região de Setúbal tornou-se, assim, num território de grandes concentrações industriais com milhares de operários e assistiu a um crescimento populacional constante entre as décadas de 60 e 70, fruto da chegada de população rural que procurava melhores condições de vida.

No entanto, ainda que este projeto modernizador tivesse percorrido um longo caminho, a sua aplicação e a transformação do contexto económico global reduziram drasticamente o potencial deste ciclo industrial, acabando naquilo que o economista José Reis denomina como uma «originalidade inescapável». Segundo o mesmo: «houve um país que instalou um setor industrial moderno, pesado, com elevados volumes de capital fixo, e, ao mesmíssimo tempo, fez do trabalho a sua principal "mercadoria" de exportação. Essa indústria pesada (siderurgia, química, metalomecânica (…) e, mais tarde, construção e reparação naval) foi uma espécie de enclave num país que, na ausência de democracia política, não estabeleceu nem democracia económica, nem democracia social» [3].

Como veremos na última parte deste texto, as décadas de oitenta e noventa representaram o fim deste ciclo industrial.

O excesso de palavras - revolução e resistência

«(…) os operários são como as formigas: enquanto trabalham tocam uns nos outros, transmitem ideias com um simples olhar» [4]

Como diversos trabalhadores referiram em entrevista, o espaço da fábrica não era apenas um espaço produtivo – no sentido económico e técnico – mas, igualmente de aprendizagem política. Nesse campo, o plenário de trabalhadores era, certamente, o palco onde se conquistava a consciência e se avançava para a mobilização dos trabalhadores - «quando surge o anúncio mágico [de plenário], uma espécie de comichão percorre o estaleiro, coça-se, remexe-se, agita-se» [5].

Durante o período revolucionário e durante grande parte da década de oitenta, estes lugares industriais foram marcados pelo excesso de palavras no sentido proposto por Jacques Rancière - deslocação da posição legitimada de quem fala e reordenação da posição na hierarquia da função social do discurso [6]. Plenários intensos, uma constante distribuição de comunicados, produção regular de imprensa partidária, piquetes de greve e múltiplas ações de solidariedade com operários de outras empresas e com cooperativas da reforma agrária.

Esta capacidade de desordenar a hierarquia social e política fez com que, ainda hoje, a memória social em torno deste passado permaneça em disputa, podendo dividir-se em dois campos - ainda que se corra o risco de um certo simplismo. Um primeiro campo, corresponde a uma memória que se tem conseguido impor de forma hegemónica. Esta tem-se focado sobretudo no período do PREC e nas formas de resistência mais intensas dos anos 80 como as greves e reproduzindo acusações de peso excessivo dos sindicatos e comissões de trabalhadores para justificar o atraso económico da região e culpabilizar as organizações dos trabalhadores pelo processo de desindustrialização.

Em sentido contrário, tem permanecido um campo assente sobretudo na narrativa da resistência. Aí essa capacidade de desordenação antecede, atravessa e vai bem além do período revolucionário. Será de salientar a greve de 1969 na Lisnave, o 12 de setembro de 1974, mas também datas dramáticas já num período de salários em atraso e despedimentos como a greve de 7 semanas iniciada em junho de 1983 e o sequestro do navio Doris que acabou com a invasão do estaleiro por parte da polícia.

«Reestruturação permanente da condição operária» - Os casos da Gestnave e da Solisform

«De facto, os Japoneses, encaram a empresa como uma parte de si mesmos» [7]

Como já havia referido, as décadas de 80 e 90 representaram uma constante tentativa de corte com o modelo inaugurado vinte anos antes. Para esse efeito, dois instrumentos foram decisivos: planos/programas de reestruturação e formação/reconversão profissional.

No caso da Siderurgia Nacional isso foi possível através da aprovação do Plano de Reestruturação da Siderurgia Nacional em 1985 e, após a entrada na CEE, com aplicação de fundos do RESIDER que visavam a recuperação de regiões siderúrgicas em declínio. Ao longo deste período decorreram várias vagas de despedimentos e em 1994 deu-se à cisão da empresa em quatro partes tendo, também, sido aprovado o processo de privatização.

(...) o espaço da fábrica não era apenas um espaço produtivo – no sentido económico e técnico – mas, igualmente de aprendizagem política.

12 de Setembro de 1974 os operários da Lisnave marcharam sobre Lisboa exigindo «o saneamento dos fascistas».

No que diz respeito aos estaleiros da Lisnave e da Setenave, o processo é um pouco mais complexo devido à ligação quase umbilical. No entanto, é de salientar alguns momentos relevantes, como a concessão do estaleiro da Setenave à recém-criada Solisnor (constituída pela SOPONATA, Lisnave e um grupo norueguês) em 1989, seguindo-se a aprovação da privatização da Setenave em 1997. E, no caso da Lisnave, é de salientar a aprovação do plano de reestruturação da empresa (Plano Mello) em 1996 e o protocolo Estado-Lisnave em 1997.

Estes sucessivos planos de reestruturação permitiram o que o sociólogo Boaventura Sousa Santos chamou de decomposição da relação salarial, tendo o Estado assumido esta crise através de inovações legislativas tendentes a tornar mais precária a situação do emprego [8]. Assistiu-se, assim, à introdução daquilo que o sociólogo Cédric Lomba denomina como a «reestruturação permanente da classe trabalhadora» [9].

É, igualmente, impossível não referir o papel que a formação/reconversão profissional desempenhou neste período. Para efeitos de uma breve análise, gostaria de referir os casos da Gestnave e da Solisform. Após a assinatura do já referido protocolo entre a Lisnave e o Estado em 1997, esta transformou-se numa empresa maioritariamente composta por capital público denominada Gestnave e tinha como principal vocação a gestão de recursos humanos considerados excedentários da Lisnave – trabalhadores com uma média de idades de 50 anos e com menos recursos para se adaptar à flexibilidade que se queria impor. De forma resumida, era a empresa que ficava encarregue de gerir e fornecer a mão-de-obra necessária à nova Lisnave localizada no estaleiro de Setúbal. Já a Solisform pertencia ao universo da Gestnave e tinha a seu dispor as antigas escolas de formação da Setenave e da Lisnave; tendo como foco a reconversão de todos os trabalhadores, também apostava na formação de jovens trabalhadores que começavam a entrar num novo mercado trabalho.

Ainda que a formação profissional tenha sido um pilar dos estaleiros navais portugueses, a Gestnave e a Solisform desempenharam um papel essencial na reconversão destes trabalhadores, ambicionando não só fornecer novos conhecimentos técnicos, mas também garantir a adaptação subjetiva dos trabalhadores à economia neoliberal que emergia. Segundo um dos documentos internos, pretendia-se formar o «novo operário da indústria naval» [10]. Tais ambições são representativas da centralidade que a gestão de recursos humanos e formação profissional foram conquistando neste período. Como refere o sociólogo Romano Alquati: «A formação muda e produz capacidade humana, esta capacidade diz respeito à subjetividade global e não apenas às competências (...) o processo formativo, justamente por envolver efetivamente a pessoa inteira, com a sua complexidade de desejos, expectativas, vivências e histórias é um processo que tem uma natureza política intrínseca (...)» [11].

Manifestação dos operários da Lisnave.

(...) o estaleiro onde funcionava a antiga Setenave é hoje explorado pela renovada Lisnave no quadro das relações laborais precárias que foram alcançadas nestes últimos trinta anos.

Modernização, conflito e reconversão são «andamentos» definidores do último meio século de história industrial da região de Setúbal. Longe de concluído, este passado continua a interpelar-nos nas suas mais variadas dimensões.

Propriedade da espanhola MEGASA, a actual Siderurgia Nacional vive há alguns anos um conflito ambiental com os moradores de Paio Pires organizados em torno do movimento «Os Contaminados». Os terrenos do antigo estaleiro da Lisnave - Margueira permanecem desativados, mas rapidamente foram destinados a um projeto potencialmente gentrificador denominado «Cidade da Água» e que, atualmente, conta com a *Lisbon South Bay* como promotora. Por fim, o estaleiro onde funcionava a antiga Setenave é hoje explorado pela renovada Lisnave no quadro das relações laborais precárias que foram alcançadas nestes últimos trinta anos.

NOTAS

1 Frase do cartaz alusivo à inauguração da Siderurgia Nacional.
2 Fernanda Rollo (coord.), *Memórias da Siderurgia – Contribuições para história da indústria siderúrgica em Portugal*, História, 2005, pp. 14-15.
3 José Reis, *A Economia Portuguesa: Formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*, Almedina, 2018, p. 45.
4 Fernando Miguel Bernardes, *Docas Secas*, Editorial Escritor, 1991, p. 135.
5 *Informação Setenave*, nº 68, 01/10/1978.
6 Jacques Rancière, *Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière*, Diacritics, nº2, 2000, pp. 113-126.
7 *Informação Setenave*, nº324, 10/03/1989.
8 Boaventura Sousa Santos, O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988), Afrontamento, 1992, p.163.
9 Cédric Lomba, *La restructuration permanente de la condition ouvrière*, Éditions du croquant, 2018.
10 Documento interno - Solisform – Formação e Serviços S.A, s.d.
11 Citado em Luca Perrone, Nello specchio del capitalismo della formazione, 2021. Cf. https://www.ilmanifestoinrete.it/2021/04/02/nello-specchio-del-capitalismo-della-formazione/

Cuidar a vida no meio rural

UXI D. IBARLUCEA[1]
FOTOGRAFIAS DAVID SEGARRA

Algumas vezes, percorro parte deste pequeno território da meseta castelhana para levar a comida à Julia, à Antonina ou ao Mariano. O percurso pela Terra de Campos emociona-me, esse sol de inverno e essa luz infinita enchem-me de energia; no entanto, ao mesmo tempo, entristece-me esse terrível abandono, essa solidão não desejada. Nesses 25 km encontro um pouco de floresta, grandes extensões de cultivo em terreno pedregoso e alguns pequenos recantos ao abrigo do Cueza, o nosso rio serpenteante, onde ainda se encontram arbustos (roseiras-bravas, abrunheiros), ameixoeiras ou aveleiras silvestres que serviam de refúgio para a microfauna que antes habitava nas sebes agora inexistentes. Esses belos espaços não acessíveis à amplitude da maquinaria são pequenos símbolos de resistência. Tal como a Marcela, que com mais de 90 anos não entende porque é que lhe pergunto se ainda tem galinhas, não entende o absurdo da pergunta. «Então não ia ter galinhas?», responde-me.

«Éramos mais felizes que vocês»

Sustentar essa vida, a delas, a nossa e a de outras pessoas que ainda vivem no meio rural, é sustentar um território onde o cuidado das pessoas está intrinsecamente ligado ao cuidado do espaço no qual habitamos. Essa interdependência entre pessoas e território é um fator fundamental quando falamos dos cuidados no meio rural. Em que contexto nos situamos? Quais são as histórias de vida das pessoas mais frágeis? O que desejam? Como conjugar esses desejos com as possibilidades ao nosso alcance num meio com escassez e dificuldade de acesso a serviços públicos? Como manter os espaços comunitários e recuperar as esquecidas relações de vizinhança e apoio mútuo pela imposição de uma cultura individualista que tudo impregna? E sobretudo: onde ficam os afetos?

Não temos todas as respostas, mas podemos encontrar algumas focando o olhar naquelas práticas comunitárias que, por pura necessidade ou por filosofia, contribuíram para a manutenção destas pessoas, ridicularizadas pelos meios, e destas aldeias «ao Deus dará», como diriam as pessoas idosas, mulheres e homens que, com o seu esforço, abasteceram com alimentos a Espanha empobrecida do pós-guerra.

Eram aldeias que cuidavam das crianças quando as pessoas mais velhas estavam no campo; onde jovens se encarregavam de acompanhar e vigiar adolescentes que acabavam de se iniciar na diversão noturna; camponeses e camponesas que apoiavam as famílias que, por diferentes motivos, se tinham atrasado nos trabalhos da lavoura e corriam o risco de perder a colheita; mulheres que partilhavam as tarefas de cuidar os lavadouros ou a igreja e se reuniam para fazer o pão ou os doces das festas, enquanto realizavam terapia coletiva que aliviava os seus pesares… todo um conjunto de «saber fazer» destas comunidades que, apesar do terrível esforço do trabalho, as ajudava a celebrar a vida com alegria. Surpreendem-nos e questionam-nos quando afirmam: «Éramos mais felizes que vocês».

Todas as pessoas são frágeis, mas essa fragilidade acentua-se em contextos como estes, que sofreram o despovoamento e o envelhecimento. Muitas das pequenas comunidades que constituem o meio rural são terrivelmente frágeis no seu conjunto.

> Sustentar a vida, a delas, a nossa e a de outras pessoas que ainda vivem no meio rural, é sustentar um território onde o cuidado das pessoas está intrinsecamente ligado ao cuidado do espaço no qual habitamos.

Garantir uma vida digna às pessoas que integram essa comunidade é um direito individual de cada uma delas e uma forma de contribuir para preservar a vida do planeta, porque traz consigo uma visão integral das múltiplas interações que a caracterizam.

Sobre a falácia da insustentabilidade de uma vida digna no meio rural

A experiência de trabalho de mais de 30 anos da COCEDER (Confederação de Centros de Desenvolvimento Rural) está relacionada com a pertença ao território das pessoas que constituem as equipas de cada distrito, o que facilita uma visão da realidade quotidiana, dos problemas que vivemos e aos que nos enfrentamos e também das imensas oportunidades. Não só é possível sustentar a vida no meio rural, como também é urgente e necessário cuidar e manter cada pequena comunidade, cada exemplar desta espécie de *homo sapiens* em perigo de extinção.

Para isso, havemos de aplicar outras lógicas que adaptem os recursos da administração às necessidades das pessoas que

Ensaio da Jove Muixeranga de Valência. As muixarangues, torres humanas do País Valenciano, são uma expreassão popular de apoio mútuo e solidariedade.

habitam estes territórios, não ao contrário. Trata-se de pensar a partir do mais pequeno, desde a peculiaridade de cada espaço, dando protagonismo aos seus habitantes, atendendo as carências específicas e fugindo das grandes planificações externas que têm o poder de homogeneizar realidades muito diversas. Devemos estabelecer outras formas de organização dos recursos e serviços, que não hão-de ser necessariamente mais gravosas em termos económicos, e que devem adotar os critérios de utilidade múltipla que sempre caracterizaram o rural, colocando-os ao serviço dos desejos e prioridades da população, garantindo o direito de continuarem a viver dignamente neste território.

Cuidar das crianças mantendo as escolas nas aldeias e introduzindo no projeto educativo o valor da cultura rural, dos saberes e das práticas das suas gentes, das possibilidades de vida e trabalho nestes territórios, do equilíbrio fundamental entre o desenvolvimento e a preservação da natureza que nos fornece alimentos, água, ar. É importante criar uma verdadeira comunidade educativa integrada por profissionais do ensino e por quem habita o território, considerando-o um imenso e maravilhoso laboratório onde aprender a partir da experimentação, a partir do quotidiano da vida. Potenciar o enraizamento e o orgulho de pertencer a uma terra, valorizando a memória biocultural das aldeias; que isto seja a base que as forme e fortaleça para serem cidadãos e cidadãs do mundo.

Cuidar dos e das jovens, criando espaços de lazer e formação diferentes, ligados às múltiplas possibilidades de desfrutar da natureza que este meio lhes oferece, à expressão das artes ou à manutenção das práticas solidárias. Podem gerar-se espaços que conjuguem a utilização dos avanços tecnológicos que os ligam ao resto do mundo com o fortalecimento das relações humanas à sua volta, potenciando a sua presença e responsabilidade nos âmbitos de decisão da comunidade, ajudando-os a ver as oportunidades e alternativas de futuro que o seu meio lhes oferece num mundo cada vez mais globalizado e de certezas incertas. Ajudá-los a perceber que viver na sua aldeia pode ser também uma opção, tão válida e bem sucedida como a vida na cidade, não uma aposta complexa e cheia de obstáculos.

Cuidar das mulheres que permanecem nas nossas aldeias, valorizando o seu importante contributo para a manutenção desta sociedade, fortalecendo o seu protagonismo e apoiando as suas iniciativas laborais, sociais e políticas, recuperando esses lugares e momentos de encontro para falar da vida, das suas vidas, dos desejos, das esperanças. Cuidar das que cuidam, para que se sintam cuidadas, colocando meios técnicos e humanos ao seu alcance que facilitem este trabalho, mas, sobretudo, cuidar das que cuidam partilhando as tarefas do cuidado.

> Não só é possível sustentar a vida no meio rural, como também é urgente e necessário cuidar e manter cada pequena comunidade, cada exemplar desta espécie de *homo sapiens* em perigo de extinção.

Cuidar dos agricultores e das agricultoras, que são a ponte entre duas gerações que, ainda que reconhecendo os benefícios das práticas agrícolas de quem lhes precedeu, viram-se forçadas – por um lado, pela imposição das políticas agrárias e, por outro, pela falácia do progresso – a depender da agroindústria e da tecnologia; estas cada vez lhes retira mais autonomia na tomada de decisões e os converte em mão de obra ao serviço de interesses externos, ao mesmo tempo que degradam o solo que os sustenta. Cuidar, criando espaços de análise e reflexão sobre o que estas dinâmicas produtivistas provocam nas suas vidas e na vida das pessoas de outros lugares do mundo. Cuidar, apoiando e dando visibilidade a outras formas de produção, de transformação e relação com as consumidoras. Cuidar, reivindicando outras políticas e normativas não agressivas com a terra, que a entendam como um meio para a vida e não só como um recurso económico, e que garantam assim o futuro das novas gerações.

Construir uma sociedade consciente da sua interdependência

E, como é óbvio, cuidar das pessoas idosas e dependentes, a cuja fragilidade se une a ausência dos filhos e filhas que emigraram para a cidade à procura de uma vida supostamente melhor. Uma fragilidade relacionada com o desaparecimento dos valores e contravalores que marcaram as suas formas de vida e de pensamento («era tudo pecado», diz uma das personagens do documentário *Meseta*, de Juan Palacios), com a desvalorização dos seus conhecimentos, dos seus trabalhos, dos seus esforços perante a adversidade. São pessoas aferradas à terra, à horta, ao riacho onde pescavam, à adega…, a tudo aquilo que construíram e cuidaram e que agora sofre o abandono e a degradação.

Talvez lhes custe tanto afastar-se daqui porque foram protagonistas ativas da criação e manutenção destes lugares: os caminhos, os prados, os lavadouros, as fontes… cada espaço são anos de vida e lembranças, formam parte de si mesmas, numa simbiose maravilhosa entre as pessoas e a paisagem. «Tudo me fala», essa é a sensação que temos muitas aqui, fala o salgueiro, o regato, o cheiro a cera do chão de madeira, o crepitar do fogo na gloria[2].

Cuidar das nossas pessoas idosas, adaptando os recursos ao seu desejo de permanência no seu entorno, com uma normativa que permita colocar em marcha diferentes formas e alternativas de atenção: o acolhimento remunerado ou não de um vizinho, a criação de pequenos espaços que sirvam para responder às necessidades específicas de alimentação ou companhia durante a noite, o fortalecimento de uns serviços de proximidade geridos por pessoas próximas, o apoio à manutenção de atividades tradicionais como o cuidado da horta ou a recolha de lenha para o inverno. São atividades e serviços que, sem rejeitar os apoios da tecnologia, devem atender carências físicas mas também anímicas e garantir o abraço, o afeto e a companhia, sem se tornar objeto de mercantilização para satisfazer os interesses das grandes empresas que vêem aqui um novo e suculento campo de negócio.

Cuidar, manter, construir… tudo isso sem uma visão idílica do território nem da comunidade, para, a partir daí, a partir do velho e do novo, contribuir para criar uma sociedade consciente da sua fragilidade, da sua interdependência e codependência com o resto dos seres que habitam o planeta; uma sociedade que coloque no centro a importância da ética do cuidado e a necessidade de receber e dar afeto das pessoas. Receber afeto ajuda-nos e fortalece-nos, dar afeto dignifica-nos como seres humanos e como sociedade.

A Marcela não entende a possibilidade de não ter galinhas, assim como não entende a vida fora da sua aldeia. Durante muitos anos cuidou do seu marido doente até que os filhos decidiram levá-lo para um lar; passado um ano, faleceu. Marcela nunca o foi ver, não era falta de amor, era o medo de ficar ali para sempre.

NOTAS

1 Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas nº37, 2020

2 «Gloria» refere-se a um sistema tradicional de aquecimento por superfície radiante, comum em zonas rurais de Castilla y León (N.T.)

Mercadorias de Marte, precipícios da Terra
A mudança climática vista daqui

GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL

Greve Climática Estundantil em 2019.

JORGE LEANDRO ROSA

Aqui é a posição partilhada – exposta a agressões velhas e novas por todos nós neste ano de alto risco de 2022. Mesmo tomando em conta as variações nas coordenadas que cada um ocupa, o mais certo é todos estarmos expostos a altas doses de desinformação veiculada pelos dispositivos sociais, publicitários, tecnológicos e económicos que visam a nossa «anuência» à gestão dos acontecimentos, ao mesmo tempo que pretendem turvar a percepção do estádio a que a situação já chegou. A tudo isso, que até aqui possuía mais ou menos as cores da *pax americana*, podemos somar dois vectores de agressão relativamente novos: em primeiro lugar, a emergência de novos pólos de projecção de poder militar e industrial que se apresentam como forças «alternativas» na cena internacional, mas que se limitam a oferecer formas corruptas e pós-soviéticas do Estado autocrático e militarista, como na Rússia, ou o modelo do hiper-industrialismo neoconfuciano, como na China; em segundo, a entrada em cena – e que cena! – de novos actores cibernéticos e tecnológicos prestes a serem lançados numa sociedade «demasiado humana» que está a ser preparada para a «inevitabilidade» daqueles. Este cenário adquire toda a sua amplitude quando tomamos em conta a avançada destruição do meio ambiente e da biosfera, de que a mudança climática é hoje o grande acelerador, mas não o único actor. É a essa amplitude que dedicamos esta reflexão.

«Aceleração» é uma palavra-chave. Aceleração de tudo, entendida como incremento exponencial da velocidade das transformações antropogénicas do sistema-Terra, que se ramificam e se implantam em todos os sistemas ambientais à nossa volta, adquirindo processos autónomos e interligados cada vez mais significativos. Mas essa implantação não é apenas a que se dá nos sistemas físicos naturais. Toda a vida política, tecnocientífica, económica e cultural penetra e mistura-se com esta aceleração sistémica e paradoxal. Também todos os indicadores de extracção de matérias naturais, do reino mineral ao reino animal, crescem exponencialmente e produzem híbridos cuja existência se dá muito para além dos limiares da sustentabilidade. Tudo o que hoje é certificado como «sustentável» é, na verdade, manifestação de uma produção imaginária já exterior aos limites planetários, como se as nossas fábricas já estivessem em Marte e pudessem alimentar a circulação de mercadorias aqui na Terra. Todos os indicadores industriais, congregando as culturas intensivas dos campos e do mar, a rentabilização das bioengenharias, a «betonização» dos territórios, a «penetração» do mundo pelo incremento das velocidades, a virtualização promovida pela expansão das redes telemáticas, crescem de forma quase síncrona a partir de um pressuposto exoplanetário. Ao mesmo tempo, acelera-se a integração das mediações tecnológicas, operem elas na comunicação, na medicina, na educação e na cultura, nas práticas sociais, de forma a que qualquer existência fora desses dispositivos seja considerada como um risco, uma prática criminosa ou, literalmente, impossível. Apesar de todo esse aparato, neste e nos próximos anos, é já visível o modo como, de forma cada vez mais evidente, toda e qualquer fuga em frente pode sempre ser ultrapassada pelo carácter abrupto das transformações climáticas.

Num mundo em aceleração, multiplicam-se aquelas situações a que os *media* chamam «crises». Nesta *novilíngua* (Orwell) da era neoclimática, a crise é sempre entendida como uma disfunção temporária que ocorra em algum processo. Em última análise, a crise-padrão é aquela do ciclo económico e financeiro, onde a crise é reorientada como uma «destruição criadora» que acaba por relançar com pujança novas estruturas socioeconómicas. Foi esse o modelo seguido na Segunda Guerra Mundial: a destruição da velha Europa permitiu lançar as bases do capitalismo global, num período em que a retaguarda industrial se encontrava abrigada no continente americano ou no oriente russo. Setenta anos depois, é a destruição ecológica que é vista como a oportunidade para um novo ciclo, ciclo de destruição e criação. Enquanto a produtividade do sistema não enfrentava limites físicos aparentes e se mantinha alta, a guerra constante era remetida para zonas geográficas nas margens dos centros industriais. Foi o que alimentou a ilusão da secundarização da violência militar, confinada a certas áreas ricas em matérias-primas e fontes energéticas primárias. Acontece, contudo, que as lógicas de destruição criadora nunca põem de parte qualquer recurso, voltando a tirá-lo dos seus arsenais estratégicos mal se apresenta uma oportunidade para o seu uso. Essa oportunidade foi agora rebaptizada sob a designação inócua de «alterações climáticas» (preferimos falar de «mudança climática»), mas que devem ser vistas, para além do seu aspecto climático, como um agregado de fenómenos. É assim que vastos territórios que haviam sido desindustrializados voltam a permitir-se pensamentos de guerra.

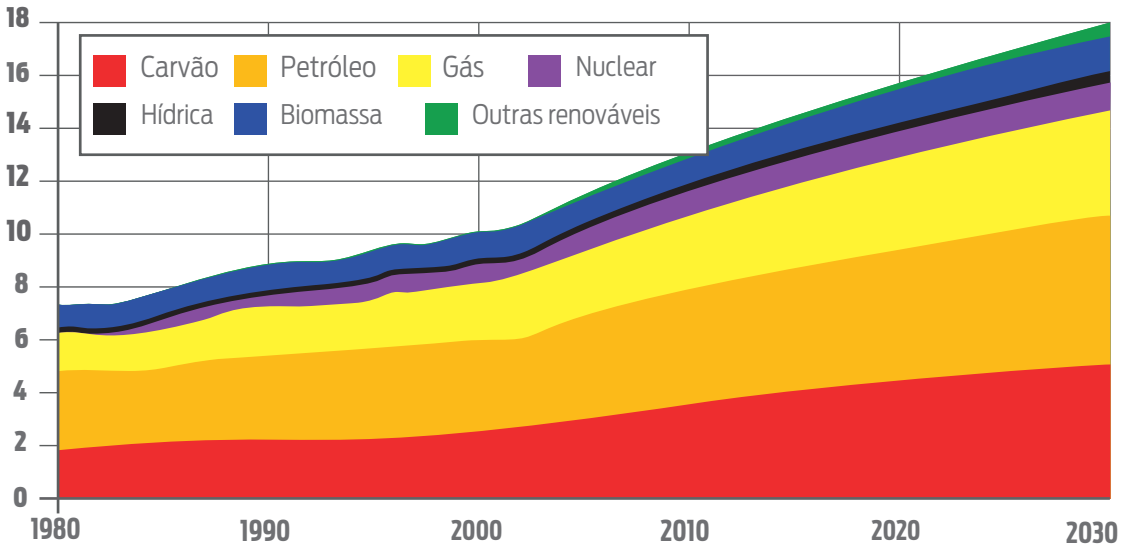
A mudança climática é tudo menos um mero acidente natural. Ela decorre inteiramente da lógica de dominação do planeta, que tem uma história multi-secular. Como o planeta é, no essencial, um sistema dinâmico cujas modificações se dão, salvo catástrofe, num tempo longo, processos aos quais todos os seres vivos, incluindo os humanos, se foram adaptando, torna-se evidente que a introdução de modificações antropogénicas transportadas pelo factor decisivo da *aceleração* retira à generalidade dos seres vivos qualquer hipótese de adaptação. Por essa razão, sempre que deparamos com algum discurso sobre a necessidade de adaptação à mudança climática, podemos estar certos de que o conceito é aí reorientado para o domínio da adaptação tecnológica e biotecnológica. O que está em questão é a transformação genética e a deslocação, em virtude das dinâmicas climáticas, das espécies, uma engenharia do vivo a céu aberto, que privilegia os vertebrados humanos e algumas espécies animais e vegetais ditas «úteis» ou esteticamente eleitas. É fundamental compreender que quase tudo o que se passa na «resposta» das sociedades dominantes

à mudança climática decorre do conhecimento de que só a tecnologia pode, potencialmente, ser um agente tão veloz quanto as transformações ambientais e climáticas que se avizinham. Esse é, no essencial, um *sistema de crença* baseado nos processos instalados pela sociedade industrial e na sua potenciação. Mas é também um conto do poder, uma vez que o sistema-Terra e o sistema tecnocientífico entram aqui numa competição inédita.

Este conhecimento da inviabilidade de uma adaptação «natural» à mudança climática, que se tornará mais e mais evidente já nesta década, leva-nos a interrogar o que se está a passar no espaço público das nossas sociedades ou, mais particularmente, nas grandes reuniões político-científicas, como as Conferências das Partes (COPs) sobre as Alterações Climáticas, instituídas pelas Nações Unidas. Estes rituais de salvação do mundo tiveram o seu ponto alto na COP de Paris, em 2015. A partir daí, passou a existir um acordo (não-vinculativo) que enunciava objectivos quantificados, quer em graus celsius, quer na quantificação de emissões. É evidente que já aí se tornava notória a vontade de dotar o planeta de um termóstato. Qualquer observador objectivo pode verificar que esses acordos climáticos transportam, em si mesmos, uma contradição fatal: quem negoceia e subscreve esses documentos são os mesmos Estados que se esforçam por expandir e acelerar as causas directas e indirectas da mudança climática. Uma análise superficial bastará para que se verifique que os esforços de descarbonização são ainda, e assim permanecerão, residuais, face aos esforços de carbonização que decorrem numa espécie de mundo paralelo, mas igualmente real.

A questão da energia é, a este propósito, sintomática. Inúmeros agentes políticos e empresariais promovem as energias renováveis recorrendo-se de um discurso que só pode ser caracterizado como publicitário. Mas fazem-no com base no falso pressuposto de que a energia a que se recorre é sempre neutra e não determina, para além desta ou daquela forma de poluição, a sociedade e o mundo em que vivemos. Apresentadas como substitutas das energias carbónicas, é fácil verificar que as energias renováveis são e permanecerão recursos que estão limitados, pela sua natureza, a um papel de complemento das três grandes fontes energéticas que impulsionaram a sociedade do crescimento: o carvão, o petróleo e o gás. Pura e simplesmente, são estas as fontes energéticas que moldaram, e ainda definem, os nossos regimes económicos e sociopolíticos desde o dealbar da Revolução Industrial, cujo necessário enterro ninguém parece ter a ousadia de enunciar. Um dos problemas que mais prejudica a nossa reflexão sobre estas questões é a ignorância, que atravessa o espectro político, sobre a natureza da energia no mundo real. Ora, o que a energia vale é sempre expresso pela sua tradução em trabalho que as máquinas podem realizar *versus* o trabalho realizado por humanos e animais. A expansão das fileiras de escravos mecânicos e electrónicos condiciona hoje quase todas as escolhas sociais. Tudo o resto passou a ser decorativo. Se ainda queremos salvar o nosso habitat, é suicida continuarmos sentados no topo da pirâmide energética do industrialismo (ver esquema): torna-se evidente que uma sociedade fundada em energias renováveis de proximidade é uma sociedade onde o trabalho humano e animal necessita de readquirir o seu papel social, coexistindo com máquinas muito menos potentes e complexas que já não sejam os produtos de centros fabris mais ligados aos circuitos globais do que às necessidades locais.

CRESCIMENTO PROJETADO DA PROCURA GLOBAL DE ENERGIA
Bilião de toneladas de equivalente a Petróleo



SOURCE: IEA WEO 2007

Se ainda queremos salvar o nosso habitat, é suicida continuarmos sentados no topo da pirâmide energética do industrialismo.

O ilusionismo em torno da energia é, hoje, uma das práticas político-tecnológicas de que os diversos regimes não podem abrir mão; mas ela adquire o seu grau mais extremo na Europa comunitária, onde a fantasia da sociedade rica 100% descarbonizada vai de vento em popa. A agravar esse estado de coisas, muitos daqueles que protestam contra a inacção dos Estados padecem da mesma cegueira energética quando se limitam a denunciar os subsídios canalizados para as empresas de prospecção e extracção de petróleo e gás. Esses subsídios sustentam um modelo que não vemos ser objecto de idêntica contestação pelos mesmos. Daí que o pior erro dos movimentos pelo clima seja a sua exposição aos *green new deals*, alianças de conveniência entre o sindicalismo industrialista e a ideologia do capitalismo *smart*, que corroem uma causa decisiva. Por outro lado, movimentos importantes como o Extinction Rebellion ou a Greve Climática parecem ter atingido o tecto da sua capacidade de influência sobre as opções das sociedades onde estão activos, em grande parte porque não se mostram dispostos a aprofundar as suas práticas de desobediência civil, dando o passo que vai da petição dirigida aos poderes à disrupção dos mesmos.

Embora a mudança climática mostre até à evidência que não há regiões descarbonizadas *versus* regiões «poluentes», as metas dos 1,5ºC ou 2ºC (eloquente indecisão) inscritas no acordo de Paris são, no século XXI, o equivalente da ilusão da «Guerra que acabará com todas as guerras» no século XX. Ou seja, tudo indica que se repetirá o padrão da guerra depois da última das guerras: depois da competição em sede onusiana visando demonstrar quem cumpre as «metas» (que, no fim de contas, estão em vias de ser ultrapassadas) e é capaz de salvar, ao mesmo tempo, a sociedade industrial, explodirão os conflitos pelos recursos, os nacionalismos obcecados com o seu estatuto de potências regionais, a guerra aos migrantes, a imposição de aquisições regionais recorrendo a armas nucleares tácticas, etc. Perante tudo isso, necessitaríamos de reavivar imediatamente uma consciência antimilitarista, absolutamente necessária à consciência ambiental e climática.

Entretanto, já não basta dizer que a mudança climática é real, uma afirmação que nos colocou em confronto com forças que tudo fizeram para poderem continuar a explorar, nas últimas décadas, o actual sistema de dominação do planeta e dos seus seres vivos. Dada a dinâmica própria dos acontecimentos, essa concepção de um processo real que podemos isolar de maneira científica, ou que podemos transformar em mais um tópico noticioso, fez-se fonte de uma estranha anomia a que chamaremos a *normalização do visível climático*. A percepção da mudança climática torna-se, de dia para dia, o transe de um terror espoletado por certas imagens canónicas desta. Espectacularizada como furacão, cheia, onda de calor, incêndio, a agregação e potenciação dos fenómenos decisivos nos quais convergem todas as circunstâncias climáticas pode assim ser activamente dissimulada. Depois do negacionismo, entramos na fase em que se dá a ver o espectáculo das alterações climáticas a fim de melhor as instituir como matéria destinada aos poderes demiúrgicos dos Estados e da tecnociência. Desse modo, escapam ao observador todas as interligações entre sociedade e atmosfera, quotidiano e vida não-humana, tecnologia e sobrevivência. Trata-se de operar pela *dissimulação do indissimulável*, assim transformando toda a matéria do mundo num líquido fluído e incaracterizável.

A produção académica e mediática de material sobre a mudança climática, os relatórios de milhares de páginas do IPCC (Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas), muitas vezes de elevado nível científico, não são o equivalente, *per se*, da partilha da verdade no que diz respeito à viabilidade das nossas sociedades e mesmo à nossa sobrevivência. O que se passa no sistema comunicacional – e nele incluímos tanto os *self media* como os *media* tradicionais – tem provado ser uma constelação de representações que, mesmo quando aponta factos, se integra quase sempre num sistema mais vasto de produção de ilusões. Por que razão as dinâmicas fundamentais da mudança climática – como o aquecimento já potenciado no clima global, os efeitos reais dos colapsos das grandes correntes marítimas e atmosféricas, a iminência de um Ártico sem gelo no Verão, os impactos desastrosos nas principais culturas agrícolas, etc. – não são objecto de imediata e urgente discussão pública, mas aparecem antes como representações melancólicas de alguma inevitabilidade cósmica? Por que motivo o sistema comunicacional vai acenando com a iminência de tecnologias milagrosas de descarbonização, de espelhamento da radiação solar ou novas fontes energéticas infinitas e, em todos os sentidos, gratuitas? Entretanto, o único beneficiário parece ser o *lobby* nuclear, agora renascido das cinzas. A COP de Glasgow foi, em 2021, mais uma «última oportunidade» que se revelará eminentemente real. Mas antes disso, ela foi a confirmação do colapso do Acordo de Paris, armadilhado pelo «mercado do carbono» e pelas «oportunidades de crescimento» que a pacificação das relações entre economia e política prenunciavam.

A nossa posição comum não é boa e não parece vir a melhorar a muito breve prazo. Nessa altura, as nossas cidades começarão a ser colocadas diante da escolha entre recorrerem a todas as formas possíveis de produção de alimentos e ao êxodo urbano ou enfrentarem a disrupção (e a violência) que se aproxima quando as cadeias de produção e distribuição de alimentos passarem por colapsos cada vez mais frequentes. Nada disso seria inevitável se não continuássemos a acreditar que as mercadorias nos vão chegar de Marte quando vier a hora da grande deslocalização climática. Quando nos dizemos que é preciso tratar da Terra e ao mesmo tempo embarcamos em foguetões cósmicos, acaba por ser a Terra a tratar de nós. Mas os novos promotores dos negócios climáticos, sugestionados por essas imagens có(s)micas, apregoam aos quatro ventos um «alinhamento do modelo de negócio com os factores de equilíbrio ambiental». O desaparecimento da única espécie capaz de erradicar toda a vida de um planeta merece esse alinhamento dos corpos celestes. E decerto, no fim de tudo, o riso do cosmos.

«O activismo judicial é uma estrada cheia de perigos e incertezas»

GODOFREDO PEREIRA
ENTREVISTA REALIZADA EM JUNHO DE 2020
ILUSTRAÇÕES **ANA FARIAS**

Alonso Barros é um advogado e antropólogo Chileno. Conheci o Alonso em 2012 no Chile. Colaborámos alguns anos depois na elaboração de um relatório sobre os impactos ambientais da expansão do tanque de rejeitados da mina de cobre Radomiro Tomic, e mais recentemente em dois projetos de investigação, um sobre lítio e outro sobre jurisprudência ambiental e climática, comparando Chile e Austrália. O Alonso tem 25 anos de experiência na representação das comunidades *atacameña*, *aymara*, *diaguita* e *quechua* do Deserto de Atacama, afetadas pela mineração, tanto do cobre como do lítio. Se as entrevistas anteriores desta série a líderes indígenas do Atacama tratavam de experiências vividas do território, aqui trata-se de uma abordagem mais seca e técnica, onde se notam importantes diferenças tanto de prioridade como de perspetiva. Nas entrelinhas destas diversas contribuições, podemos observar também uma tensão política entre optar pela contestação ou pela negociação. Obviamente, Portugal e Chile constituem contextos históricos e políticos muito diferentes. Por isso, a entrevista debruça-se especificamente sobre as estratégias permitidas pela ratificação da Convenção 169 da OIT – notando os prós e contras de ter-se passado de um paradigma de contestação através da 'demarcação' de terras para um paradigma de «consulta».

Godofredo Pereira (GP): Como começaste a trabalhar no Atacama?
Alonso Barros (AB): Um amigo da Faculdade de Direito ajudou-me a encontrar um emprego na Corporação Nacional Chilena para o Desenvolvimento Indígena (CONADI criada em 1993 pela lei 19.253, a "Lei Indígena"). Em 1994 inaugurámos os escritórios em San Pedro de Atacama, e comecei a trabalhar no desenho da estrutura jurídica do CPA [*Consejo de Pueblos Atacameños*], uma união de presidentes de cada comunidade indígena local formada associativamente, como um grémio.

GP: A água era crucial na altura, certo?
AB: A lei indígena incluía três questões: água, terra, e património cultural (arqueologia). Com a água, era um processo em duas fases. Primeiro, tínhamos de gerar os instrumentos legais para os povos indígenas se organizarem, obter personalidade jurídica como comunidades indígenas e obter um número fiscal, para ser reconhecido pelos serviços governamentais. Isso era necessário para o segundo passo: registar as águas em nome destas comunidades. Também estabelecemos as medidas iniciais para assegurar os direitos de propriedade da terra das comunidades, pelo que fizemos o primeiro registo dos «padrões de ocupação» indígena. De acordo com a Lei 19.253, os *atacameños* e os *aymaras* - e todas as comunidades do norte do Chile - têm direitos especiais, particularmente em relação às águas superficiais, pelo que tivemos de os assegurar legalmente. Em seguida, foi necessário um cadastro para registar as terras dos *atacameños* em nome das «novas» comunidades.

A única coisa que torna as terras e águas indígenas diferentes de outras propriedades é que, por lei, não se pode vendê-las, alugá-las, nem dá-las como garantia; não se pode ter direitos de servidão sobre elas. Portanto, foi uma estratégia sólida recuperar e demarcar todas estas terras disputadas que o Estado reclama como suas, recuperando-as como propriedade indígena protegida para o povo *atacameño*. Mas também ficou na mente das pessoas a ideia de que somos donos disto agora, pelo que temos de aproveitar ao máximo para beneficiar directamente da sua exploração e, ao mesmo tempo, protegê-la. Agora que as empresas mineiras tentam chegar à nossa propriedade, temos de nos opor a elas para conseguirmos algo com isto. Ou seja, a lei constituiu sujeitos e apanhou-os numa armadilha neoliberal porque os tornou «proprietários». Com estas águas e estas terras, eles entraram neste tipo de ecopolítica da mineração. As pessoas começaram a perceber e a compreender que a extração de água do Salar [salina] de Atacama poderia secar as «margens» ricas em flamingos e fontes de água mais acima e enfurecer a montanha, de maneira que não teriam neve nem água para pastagens e agricultura.

GP: Qual foi o primeiro caso em que trabalhaste independentemente?
AB: Lembro-me que, em 2008, estava a apresentar observações para a comunidade aymara de Quillagua contra a SQM. O processo chamava-se Pampa Hermosa, e está atualmente a ser revisto porque afectou os frágeis *puquios* (furos de água) no Salar de Llamara. Também representei a comunidade *atacameña* de Peine na orla do Salar de Atacama, negociando em termos fortes. Foi assim que chegámos a um primeiro acordo de referência com Escondida (uma mina de cobre), por aproximadamente 15.000 dólares por ano. Embora isto pareça muito pouco dinheiro, foi a primeira vez que foram alcançados acordos de «partilha de benefícios». Hoje, penso que subiram o pagamento para 20.000 dólares.

Odiaram-me em Escondida quando, por volta de 2007, parámos o seu projecto de extrair 1.000 litros por segundo de água das lagoas de montanha e transportá-la numa conduta de 100 km até à mina. As autoridades da minha universidade disseram-me: «não publique nada sobre direitos humanos, de povos indígenas, não fale de territórios, cale-se». É claro que não cumpri e deixei a minha posição de investigação. Recentemente, com Camar, opusemo-nos com sucesso aos projectos de extracção de água de Escondida no aquífero vizinho de Monturaqui (com um impacto de 500 anos).

Crucial a tudo isto foi que, em 2009, o Chile aderiu à Convenção 169 da OIT (C169), com a sua consulta obrigatória aos povos indígenas e o dever de consulta do Estado. Qualquer projecto de empresa requer duas licenças para funcionar: a ambiental e a social. Ao lidar com os povos indígenas, é necessário o consentimento mútuo através de um processo de consulta formal dos povos em cujos territórios um determinado projecto está definido para funcionar. Caso contrário, poderão ter problemas. E se uma empresa destas fica com má reputação, isso terá impacto no preço das suas acções. Portanto, há muito em jogo na sua gestão de imagem.

Este tornou-se o cavalo de batalha. Em 2009, apresentámos observações em oposição ao projecto de extracção de lítio de Albemarle, as quais foram finalmente consideradas e aprovadas há alguns anos. Fiz estas observações para Peine e Toconao e também para outras comunidades. As observações conduziram a um acordo de partilha de benefícios com Peine em 2012. A comunidade receberia cerca de 170.000 dólares anuais, indexados à produção - se a produção crescesse, os fundos da comunidade cresceriam na mesma proporção.

O que se seguiu foi que, com Peine, convencemos Albemarle a chegar a um acordo com as outras comunidades de salinas através do CPA. Negociámos com Albemarle de uma forma muito diferente do que antes, porque o presidente da CPA - Rolando Humire [entrevistado na edição de Julho de 2021 do Jornal MAPA]- fazia parte da Comissão Nacional de Lítio do Chile. No início, Albemarle disse que não, argumentando que só precisavam da licença social de Peine. Isto porque estavam no território de Peine e não viram necessidade de um acordo com a CPA, que representa todas as comunidades em redor do Salar. Impusemo-lo. Eles sabiam que se não cedessem às nossas exigências, poderíamos eventualmente derrubar judicialmente todo o projecto devido à falta de consulta, considerando que as águas da bacia do Atacama, quer superficiais quer subterrâneas, formavam um único corpo.

GP: Quais eram as principais estratégias legais que estavam a ser utilizadas?
AB: Foram os termos da consulta C169 da OIT e a licença social porque a Albemarle não poderia funcionar sem ela. A única forma de obter a licença social era chegar a um acordo directo com todas as comunidades e com o CPA de uma só vez.

GP: Como é que existe um dever de consulta com as comunidades sem reivindicação territorial direta sobre o Salar?
AB: Bem, os *atacameños* tiveram os seus territórios reconhecidos genericamente como ADI, Área de Desarrollo Indígena. Mas a consulta é algo que tem desterritorializado as práticas de titulação. Agora já não se trata de discutir se «esta é a minha terra», se vai ser demarcada, e assim por diante. Este foi o discurso no Chile e nas lutas pela terra na América Latina durante muito tempo, até que com a OIT C169 se diz: «vamos consultar» qualquer medida legal ou administrativa suscetível de ter impacto sobre os povos indígenas. Ou seja as empresas têm de consultar todas as comunidades suscetíveis de ser afetadas, direta ou indiretamente. «Vamos consultar», mas continuará a ser o governo a decidir sobre os recursos naturais. A consulta não permite um veto indígena. Se os *atacameños* tivessem direitos territoriais de propriedade totalmente registados, não haveria necessidade de consulta porque, como proprietários de pleno direito, poderiam simplesmente dizer não a qualquer projeto dentro das suas terras. Mas não têm nem propriedade plena nem consulta plena.

«Vamos consultar», mas continuará a ser o governo a decidir sobre os recursos naturais

GP: Então, a mudança mais significativa foi a entrada em vigor da C169 da OIT, na medida em que apresenta a consulta. Mas será que continua a ser um instrumento poderoso apesar de não permitir um veto?
AB: Sim e não. É o que diz o acordo assinado por Peine com Albemarle, que «a comunidade é proprietária da terra em que a empresa opera», ao mesmo tempo que também diz «a empresa reclama os seus próprios direitos de propriedade sobre a água e a terra, não aceitando a opinião da comunidade». Ou seja, concordam em discordar. De acordo com a lei chilena, a maioria das terras indígenas estão no limbo, pelo que as comunidades não podem efetivamente opor-se a projetos prejudiciais baseados apenas no seu título consuetudinário. Contudo, a consulta força algum tipo de reconhecimento mútuo de reivindicações ancestrais para além do que as normas chilenas permitem.

GP: Há muitas situações em que coisas como as lagoas que bordejam o Salar, os flamingos, a quantidade de água bombeada do Salar, ou mesmo o número de árvores nas margens se tornaram um objeto de disputa. Estará isto ainda dentro do paradigma aberto pela questão da consulta? Ou será esta uma via ligeiramente diferente que coexiste com essa estratégia?
AB: A OIT C169 criou um incentivo: as comunidades têm de ser consultadas e de participar directamente nos benefícios das empresas que operam nos seus territórios ou nas suas proximidades. Isto às vezes sobrepõe-se aos princípios ambientais na medida em que se acaba por negociar o ambiente. Mas o que permite é continuar a aumentar a exigência ambiental, para proteger e defender cada vez mais, para pedir mais e mais medidas, utilizando cada pequeno detalhe para transmitir a verdadeira natureza do impacto ambiental.

Por exemplo, no início, ninguém sabia ou se preocupava muito com os microrganismos extremófilos que hoje são fulcrais em múltiplas disputas nas mais diversas salinas do Atacama. Ainda assim, à medida que pressionávamos judicialmente por mais investigação, fomos capazes de criar um argumento, um dispositivo retórico baseado no papel que certos microrganismos presentes nos salares tiveram para a origem da vida na terra. Um ambientalista ou um biólogo preocupar-se-ia com o microorganismo, com a vida destes seres. Como advogado, vejo-os como dispositivos para evidenciar impactos ambientais até à data não mencionados, e que podem gerar o interesse das empresas e do Estado, levando a mudanças mais alargadas. E a mesma coisa com as lagoas, os flamingos, as árvores, etc.

As instituições ambientais do Chile - o Serviço de Avaliação Ambiental (SEA) para a ação preventiva e a Superintendência do Ambiente (SMA) para a supervisão e sanção - garantem a promulgação de todos estes acordos. Assim, há uma negociação antecipada baseada em impactos e medidas ambientais onde todas estes seres e entidades são usados para aumentar a exigência ambiental.

Claro que as comunidades podem até rejeitar um projecto; no entanto, como não têm poder de veto legal, não têm a última palavra - o Estado tem-na. Muitas vezes as comunidades indígenas dizem: «Discordamos do projecto porque pensamos que prejudica o nosso território. Mas como não somos nós que somos chamados a decidir isto, aceitamos o dinheiro para medidas de protecção».

GP: Como foi esse primeiro momento de contestação da extracção de lítio no Salar de Atacama? Porque se tornou o momento inicial de mobilização política e colectiva?
AB: Havia necessidade de renovar um contrato que a SQM tinha com o Estado, que se enredou numa série de arbitragens e julgamentos. Também não houve supervisão direta sobre a produção e venda de lítio e potassa. O organismos do Estado, a CORFO, alugou estas propriedades à SQM até 2030. Mas a CORFO poderia ter recuperado todas as suas propriedades no salar. Até então, a SQM pagava um aluguer ridículo de 15.000 dólares ou algo semelhante (para além de pequenos direitos de exploração e impostos sobre as exportações). O estado e SQM estavam a negociar um novo contrato que poderia beneficiar ambas as partes, com o qual o governo chileno receberia um extra de mil milhões de dólares por ano durante dez anos. Por outras palavras, o dobro do que todo o sector privado da mineração de cobre daria ao Estado no mesmo período.

Através do mediatismo destes processos, os *atacameños* (e outros habitantes de San Pedro) tornaram-se mais conscientes. E também por causa da poeira industrial no salar, que está a destruir as suas colheitas. Agora, a vasta extensão do Salar está coberta de poeira, e as pessoas aperceberam-se de que já quase não há flamingos. Houve uma consciência política crescente mobilizada por líderes tradicionais como Mirta Solis e muitos outros. Os jovens e os velhos, estavam todos juntos. E quando a SQM foi apresentar o seu projecto na Câmara Municipal, foram expulsos: não lhes foi permitido o diálogo.

A SQM vai reduzir a sua exploração da salmoura em 20%. E vai reduzir para metade até 2030. Mas, antes disso, puseram em linha todos os números, todos os dados, todos os antigos «segredos» da água. Está tudo online. Isto é muito mais do que (os reguladores do estado) poderiam ter forçado a SQM a fazer. Em parte a SQM está a fazer isto devido à pressão dos lobbies alemães, do sector ecologista, das empresas EV, e assim por diante. Alguns acreditam que é apenas devido a este tipo de pressão de mercado e política, mas, é também devido à pressão que os *atacameños* têm feito e ao desejo da empresa de obter licença social para operar.

O ativismo judicial é uma estrada cheia de perigos e incertezas. Por vezes, atrasa-se, como quando os casos ambientais são mal defendidos, e as decisões judiciais reduzem a amplitude dos litígios indígenas e diminuem os padrões dos direitos humanos - ou mesmo retrocedem. As comunidades indígenas uniram os seus recursos políticos e legais com algum sucesso ao longo dos anos, enquanto negociavam os seus direitos de licença social. Por sua vez, isto permitiu que algumas comunidades passassem para uma oposição mais expressiva e radical aos projectos mineiros. Este processo de aprendizagem não tem sido fácil, nem tem sido isento de turbulência política. Contudo, a tentativa e o erro têm sido professores extremamente produtivos, uma vez que as organizações *atacameñas* se têm tornado, ao longo das décadas, mais fortes e mais conscientes das suas dificuldades ambientais, de tal forma que, em certa medida e apesar do Estado, ganharam uma espécie de poder de veto social.

Antropofagias: do fetichismo religioso ao fetichismo mercantil

Exemplares de *Minkisi Nkondi*, vulgarmente conhecidos como «fetiches de pregos», figuras tradicionalmente utilizadas por curandeiros BaKongo.

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

Segundo nos deixam entrever as brumas da memória, terá sido em 1482 que as primeiras caravelas portuguesas, comandadas por Diogo Cão, desembarcaram no rio Kongo (batizado de «Padrão» pelos católicos navegantes), numa das várias viagens de «descobrimento» realizadas a serviço d'El Rey de Portugal e dos Algarves, D. João II. Qual não terá sido o espanto desses nobres comerciantes ao constatarem que as gentes de pele escura que iam encontrando, além de demonstrarem pouco pudor e não cobrirem as suas carnais tentações, adoravam figuras artesanais (os *minkisi,* como lhe chamavam) como se de deuses se tratassem. No centro dessa espécie de delírio colectivo, destacava-se a figura do feiticeiro (que respondia pelo título de *nganga*), que trataria de convencer essa ignorante gente de que os ídolos falavam [1]. Os portugueses terão apelidado essas figuras de «fetiches» (expressão derivada da palavra portuguesa «feitiço») e tirado máximo proveito da sua eficácia prática em termos comerciais para levarem a cabo o seu principal objectivo: acumular ouro para a Coroa Portuguesa. Como esses africanos (os BaKongo) pareciam desconhecer o «verdadeiro valor» do ouro e estar dispostos a trocá-lo por meras bugigangas, o engenho e a arte dos católicos comerciantes levaram-nos a improvisar – com bíblias, contas e pedaços de madeira – objectos equivalentes às figuras de culto local, possibilitando, assim, transacções comerciais.

No entanto, há quem suponha que talvez o engenho e a arte dos comerciantes europeus não fossem assim tão requintados nem o intelecto dos habitantes locais tão limitado, que estes relatos parciais dos primeiros contactos entre portugueses e congoleses, no século XV, seriam antes sintomáticos de um contraste entre «sistemas de valorização» completamente distintos e que, no fundo, os autodenominados «civilizados» seriam tão ou mais fetichistas quanto a sua contraparte «primitiva».

Com o passar dos séculos, o termo «fetiche» foi apropriado por vários intelectuais ocidentais. Um deles foi Freud, que apelidou de «fetiches sexuais» os objectos utilizados para substituir o «objecto sexual normal», embora fossem «totalmente impróprios para a finalidade sexual normal» [2]. Não é nossa intenção discutir o que entendia Freud por «finalidade sexual normal» nem por que categorizava o seu órgão sexual de «objecto», como se de um acessório suplementar ao resto do corpo se tratasse; interessa-nos, porém, essa ideia do fetiche como «projecção» da coisa verdadeira, seja ela de natureza sexual ou divina.

Karl Marx, por seu lado, utilizou o termo «fetiche» para qualificar a mercadoria, exemplificada pelo próprio ouro que os europeus ansiavam por adquirir em terras alheias (e posteriormente escravos – seres-humanos mercantilizados). Para Marx, a mercadoria seria uma categoria inerentemente fetichista por transmitir a «ilusão» de que é «valiosa em si-mesma» quando, na verdade, «oculta» o trabalho envolvido na sua produção e relações sociais de exploração. Segundo Marx, esse fenómeno estaria na origem de uma sociedade profundamente fetichista, em que as relações sociais ocorrem através das coisas (ao invés do oposto), de uma vida social marcada por «relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas» [3].

É precisamente dessa ilusão de naturalidade do valor que pareciam padecer os comerciantes europeus ao se convencerem de que os africanos não conheciam o (elevado) valor «real» do ouro. David Graeber [4] vai mais longe, sugerindo que aquilo a que os europeus chamavam de «fetiche» não detinha, para os BaKongo, valor enquanto «objecto» (muito menos mercadorias), mas apenas enquanto meio» de estabelecer relações sociais, ou seja, enquanto «coisas que materializavam acordos entre pessoas».

Com o passar dos séculos, o interesse de artistas modernos no «artesanato» africano (até então excluído da categoria superior de «arte»), como Picasso, abriu lugar à chamada «arte primitiva» - um termo que remete para tempos ancestrais, embora muitas das sociedades de que essas peças eram originárias coexistissem com aquela que agora as destinava para os seus «museus». Nos túmulos que as esperavam, era-lhes negada toda uma vida ritualística em que se deixavam envolver por forças mais-que-humanas. Afinal, se admitirmos que no seu contexto original estas equivaleriam a «obras de arte», o seu uso aproximá-las-ia mais de elementos de arte cinética do que de esculturas para serem apreciadas «sem tocar».

O mundo da arte segue um sistema de valorização distinto daquele que Marx descreve a respeito da produção capitalista. Principalmente com o advento do modernismo e com o surgimento de peças como *A Fonte*, de Marcel Duchamp, o valor das obras de arte parece expressar pouca relação com o tempo de trabalho (ou mesmo com as habilidades técnicas) necessário para produzi-las. Não obstante, apesar de considerar que o valor das mercadorias tem origem na esfera da produção e no tempo médio de trabalho necessário para produzi-las, Marx considera que o seu preço final no mercado está dependente de outras variáveis, tais como as leis da oferta e da procura. Na verdade, o valor de uma obra de arte depende de julgar-se estar perante uma peça «autêntica» e «única» e, portanto, da sua escassez. Aliás, é frequente o seu valor estimado corresponder ao preço que os licitantes estão dispostos a pagar por ela em leilão: pura lei da oferta e da procura. Porém, são raras as obras originais que adquirem o valor d'A Fonte de Duchamp, derivando antes de uma concórdia dentro da comunidade de críticos de arte, não só sobre a qualidade da respectiva obra, mas também sobre o génio do artista (cabe aos processos mercantis converter esta apreciação qualitativa num valor quantitativo: o preço). Portanto, ao contrário das mercadorias analisadas por Marx, cujos produtores são envolvidos em anonimato através de um processo de alienação, o valor de uma obra de arte depende de quem a produz.

Porém, em contraste com o que sucedia com a arte ocidental, na legenda das tais obras de «arte primitiva» não era colocado o nome do/a autor/a, mas do grupo étnico de que eram pretensamente provenientes – como se representassem toda uma cultura cristalizada no tempo – e, por vezes, o nome do seu anterior coleccionador – como se de «pedigree» se tratasse. Uma «aura de autenticidade» pairaria sobre as «obras-primas» africanas como sobre as do próprio Picasso, mas, ao contrário do que acontecia com o génio-pintor, era projectada sobre todo um colectivo, e, quanto mais antigo o objecto, mais autêntico se supunha ser. Na verdade, este interesse ocidental por estatuetas e máscaras africanas terá incitado a emergência de toda uma indústria de réplicas de contrafacção [5].

É irónico constatar que estes artefactos africanos, provenientes de sociedades consideradas fetichistas por projectarem poderes divinos sobre coisas inanimadas, são introduzidas num sistema de comércio não menos fetichista, em que as relações sociais se submetem a relações entre coisas (mercadorias), para então serem integradas no idólatra mundo da arte, onde objectos «autênticos» são tratadas como detentores de um valor «inestimável» (o que, ironicamente, resulta num aumento exponencial do seu valor de mercado), independentemente de terem exactamente as mesmas características físicas que as suas réplicas.

Talvez nada nos permita pensar melhor a natureza fetichista da arte na nossa sociedade como a sua mais recente mutação: os *non-fungible tokens* (NFTS). Este termo, de difícil tradução, refere-se a uma unidade de valor, com base na tecnologia *blockchain*, composta por um código de software, chamado de *smart code*, que funciona como comprovativo de posse, de autenticidade e de direitos de propriedade intelectual. Fungibilidade é uma característica atribuída a bens móveis que os torna susceptíveis de serem trocados por bens do mesmo

tipo, quantidade e qualidade. Estes *tokens* são consideráveis «não fungíveis» porque, ao contrário das criptomoedas, que também têm por base o *blockchain*, os NFTs detêm valorizações únicas.

Os NFTs permitem, por exemplo, que os autores de arte digital garantam os seus direitos de autor sobre obras de arte facilmente reproduzíveis e que as suas criações atinjam preços comparáveis aos da arte não digital. No entanto, actualmente qualquer pessoa pode registar o seu artigo «autêntico» (arte ou não) em plataformas projectadas para esse fim, mediante uma quota, e esperar lucrar com a sua venda. Segundo a revista Time [6], os utilizadores da Nifty Gateway terão movimentado, no seu primeiro ano de actividade, o equivalente a mais de 100 milhões na compra e venda de NFTs. Plataformas semelhantes, cujas taxas sobre as vendas iniciais costumam rondar os 10 ou 15 por cento, como a SuperRare, a OpenSea ou a MakersPlace, terão experienciado semelhantes surtos de entusiasmo por estes *tokens*. Escusado será dizer que este fenómeno atrai cada vez mais investidores. O fundo de investimento Metapurse, por exemplo, tem vindo a introduzir aquilo que a Time chama de «modelos de propriedade colectiva», tendo criado um museu virtual e fraccionado as obras em *tokens*, o que terá possibilitado serem co-detidas por 5400 pessoas. O termo «propriedade colectiva» é falacioso, pois na prática as obras não se tornam propriedade de um colectivo coeso, sendo antes divididas em várias parcelas de propriedade privada detidas por pessoas jurídicas sem quaisquer relações *a priori* entre si – à semelhança de uma empresa dividida em acções.

O artigo explica que, para aumentar o preço da arte digital, que é facilmente reproduzível, os NFTs adicionam-lhe o elemento «escassez». De facto, há coleccionadores que se dedicam a tentar adquirir a versão «original» e «autêntica» de todo o tipo de artigos – desde obras de arte milenares a selos ou até mesmo roupa interior de personalidades famosas – como se de objectos sagrados [7] se tratassem. Essa lógica estende-se agora ao mundo digital, à medida que o virtual e o tangível se fundem numa só realidade.

Alguns compradores terão declarado à Time que consideram comprar NFTs uma forma de compensar o trabalho dos artistas. Mas o que significa dizer que se está a pagar pelo trabalho do artista? Será que se está a pagar pelo «tempo» que o artista investiu em produzir a respectiva obra? A resposta parece ser negativa, até porque, como já vimos, o preço atribuído às obras de arte (pré e pós-NFTs) não é proporcional ao tempo necessário à sua criação – o que, aliás, seria impossível de verificar, visto que ninguém monitoriza o processo de criação artística – nem mesmo à habilidade técnica do seu criador. Resta-nos, então, perguntar: porque é que essas pessoas estão dispostas a pagar tanto por estes *tokens*? (Afinal, os únicos limites à *token*ização e à monetarização de tudo quanto existe parecem ser a existência de alguém disposto a pagar por tais *tokens*.) Poderíamos responder que os compradores acreditam que o seu valor aumentará e que estão simplesmente a investir em artigos com os quais esperam lucrar, ou seja, a especular, mas isso seria apenas deslocar a questão essencial: porque é que alguém estaria disposto a pagar um valor imenso por algo que pode ser facilmente reproduzido *ad infinitum* com exactamente as mesmas características? É aí que entra o papel do «fetichismo».

Les Demoiselles d'Avignon, Pablo Picasso. Há quem considere que os seus elementos «cubistas» terão sido inspirados por «esculturas» africanas e que o seu «inestimável» valor ultrapassaria mil milhões de dólares, caso fosse re-introduzida no mercado.

> Há quem suponha que talvez o engenho e a arte dos comerciantes europeus não fossem assim tão requintados nem o intelecto dos habitantes locais tão limitado [...] e que, no fundo, os autodenominados «civilizados» seriam tão ou mais fetichistas quanto a sua contraparte «primitiva».

O facto de NFTs de artigos vendidos por personalidades famosas serem aqueles que mais lucros geram – como a música exclusiva da banda Kings of Leon, que terá superado os dois milhões de dólares, ou até mesmo o primeiro *tweet* do fundador do Twitter, Jack Dorsey, que terá ultrapassado os dois milhões e meio – pode ajudar-nos a encontrar a raiz deste fenómeno. De facto, não é qualquer artigo que adquire valores faraónicos no mercado quando convertido em *non fungible token*; apenas aqueles que sejam, ou bastante raros, ou anteriormente detidos ou criados por pessoas muito especiais (o que os torna ainda mais raros): por *ídolos* (ou *potenciais* ídolos, no caso de pura especulação).

Isto leva-nos à questão final: haverá alguma diferença substantiva entre as estatuetas que os africanos supostamente idolatravam por representarem deuses e os artigos que os coleccionadores ocidentais anseiam por adquirir por terem estado na posse de ídolos? Há evidências que indicam que sim.

Estudiosos da cultura BaKongo afirmam que é adequado chamar «fetiches» às estatuetas *minkisi* (plural de *nkisi*), pois não representariam entidades espirituais; pelo contrário, «o recipiente, como um todo e em detalhe, [seria] uma expressão metafórica da *acção* que se espera do espírito» que o habitaria em contexto ritualístico [8]. Aliás, ao contrário dos artigos religiosos ostentados em altares, após terem servido a sua função ritualística, estes artigos ritualísticos seriam guardados junto de outras ferramentas. Ainda assim, evoquemos brevemente o exemplo das estatuetas *akombo* exibidas nos mercados de etnia Tiv (Nigéria central) para fins de protecção. Segundo Graeber, «elas incorporavam acordos de paz entre uma série de linhagens que partilhavam o mesmo mercado, pelo qual os seus membros se comprometiam a lidar de forma justa um com o outro e abster-se de roubar, de brigar e de especular», sendo inclusive seladas com um sacrifício no qual o sangue das partes seria derramado sobre o emblema.

Exemplos como estes levam-nos a crer que a diferença essencial entre a percepção ocidental, tanto de comerciantes quanto de coleccionadores, e a percepção dos nativos africanos sobre as coisas poderia ser resumida da seguinte forma: para os segundos as relações com as coisas são valiosas na medida em que permitem reforçar relações humanas, enquanto que para os primeiros as relações humanas são valiosas na medida em que permitem reforçar as relações com as coisas.

Segundo Anselm Jappe, «Ultrapassar o fetichismo [s]ignifica… *criar* o sujeito consciente e não fetichista e proceder à apropriação de uma parte daquilo que até agora foi produzido de forma fetichista… e enquanto a mercadoria e o valor existirem, o homem será efectivamente dominado pelos seus próprios produtos.» [9]. David Graeber, por sua vez, não demonstra tanta certeza quanto à possibilidade de uma consciência completamente não-fetichista, pois considera normal que as nossas acções e criações tenham poder sobre nós. Afinal, ninguém sabe exactamente como é capaz de criar algo novo, o que terá levado vários artistas a afirmar terem sido possuídos por espíritos aquando da criação das suas obras-primas – à semelhança dos próprios *minkisi*, que funcionariam como recipientes para a acção de forças espirituais. No final de contas, não queremos perder a pouca capacidade que nos resta de nos deixarmos encantar pelos mistérios do mundo, após séculos de puro racionalismo e epistemologias mecanicistas. Portanto, e ecoando as palavras de Graeber, a verdadeira questão é como evitar que passemos "deste perfeitamente inócuo nível [de fetichismo] para [essa] espécie de completa insanidade", na qual a nossa sociedade parece estar mergulhada, onde as abstracções se sobrepõem à realidade e as relações sociais se tornaram uma espécie de subproduto desse deus que é a Economia (ou os «Mercados», se quisermos dar uma tom politeísta à coisa. Afinal, como afirma o próprio autor, «o verdadeiro perigo surge quando o fetichismo dá lugar à teologia, a convicção absoluta de que os deuses são reais».

NOTAS:

1 Introdução satírica baseada em relatos históricos citados em: Florêncio, F. (2020). A Religião Tradicional do Kongo: entre fetichismo e resistência. Em Simões et al. (eds.). *Visto de Coimbra: O Colégio de Jesus Entre Portugal e o Mundo*.Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

2 Em pp. 14, Freud, S. (1920 [1914]). *Contributions to the Theory of Sex*. 2ª edição. Nervous and Mental Disease Publishing. New York and Washington.

3 Em pp. 166, Marx, K. (1976 [1867]). *Capital, Vol. 1*. Penguin Books. London.

4 Graeber, D. (2005). Fetishism as social creativity: or, Fetishes are gods in the process of construction. *Anthropological Theory*. **5**: 407-438.

5 Para um estudo sobre o comércio de arte africana, inclusive de peças contrafeitas, consulte-se: Steiner, C. (1994). *African Art in Transit*. 1ª edição. Cambridge University Press. Cambridge.

6 Time, *29 de Março de 2021.* https://time.com/5947720/nft-art/ consultado pela última vez a 08/12/2021

7 Para um estudo aprofundado da «singularização» e «sacralização» de objectos, consulte-se: Kopytoff, I. (1986). The Culture Biography of Thing: Commoditization as Process. Em: Appadurai, A (ed.). *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. 1ª edição. Cambridge University Press. Cambridge: 65-91.

8 Em MacGaffey, W. (2007 [1988]) .Complexity, astonishment and power: the visual vocabulary of Kongo Minkisi, *Journal of Southern African Studies*, 14:2. Para aprofundar o tema, consulte-se também: MacGaffey, W. (1977). Fetishism Revisited: Kongo "Nkisi" in Sociological Perspective. *Africa: Journal of the International African Institute*, Vol 47, No 2.

9 Em pp. 203-204, Jappe, A. (2006 [2003]). *As Aventuras da Mercadoria: Para uma nova crítica do valor.* Antígona. Lisboa.

Leituras de Outono. Da permanência do cinzento e dos meios para o suprimir

JORGE VALADAS
ILUSTRAÇÃO **ANDRÉ LEMOS**

I

Estávamos no ano de 1967, andava eu muito descontente com os meus 20 anos, quando um amigo me passou um livro que circulava assim meio às escondidas e que tinha um título aliciante, *O dia cinzento e outros contos*. O autor era um tal Mário Dionísio de quem eu nunca tinha ouvido falar. Os tempos eram realmente cinzentos, e as páginas do Mário Dionísio marcaram-nos logo com intensidade. O meu amigo e eu vivíamos fora do mundo político e cultural, éramos jovens adultos, urbanos, sem ligações a actividades políticas clandestinas e estávamos à margem das agitações estudantis. Mas o lado cinzento da sociedade portuguesa que o Mário Dionísio tão bem soube exprimir naqueles contos correspondia tal e qual à tristeza e à miséria do quotidiano, ao horizonte de nuvens negras que marcava a nossa vida monótona e abafada. Não é que a literatura neo-realista — que nós também íamos lendo — nos desagradasse, antes pelo contrário. Aqueles camponeses e assalariados agrícolas em luta pela sua dignidade humana, os operários que ousavam levantar a voz e a revindicação, eram uma prova de que podia haver outra maneira de viver. Mas não era a nossa vida de jovens adultos da grande cidade, era algo exterior a nós. Com a prosa do Mário Dionísio aconteceu outra coisa, ela falava-nos doutra maneira, relacionava-se directamente com o eu de cada um de nós, reforçava as nossas interrogações existenciais. Ele escrevia sobre gente urbana como a que conhecíamos, como éramos, gente prisioneira da grande cidade, à procura de viver. Era uma incitação à liberdade individual que só se podia conceber numa outra sociedade.

A situação agravava-se, o cinzento do dia-a-dia misturava-se cada vez mais com a cor dos uniformes, com a cor e o cheiro da guerra em África. Numa daquelas fórmulas fulgurantes que o caracterizavam, o sinistro Salazar tinha-nos prevenido de que as colónias «são a grande escola do nacionalismo português». Para quem, como eu, se opunha ao colonialismo e desprezava o nacionalismo, a única saída era deixar o barco. Assim veio a ruptura, a deserção de uma sociedade, depois o exílio. E ficaram para trás, na memória, aqueles contos e o nome do Mário Dionísio. Sobre o qual só vim a saber mais quando, em Paris, naquele Outono de 1967, encontrei outros espíritos já mais conhecedores do que eu, que me ajudaram a procurar o caminho das ideias emancipadoras. Que o incêndio de Maio 68 iluminou uns meses depois.

Os anos passaram, as sociedades mudaram, nós mudámos, a história continuou a irromper nas nossas vidas sem prevenir. Entretanto, dizia eu, algo tinha aprendido sobre o Mário Dionísio, o autor dos *Dias cinzentos*. Descobri o seu posicionamento discordante sobre a corrente do neo-realismo, da qual ele, após ter sido um dos seus teorizadores, se distanciou no pós-guerra, com o consequente distanciamento do partido comunista, que fez aumentar o meu interesse pela figura e pelos seus escritos.

No entanto, só depois do 25 Abril e dos anos em que a poesia saiu à rua, voltei a cruzar-me de novo com o nome do Mário Dionísio, através dos seus amigos e amigas da Casa da Achada, que passaram a fazer parte do meu mundo e a integrar o percurso da aventura da minha vida.

Após ter publicado, entre outras raridades, os *Contos Completos* do Mário Dionísio, a Casa da Achada lançou-se recentemente no ambicioso projecto da edição dos seus diários. O primeiro volume do *Passageiro Clandestino* abrange o período que vai de 1950 a 1957. O volume é completado por um outro, de notas, da autoria da Eduarda Dionísio, sua filha. Este último é um extraordinário trabalho de investigação, de informação e de erudição, que dá a conhecer as inúmeras figuras mencionadas no *Passageiro Clandestino,* situando-as historicamente no quadro da sociedade portuguesa daqueles anos.[1]

Passageiro Clandestino I é um testemunho precioso sobre a vida intelectual e política do Portugal salazarista do pós-guerra. Através das suas reflexões, relatos quotidianos, comentários, descrições, elementos críticos, Mário Dionísio faz-nos entrar na atmosfera daqueles anos. Anos muito difíceis, na medida em que a esperança criada pela vitória dos aliados foi depressa abafada pela descoberta de que as democracias vencedoras faziam questão de deixar em pé as ditaduras que haviam apoiado, de forma mais ou menos aberta, os totalitarismos derrotados. Era, em parte, uma vitória dos vencidos, uma decisão que anunciava o que viria a seguir, a guerra fria e a partilha do mundo em dois campos capitalistas opostos. E foi um novo fôlego para o salazarismo, que, ao contrário do que se pensava, sai reforçado da guerra. Os anos 50 foram particularmente decepcionantes para quem havia imaginado outro desenlace. No seu diário, Mário Dionísio descreve o quotidiano dos meios políticos e intelectuais portugueses da época, a depressão que alastrava com a atmosfera da guerra fria, e a importância que nele assumia o aparelho comunista estalinista e os seus chefes. Numa situação caracterizada por uma situação de bloqueio, Mário Dionísio dá conta das suas primeiras hesitações e dos desacordos que se iam precisando com o partido comunista, sobretudo no debate à volta do neo-realismo, centrado na questão da forma e do conteúdo das obras. O seu progressivo afastamento do partido vai determinar inevitavelmente uma separação, muitas vezes dolorosa, com todo um meio intelectual.

Num meio já bem fechado, abafado e sob a vigilância constante da polícia política, manifestam-se agressividades e hostilidades, afirmam-se atitudes mesquinhas inesperadas, cínicas e cobardes dos que submetiam o seu próprio pensamento e opinião às decisões do partido, fetiche omnipresente na vida social desta camada de pessoas. As revelações do Relatório Khrushchov ao XX congresso do partido comunista da URSS, em Fevereiro de 1956, provocou uma onda de choque que se fez sentir até Lisboa. Mas o aparelho do partido aguentou o embate das revelações. A clandestinidade e a necessidade de preservar o partido contra o regime salazarista dominavam tudo e todos. O despoletar, em Outubro 1956, da revolta húngara e intervenção do exército soviético, que esmaga a insurreição, é um acontecimento maior que abre de novo algumas brechas, leva estes conflitos e posicionamentos ao extremo e marginaliza ainda mais aqueles que se debatem com dúvidas. O isolamento do país, a falta de informação e a força da fidelidade incondicional ao estalinismo são as circunstâncias terríveis do momento. Procurando ultrapassar a confusão e a propaganda dos dois lados, fascistas e comunistas, criticando os que recusam pensar e desejam, «arranjar um pastor e deixar-se tranquilamente seguir no rebanho»[2],

Houve gente como o Mário Dionísio e outros que disseram não à podridão, que persistiram em acreditar que a colectividade humana não abandonaria a procura de uma saída para a emancipação.

Mário Dionísio apercebe-se de que «estamos no mais aceso de uma terrível crise, inevitável, e que esta crise é inegavelmente de crescimento, que o grande braseiro de Budapeste (inaceitável, reprovável, odioso) é apenas um aspecto da longa crise que se processa há anos e que, para que esta crise seja de real crescimento nos seus resultados, a primeira condição — condição fundamental, decisiva — é precisamente cada um estar disposto a pensar, a pensar tudo desde o inicio, até ao fim, e a tomar a sua parte de responsabilidade pessoal na vida humana.»[3] Mais que cinzentos, são anos terríveis e negros que Mário Dionísio testemunha. Como transmite também as dificuldades materiais do quotidiano, reforçadas pelo controlo, absoluto ou quase, que o regime salazarista exerce sobre os meios educativos, artísticos e jornalísticos não afectos ao regime. Não obstante, há que realçar, Mário Dionísio beneficiou de uma enorme vantagem, a de poder viajar para fora nestes anos, quando o isolamento provinciano do país constituía uma força para o regime. Movendo-se ainda na órbita do partido comunista, ele faz em particular uma longa estadia em Paris, em 1949, onde frequenta gente das letras e das artes, entrevistando para a revista *Vértice* numerosos criadores, Lurcat, Picasso, Pignon, Fougeron e outros.

Mário Dionísio vive estes anos atribulados na companhia de alguns amigos fiéis e duas figuras femininas, uma que é referência de apoio, de partilha de ideias e de solidariedade, nos bons e maus momentos, a sua mulher, Maria Letícia Clemente da Silva, outra, ainda criança mas sempre presente e guiando os seus desejos de um outro futuro, a filha, Eduarda Dionísio.

A vontade de pintar de Mário Dionísio foi sempre atravessada pela insatisfação — uma actividade criativa que para ele nunca foi «nada pacífica», lembra a Eduarda Dionísio. Nas páginas do diário descobre-se que ele dava preferência à pintura sobre a escrita. Como se esta falta de paz fosse a garantia de um espaço de maior liberdade.

Finalmente, há também passagens em que o cinzento da vida lusitana se dissolve na risível parvoíce e mediocridade burocrática do regime. Quando, por exemplo, Mário Dionísio descreve a sua experiência de um encontro forçado com um dos censores do regime.

Desfilam nas páginas de *Passageiro Clandestino I* todas, ou quase todas, as figuras conhecidas do meio intelectual e artístico do Portugal do pós-guerra, de Ferreira de Castro a José Cardoso Pires, passando por Júlio Pomar, Ilse Losa, José Gomes Ferreira, Lopes Graça, Lyon de Castro, Vergílio Ferreira, Portinari, Alves Redol, Sophia de Melo Breyner, Aquilino Ribeiro, Eugénio de Andrade, Fernando Namora, e outros que esqueço. E há sempre, em fundo, um pouco na sombra, a personagem austera mas também de forte sensibilidade artística do Álvaro Cunhal. Uma relação amigável da primeira hora, que não sobreviveu ao profundo desacordo sobre a estética do neo-realismo. Como sempre, inevitavelmente, por detrás da questão da estética estava a questão da concepção do mundo e da política.

Neste rodopio de encontros e desencontros, de trabalho febril, de acordos e de desacordos, de esperanças e de desilusões, há momentos fortes que dão uma dimensão particular à maneira como Mário Dionísio caracteriza a sociedade portuguesa, as suas taras profundas que o salazarismo utilizou, reforçou e finalmente revelou. Há, a certa altura, uma troca de reflexões com um dos seus amigos próximos e colega, Cristóvão Santos, que me interpelou, tanto ela faz eco ao insuportável que marcou a minha juventude: a questão da «podridão». Passo a citar: «Uma conversa na sala dos professores sobre casos passados nos tribunais põe novamente a nu o apodrecimento desta vida que temos de aceitar e, de qualquer modo, é a nossa. Um colega simpático, (…), chama-me a atenção para o facto de os nossos ficcionistas parecerem ignorar tal apodrecimento. Mesmo os que nele tanto falam é como se o esquecessem nos seus livros. Concordo. E documento.»[4] Este «apodrecimento da vida» foi o sentimento que impregnou a geração da minha juventude e que levou muitos de nós a rejeitar a ordem das coisas, foi a agitação estudantil e operária dos anos 1960, foram os milhares de desertores e refractários à guerra colonial, ao regime e à vida insuportável da sociedade salazarista, foi, enfim, o 25 de Abril de 1974 e os anos onde a poesia regressou à rua, aos campos e às fábricas. «Apodrecimento da vida» que, infelizmente, qual elemento constituinte da «natureza» profunda da sociedade lusitana, voltou depois a instalar-se, fruto da mediocridade, da insignificância e da corrupção da nova democracia parlamentar a que os Donos Disto Tudo (DDT) e a sua casta política souberam fazer o velho bom povo português resignar-se. Até à próxima vez.

Tudo isto dito e sublinhado, penso que há uma razão essencial para ler hoje Mário Dionísio e particularmente o seu diário. O estado desastroso do mundo, a sua evolução conduzida pelos senhores do lucro são constantemente evocados para justificar, explicar, a depressão dos sentimentos, o desaparecimento da esperança no humano. Mas que dizer de quem viveu estes anos cinzentos, sem horizonte, que descreve o Mário Dionísio nas páginas do seu diário? Ao desespero quotidiano do Portugal salazarista juntavam-se as desilusões face ao modelo comunista estalinista socialista, que a repressão feroz do exército vermelho sobre a revolta húngara dos conselhos de 1956 veio confirmar. Eram nuvens escuras que se acumulavam sobre nuvens. Mesmo nesta situação houve gente como o Mário Dionísio e outros que disseram não à podridão, que persistiram em acreditar que a colectividade humana não abandonaria a procura de uma saída para a emancipação, em Portugal como no grande mundo que o envolvia. A história deu-lhes razão. Da experiência deles há que tirar hoje a lição de que a presença das nuvens negras e o regresso da podridão da vida não deve bloquear o sonho e a esperança. Que dão sentido à Vida.

A leitura de *Passageiro Clandestino* é mais que aconselhável. Saudável mesmo, o que, pelos tempos que correm, não é de desprezar.

II

Estamos na aldeia dos Cortiços, no concelho de Macedo de Cavaleiros, no Nordeste Transmontano. Onde, de 1975 a 1977, um pequeno grupo de homens e de mulheres se lançaram numa aventura que ultrapassava os limites de vida que outros tinham traçado para eles. Venceram medos, incógnitas, resignações, oposições e dificuldades, ocuparam umas terras e criaram uma unidade colectiva de produção agrícola. Animados pela onda de choque da revolta militar contra o antigo regime salazarista e pela explosão social que se seguiu, os membros da aventura consideraram-se, no Nordeste Transmontano, integrados nesta enorme transformação social e económica da produção agrícola que havia sido iniciada nos campos do Sul do país, Alentejo e Ribatejo. Daí o nome de «Pioneiros» que eles assumiram.

Num curto e bem documentado texto recentemente publicado[5], Fernando Oliveira Batista reconstitui o percurso da experiência; dos primeiros passos ao desfecho triste, o desmantelamento organizado de mão fria pelo poder político socialista da época em meados de 1977. Num breve capítulo final, «Quarenta anos depois», Fernando Oliveira Batista faz um balanço da aventura nas vidas dos participantes, restituindo-lhes a sua total dignidade.

A primeira condição — condição fundamental, decisiva — é precisamente cada um estar disposto a pensar, a pensar tudo desde o inicio, até ao fim, e a tomar a sua parte de responsabilidade pessoal na vida humana.

Tem este pequeno livro um interesse muito particular. Que lhe é dado pelo carácter único, isolado e específico da experiência colectiva vivida, numa zona onde dominava a pequena propriedade privada, o poder de caciques e notáveis ancestrais, de uma igreja reaccionária, dominadora dos espíritos e das atitudes rurais.

Do ponto de vista das ideias auto-emancipadoras, que é o nosso, a experiência dos «Cortiços» é também rica de lições. Sobre as dificuldades encontradas pela acção colectiva e também sobre a ligação que, desde o princípio, a unidade colectiva estabeleceu com as estruturas do partido comunista português, com as suas concepções de uma nova forma de produção agrícola.

Sabemos que os homens fazem a história, mas fazem-na sempre em condições que eles não escolheram. Assim foi também com a experiência dos «Cortiços». Isolado num mar de valores conservadores, sem experiência de luta colectiva, o grupo desde cedo ficou dependente de alguns membros com mais iniciativa e de espírito dirigista que impuseram escolhas e orientações, limitando assim o desenvolvimento de práticas e de reflexões nos restantes membros da unidade colectiva de produção. Acrescente-se o papel que jogaram, do princípio até ao fim, as estruturas do partido comunista, cuja fraqueza local e regional foi compensada pela influência dos órgãos centrais do Porto e de Lisboa. Prisioneiros destes dois limites de autonomia, os «pioneiros» não poderiam talvez ter feito mais do que fizeram.

Ponha-se momentaneamente de lado o relato da experiência para dizer algumas palavras sobre o autor. Fernando Oliveira Batista não é, nem pretende ser, alguém neutro nesta história. O homem foi mais que um simples observador solidário da aventura, ele foi ministro da Agricultura e Pescas entre Março e Setembro

1º volume do diário inédito de Mário Dionísio (1950-1957)
Com introdução de Eduarda Dionísio e índice de nomes e assuntos.
230 pp.
Col. Mário Dionísio 11
Edição Casa da Achada – Centro Mário Dionísio

de 1975, no período dito «radical» da «revolução portuguesa», quando as forças comunistas ortodoxas tiveram mais peso nas estruturas do Estado. Membro importante do partido comunista português na altura, implementou e pressionou a aplicação do modelo soviético de unidades de produção agrícola, os Kolkozes, e ficou conhecido nos meios rurais militantes como o «Ministro da Reforma Agrária». Depois do fim do período revolucionário, Fernando Oliveira Batista prosseguiu a sua actividade de investigador, continuou a escrever no seu campo sobre as questões da agricultura, da propriedade da terra e dos trabalhadores agrícolas. Universitário de méritos reconhecidos e pessoa de integridade – como o prova o espírito deste trabalho –, continuou o seu percurso político para se libertar do pensamento burocrático inerente à sua formação comunista autoritária. Habituado aos números e aos gráficos frios e áridos, soube, neste relato, ficar próximo dos protagonistas e da vida real, oferecendo-nos um texto de leitura directa e cativante. Ele não julga, tenta compreender o que se passou. E, justamente, algumas das pistas de compreensão que avança são originais e merecem ser tomadas em consideração.

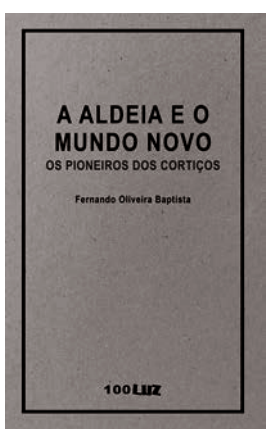
O projecto dos «Pioneiros» só poderia ultrapassar a integração vertical da Aldeia se ele tivesse conseguido criar uma real colectividade horizontal, com uma dinâmica capaz de alargar a sua limitada base do princípio.

A sua análise é particularmente pertinente quando aborda a oposição entre a forma social tradicional da «Aldeia» e a ruptura do «mundo novo» desejado pelos «Pioneiros» da Unidade Colectiva de produção agrícola. Uma oposição entre um tipo de integração interclassista vertical, o da «Aldeia», e a integração de classe horizontal que seria supostamente a dos «Pioneiros». A confrontação da sociedade da «Aldeia» com a da comunidade dos «Pioneiros» constituiu, nesta região, uma ruptura determinante. Oposição que vai estar presente em todo o processo conflitual da experiência dos Cortiços. Nos campos do Sul, pelo contrário, o confronto foi menos violento, a colectividade dos trabalhadores rurais pré-existia ao movimento das ocupações das terras e, de certa maneira, foi mesmo um dos fundamentos do movimento de colectivização que deu origem à Reforma Agrária. A forma social da «Aldeia» «assenta em relações de parentesco, de vizinhança e de trabalho, bem como em memórias, tradições e identidades partilhadas de há muito e vividas no mesmo território. Paralelamente, estas dimensões articulavam-se com uma «estrutura hierárquica de poder», em torno de chefes tradicionais, de conselhos comunitários, dos senhores das casas grandes ou de uma elite local renovada. Esta integração vertical ainda gerava solidariedades e convergências que se sobrepunham aos interesses associados à estratificação socioeconómica dos diferentes grupos sociais que convivial na aldeia – o que seria uma integração horizontal.»[6]

Na medida em que estas «estruturas hierárquicas de poder» não foram destruídas por um movimento geral e profundo da sociedade portuguesa, o voluntarismo de alguns e o dirigismo burocrático das estruturas partidárias nunca seriam capazes de abrir novos possíveis, pelo contrário, vieram reforçar a fragilidade da forma social nova face à «Aldeia». O projecto dos «Pioneiros» só poderia ultrapassar a integração vertical da Aldeia se ele tivesse conseguido criar uma real colectividade horizontal, com uma dinâmica capaz de alargar a sua limitada base do princípio. Desenvolvido a partir de um voluntarismo dirigista, centrado num punhado de participantes, apoiado por estruturas exteriores de natureza burocrática, o projecto nunca foi mais do que um falso colectivo. Que não podia vingar. Estava perdida a aventura, apesar da generosidade e da energia sonhadora que os seus participantes nela investiram.

Fica, para citar uma vez mais Fernando Oliveira Batista, «a memória e a história da possibilidade de "os de baixo", ainda que com imperfeições e dificuldades, tomarem os seus destinos nas suas próprias mãos. Para além de um antes e de um depois, das origens e das consequências, foram tempos em que, localmente, se rompeu radicalmente com a submissão do "espaço coercivo" dos latifúndios e das imposições dos grandes patrimónios fundiários das aldeias do Norte e Centro, e se procurou um outro modo de vida e de inserção laboral.»[7] Embora a fraqueza da experiência da colectividade dos Cortiços relativamente aos princípios verticais da «Aldeia» seja bem sublinhada por Fernando Oliveira Batista, há um aspecto que ele tem dificuldade em analisar criticamente, dificuldade que parece explicar-se pela sua própria construção ideológica, pela sua fidelidade ao modelo de origem, o Kolkoze. Não se questiona a estrutura cultural, também vertical, dos participantes na experiência, o peso e os determinismos da cultura hierárquica das figuras centrais, mesmo que animadas por «uma paixão do socialismo»[8]. Que, justamente, mais não seria que o modelo socialista de Estado defendido pelo partido comunista. O autor reconhece, no funcionamento da unidade colectiva, algumas falhas ou derivas, nas iniciativas tomadas, no autoritarismo das decisões e mesmo até na reprodução das relações assalariadas com membros exteriores, como por acaso (ou não!) mulheres trabalhadoras sazonais, precárias[9]. A unidade de produção transformou-se pouco a pouco numa empresa com traços clássicos, onde as figuras mais militantes funcionavam como chefes, dirigentes, e com este estatuto eram vistos, criticados até. A hostilidade exterior, da «Aldeia», encontrou aí uma fixação privilegiada. Este autoritarismo interno foi inevitavelmente reforçado pela intervenção das instituições burocráticas que deram apoio à unidade colectiva, as estruturas do partido comunista, por um lado, que projectavam «a entrada da futura unidade colectiva de produção no universo ideológico e político do PCP»[10], e os organismos do Estado (também nessa altura controlados pelo mesmo partido), por outro.

A ruptura com a submissão aos antigos poderes existentes não foi acompanhada por uma ruptura com os valores de submissão integrados na colectividade dos que lutam; o Estado parece nunca ter saído da cabeça dos «Pioneiros» dos Cortiços. O inimigo interior foi finalmente o melhor aliado do inimigo exterior[11]. O colectivo não era um verdadeiro colectivo, mas «um grupo capaz de conviver com a inevitável conflitualidade da aprendizagem do trabalho em comum»[12], diz Fernando Oliveira Batista; um espaço de poder que funcionava segundo os valores da velha sociedade, um funcionamento que «não era harmonioso»[13]. No seu relato, Fernando Oliveira Batista identifica o problema, sem no entanto tirar todas as conclusões políticas: «O declínio dos Pioneiros ocorreu, assim, também por dentro, criando um terreno frágil para resistir e para enraizar a procura de um rumo.»[14] Mas não foi o projecto que foi fragilizado, foi o projecto que, pela sua natureza autoritária, se autolimitou. A actividade da unidade de produção não pôde alargar-se para além do que era na cabeça de alguns, abranger outros participantes, outros desejos.



A Aldeia e o Mundo Novo. Os Pioneiros dos Cortiços
Fernando Oliveira Baptista
100 Luz, 2021
127 pp.

NOTAS
1 Mário Dionísio, Passageiro Clandestino I, Casa da Achada, Lisboa, Abril 2021; Eduarda Dionísio, Notas Passageiro Clandestino I, Casa da Achada, Lisboa, Abril 2021.
2 Passageiro Clandestino I, p. 196.
3 Ibid., p. 196.
4 Ibid., p.133.
5 Fernando Oliveira Batista, A Aldeia e o mundo novo, os Pioneiros dos Cortiços, 100LUZ editora, Castro Verde, 2021.
6 Ibid., p. 97.
7 Ibid., p. 101.
8 Ibid., p. 62.
9 Ibid., p. 75.
10 Ibid., p. 59.
11 Sobre esta dimensão essencial nos limites da «revolução portuguesa», nunca é demais relembrar e aconselhar a leitura do livro do Phil Mailer, Portugal, A Revolução impossível?, tradução Luís Leitão, Antígona, 2018.
12 Fernando Oliveira Batista, A Aldeia e o mundo novo, os Pioneiros dos Cortiços, op. cit., p. 38.
13 Ibid., p. 68.
14 Ibid., p. 71.

XXIII CONCURSO de JOVENS CRIADORES

O MUNDO DA ARTE É UMA MERDA
QUE GOZÕES ESTES ARTISTAS! EM QUANTO DIZES QUE ESTE ESTÁ COTADO? FICARIA MUITO BEM NA COLECÇÃO DA FUNDAÇÃO UM DESTES QUE PROTESTAM, E ESSAS COISAS...
MAS ESTE NÃO TE PARECE DEMASIADO FRACO PARA ISSO? VI HÁ POUCO UM OUTRO QUE FAZ FOTOGRAFIAS GIGANTES DE BEBÉS AFRICANOS SUBNUTRIDOS E MEIO COMIDOS POR LARVAS DE MINHOCA...
AH! ENTÃO ESSE É MELHOR! ESTE ANO TEMOS MUITAS DEDUÇÕES DE IMPOSTOS A FAZER

MIGUEL BRIEVA

A GRANDE NARRATIVA

Na sobrevida da 4ª revolução industrial
já não se louva o Sol, a chuva ou o fermento da terra
Louvam-se os apêndices sofisticados que nos tornam obsoletos
num ápice,
Para ficarmos exangues, suspensos no vácuo indolor,
em constante hipertrofia
Até que a cicatriz do cordão umbilical desapareça, um dia
e os corpos
sejam apenas histogramas em análise num banco de dados

A Esfinge devora-nos pelo esquecimento
pela metamorfose que extingue a alma do animal
Perdemos o parentesco com a terra virgem,
é agora a máquina quem dá sinais de vida,
é agora o mecanismo que responde

O afogamento simulado resulta,
pois resulta
para que depois se implore o regresso ao futuro
que já era
Apenas com mais formulários ao pescoço
e novas fórmulas incorporadas
Mas o cidadão a crédito já aqui estava,
pois estava
Assim como a direcção geral das multidões
com o seu divisor comum
        que tudo reduz a zero

É ver a boca liberal a morder os dentes,
o braço dos direitos a estrangular o pescoço,
o bem-comum em despacho global
        a comer-se a si mesmo
Onde estão os tigres da cólera,
que afinal eram lobisomens de papel,
cordeiros na pele de lobo?

Quero ouvir os linces de granito soltando-se dos penhascos
afugentando os gestores do tempo,
aqueles que ordenam novas técnicas inelutáveis
E trocar os seus mundos por árvores
        de raízes profundas,
bosques frondosos,
cemitérios de sonhos financeiros descansando em paz

M. Araújo

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

Variantes de um vírus mais insidioso

Há pouco mais de um mês, o rapper Estraca – de quem já falamos nesta rubrica – lançou "Jornalixo". Na letra da música, Estraca visa o consenso podre que foi necessário alimentar para justificar muitas das medidas de gestão da pandemia e coloca em causa farmacêuticas, jornalistas e governantes, acusando-os de assassinos, ou cúmplices, e de manipularem a informação. A letra é leviana, falha o alvo repetidas vezes e abusa de uma série de tropos perigosos, a roçar o pior do populismo reaccionário (tal como já acontecia no single anterior, "Terra Nostra"), o que comprova que sempre que Estraca abandona a crónica da vida no subúrbio, e se põe a dissertar sobre política nacional, perde todo o interesse. O intuito apreciável de questionar o pior que esta pandemia nos trouxe perde-se no meio de uma caricatura transviada. A internet caiu-lhe rapidamente em cima e empurrou-o para o campo do "negacionismo", uma barricada em que o próprio mergulhou com prazer, passando a integrar a horda de tarados que arrasta pela internet e a participar nas suas manifestações públicas. Em parte, a rapidez com que Estraca foi colado aos conspiracionistas explica-se por, numa das linhas da letra, estender o seu exercício crítico à vacinação, quando diz "eu sou louco/ E assumidamente louco/ Se loucura é questionar/ Aquilo que injetam no meu corpo".

Sublinhe-se, porém, independentemente da qualidade da música e da mensagem, que o que o rapper tenta dizer sobre a pandemia não é o mais problemático. Mesmo nos versos atrás citados, não está uma declaração explicitamente negacionista, mas antes a afirmação de um exercício que devia ser básico: questionar. Pode-se ser vacinado e questionar a sua eficácia plena. É, aliás, tão salutar quanto a vacina que esse escrutínio não seja monopolizado por quem a produz e seja feito, também, por aqueles que a recebem. Não é segredo para ninguém que, para as farmacêuticas, a saúde pode ser sacrificada no altar do Deus Milhão quando assim é oportuno (basta recordar as patentes das vacinas). Lembremo-nos, além disso, que a vacina foi brandida como a chave da liberdade e não como algo que "apenas" permitiria "achatar a curva" e reduzir os casos graves, como passou a acontecer entretanto, como se sempre tivesse sido assim. Como bem sabemos, nem tudo mudou com a vacina e o anunciado "dia da liberdade" ainda continua por chegar: continuamos sujeitos ao medo e a restrições derivadas da ameaça pandémica, sejam elas justificadas ou não.

A reacção que Estraca recebeu remete-nos, portanto, para um problema bem mais profundo: a polarização perigosa, particularmente acentuada em Portugal, que cola automaticamente o selo de "negacionista" a quem se atreva a destoar do coro oficial – mediático e político – da pandemia. Para que fique claro: o "negacionismo" é um problema, mas é um problema porque nega a própria existência da pandemia, e as suas terríveis consequências, sem colocar devidamente em causa a forma como foi, e é, gerida politicamente; é um problema porque nega a vacinação com base em fantasias conspiracionistas, sem questionar eficazmente as condições materiais de produção dessas vacinas; é um problema porque, neste caso, tem sustentado uma noção perversa de liberdade, egoísta e fundada na atomização do indivíduo, consonante por isso com o neoliberalismo que por vezes aparenta desejar combater. É um problema, enfim, porque, por todas estas razões, resvala para um eugenismo e segregacionismo que contrariam qualquer ideia de liberdade e de igualdade social e reproduzem o que há muito existia de pior no mundo. O que não é, nem pode ser, "negacionismo" é: questionar a promiscuidade entre política e entre ciência, que serve para abençoar decisões governamentais com o selo da "ciência" e protegê-las com uma capa técnica e "neutra"; denunciar o poder obscuro das farmacêuticas e a sua motivação puramente comercial; ou criticar a própria espetacularização da pandemia pelos média, a que assistimos desde o início, que fez dos usos políticos do medo uma nova forma de entretenimento.

A pandemia acentuou e iluminou tendências que já se manifestavam há muito tempo no mundo. E o caminho que seguíamos não era certamente o de quem procura um caminho emancipatório e deseja uma sociedade mais igualitária e livre. Quando hoje se diz que "nada voltará a ser como antes" sabemos que ninguém quer com isso dizer que as nossas condições de vida melhoraram. Não "vai ficar tudo bem" porque já estávamos longe de estar bem há muito tempo. E o que era passou a ser ainda mais: as desigualdades aumentaram, os ricos viram as suas fortunas crescer, a saúde tornou-se um negócio mais rentável, a nossa frágil saúde mental ficou reduzida a cacos, e os Estados reforçaram a sua capacidade de controlo e vigilância. O mundo continua a ser movido pelo dinheiro e pela ganância. E as "novas" possibilidades que se abriram são muito mais causas de alerta do que de optimismo quanto ao futuro, não estivesse a pandemia a servir como a desculpa perfeita para introduzir e intensificar novas formas de governação (que vão desde a banalização do uso de *drones* para vigilância pública até à massificação do próprio certificado digital). No fundo, assumir que quem nos levou a esse estado de coisas se tornou subitamente responsável e preocupado com o nosso bem-estar é, também, uma forma de "negacionismo"; e não é necessariamente menos perigoso que o "negacionismo" de quem nega a pandemia e as vacinas. Em ambos os casos, de resto, estamos perante a mesma perplexidade que nos persegue há séculos: por que é que a humanidade luta tão afincadamente pela servidão como se fosse a sua salvação?

Está na altura de deixar de entregar de bandeja qualquer exercício crítico da gestão da pandemia, ou de quem nos governa, àqueles que o fazem para reforçar o *status quo* e para promover soluções autoritárias em nome de uma suposta liberdade. O próprio conspiracionismo é o sintoma de um vírus maior e mais insidioso, prenhe de significado político, e não o resultado de uma disfunção cognitiva inexplicável, como sugere o termo "chalupas". Se tudo o que temos para responder a quem desafia a nossa linguagem, e algumas das nossas convenções, é a sobranceria e o moralismo, deixamos o terreno livre para que seja a extrema-direita a apropriar-se de qualquer expressão embrionária de descontentamento. E, pior, o cenário distópico pós-pandémico, narrado pelo poeta Roger Robinson na faixa de abertura do último álbum de The Bug ("Fire", um dos grandes lançamentos de 2021 e uma verdadeira banda-sonora para os tempos que vivemos), revela-se uma realidade mais próxima do que estamos dispostos a reconhecer: "*after the fourth year of being cooped up/ we realized that there was no end to this*" (*in* "*The Fourth Day*").

> O intuito apreciável de questionar o pior que esta pandemia nos trouxe perde-se no meio de uma caricatura transviada.

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 33
Fevereiro-Abril 2022

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier *, Diogo Duarte, Godofredo Pereira, João Santos, ZNM, Uxid D. Ibarlucea, David Segarra, Soberania Alimentaria, Jorge Leandro Rosa, André Lemos, Pedro Morais, Francisco Norega [Guilhotina.info], Fernando Antunes, Godofredo Pereira, M. Araújo, Jorge Valadas, Luís Leitão, Júlio Henriques, Magdalena Narewska, Galvão Debellle dos Santos, Tumbul Kamara, André Paxiuta, João Santos, Miguel Brieva, Jonhie, Mauricio Centurion, Catarina Santos, Anselmo Canha, Ana Rego, Irene Serafino, Zita Moura, Alexandre Esgaio, Ana Afonso, Diana Dionísio, Mariana Vieira, Natacha Ribeiro, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Sónia Gabriel, Susana Baeta

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 33
FEVEREIRO-ABRIL 2022
3000 EXEMPLARES

Transumano Mon Amour

Andrea Mazzola tem colaborado com o jornal Mapa com a sua rubrica «Transumano Mon Amour», cujos textos foram reunidos em dois volumes, o último dos quais recém-editado também com o selo Mapa. Neste segundo volume, Mazzola fala-nos de diferentes questões como a tecnologia, a cibernética, a extrema-direita, o Antropoceno, o controlo dos corpos, a migração ou, como não podia deixar de ser, a gestão da pandemia coronavírus.

PEDRO MORAIS

Transumano Mon Amour - vol. II | Escritos 2015-2019
Andrea Mazzola
Jornal Mapa, 2021
256 págs

No segundo volume de Transumano Mon Amour, a questão da tecnologia e dos novos mecanismos de controlo cibernéticos marcam presença, muito no seguimento dos temas abordados no primeiro volume, mas também se abre a porta a questões ecologistas e humanitárias, com textos de reflexão sobre o Antropoceno, o arame farpado ou as rotas sangrentas da migração para Europa. Como relacionas essas temáticas com aquilo que defines como transumanismo, ou H+?

Achille Mbembe fala muito do malthusianismo 2.0, e podemos dialogar com ele descrevendo o H+ como um projecto político para enfrentar o apocalipse em acção: dirigir a evolução, criando artefactos vivos, novas espécies etc., engenhando humanos, outros seres e o meio ambiente. O devir-negro do mundo é um devir-objectos técnicos, um devir-cobaias. Enquanto o planeta morre, nos laboratórios nascem novas companheiras de viagem para o nosso caminho coevolutivo. Ou seja, estamos a assistir à expropriação e acumulação originária das funções biológicas do planeta mediante o dispositivo das patentes e das práticas laboratoriais. Das sementes e animais ao trabalho clínico de quem vive uma gravidez contratada ou aceita experimentar fármacos potencialmente mortíferos para poder sobreviver no dia-a-dia… Há uma relação dos milhares de mulheres linchadas ou queimadas, na actual caça às bruxas de que nos fala Silvia Federici, com os programas do Banco Mundial… bem como com o financiamento da Europa a militares mercenários que, com as suas armas, obrigam as pessoas a fugir das suas terras. Privadas de sustento, as pessoas tentam migrar. Mas é a vida nua, ao nível molecular, a nova «classe» explorada pela direita patronal e os quadros dirigentes. Os estudos de Melinda Cooper são imprescindíveis a esse propósito. Sendo contudo a visão de Mbembe, que fala de fusão entre capitalismo e animismo, a abordagem antropológica polimorfa que melhor nos permite afinar a nossa sensibilidade além da (justificada) atenção com as questões económicas.

Alguns textos focam bastante o espectro político italiano, mais concretamente a ascensão da extrema-direita, na figura de Salvini, e as relações que tem com uma potência política como a Rússia. É abordada também a forma como a extrema-direita tem conseguido chegar às pessoas através das redes sociais, fazendo uso daquilo a que normalmente chamamos fake news ou teorias da conspiração, também com a ajuda de empresas de análise de dados e de hackers. Como analisas essa ingerência russa na política nacional de outros países, como ficou patente no caso da eleição de Trump em 2016?

Platão foi o primeiro tecnólogo, o primeiro cibernauta e o primeiro totalitário: os indivíduos são os objectos da técnica política. O totalitarismo 2.0 – de Silicon Valley à fábrica de *trolls* de São Petersburgo – é platónico. Os marxistas de direita russos ou os anarcocapitalistas californianos são neoplatónicos. Assistimos a um fenómeno de convergência, no qual as actuações do Partido Comunista Chinês ou as do mercado livre vão dar aos mesmos efeitos: o tecnofeudalismo de que nos fala Cédric Durand. Dialogando a esse propósito com Shoshana Zuboff, aprendemos como o mundo digital transformou o planeta inteiro num laboratório de condicionamento operante do comportamento – vivemos numa Planetary Skinner Box. Somos todas tratadas como cobaias, manipuladas ao nível molecular das nossas sinapses e emoções. O que Naomi Klein chamou de Screen New Deal é a expressão mais nitidamente política da Nova Internacional Fascista: a infodemia tinha começado antes da Covid-19, mas a chegada desta parece ter criado as condições para um golpe de estado infomilitar. Um apelo à acção direta – internacional – foi-nos dirigido por Ece Temelkuram, ou por Silvia Federici, já antes do começo da «emergência sanitária».

Sugeres, então, que as medidas postas em prática a nível global para enfrentar a crise pandémica não resultam tanto de considerações sanitárias, mas mais de uma agenda política?

Sim… Tal como Mathieu Rigouste nos mostra que a arabofobia é um artefacto cultural cunhado pelos estrategas militares coloniais franceses como arma de guerra psicológica, também o vírus pode ter sido instrumentalizado e ter-se tornado o inimigo interior. Antes de começar a emergência, reflectimos sobre o pan-óptico digital como antecâmara do Tribunal da Inquisição Digital. Hoje em dia, a preocupação deve deixar lugar para um alerta de máxima urgência. Não há mais espaço, nem tempo. E as *chances* não parecem ser muitas.

A infodemia tinha começado antes da Covid-19, mas a chegada desta parece ter criado as condições para um golpe de estado infomilitar.

MAPA BORRADO
AHA OLHA ESTE ARTIGO NA PÁGINA 39
FINALMENTE UMA CRÍTICA À GESTÃO POLÍTICA DA PANDEMIA QUE NÃO SE CONFUNDE COM A EXTREMA-DIREITA!!
DESDE QUE COMEÇOU ESTA MERDA QUE OUÇO ESSES EPÍTETOS!
FOI A MESMA COISA COM OS COLETES AMARELOS
CONVÉM LEMBRAR QUE A RESPOSTA À PANDEMIA FOI DIVERSA PELOS VÁRIOS PONTOS DO GLOBO...
... MAS SEMPRE COM UMA PROMISCUIDADE ENTRE POLÍTICA E CIÊNCIA OU CAPITAL E CIÊNCIA
O PROBLEMA É PESSOAL QUE SE CAGA NAS CONSEQUÊNCIAS DA DOENÇA ...
...COM OS MESMOS ARGUMENTOS DOS MAMADINHOS...
COM OS COLETES AMARELOS O CONFLITO É BASEADO NO ÓDIO DE CLASSE
A PARTIR DO MOMENTO QUE ENTROU A QUESTÃO DA "DITADURA SANITÁRIA" DILUIU-SE TUDO E MUITA GENTE JÁ NÃO ESTAVA CONFORTÁVEL EM PARTICIPAR
NÃO! OS ANARQUISTAS NÃO FORAM FIRMES CONTRA A VACINAÇÃO OBRIGATÓRIA!!
AQUI VAMOS NÓS...
SE NÃO NOS MATARMOS TODOS UNS AOS OUTROS JÁ É UMA SORTE...
VARGAS '22